

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	20
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	106
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	107
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	109

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	65.178.483
Preferenciais	55.993.541
Total	121.172.024
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	2.799.421
Total	2.799.421

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	10.692.327	10.593.056
1.01	Ativo Circulante	7.367.806	6.775.528
1.01.01	Disponibilidades	86.574	147.466
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.133.534	667.692
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	853.360	183.922
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	28.548	58.199
1.01.02.03	Aplicações em Moeda Estrangeira	251.626	425.571
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.639.878	1.804.111
1.01.03.01	Carteira Própria	566.388	1.021.113
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	500.370	551.072
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	398.317	227.376
1.01.03.05	Vinculados à Prestação de Garantias	174.803	4.550
1.01.04	Relações Interfinanceiras	645	621
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	43	0
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central do Brasil	602	621
1.01.06	Operações de Crédito	3.534.578	3.133.477
1.01.06.01	Setor Privado	3.275.872	2.917.156
1.01.06.02	Setor Público	0	365
1.01.06.03	Operações de crédito vinculadas a cessão	330.438	305.996
1.01.06.04	(-) Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-71.732	-90.040
1.01.08	Outros Créditos	856.101	854.969
1.01.08.01	Avais e Fianças Honradas	393	0
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	544.607	525.129
1.01.08.03	Rendas a Receber	26.470	26.958
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	80.772	65.415
1.01.08.05	Diversos	217.196	248.971
1.01.08.06	(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-13.337	-11.504
1.01.09	Outros Valores e Bens	116.496	167.192
1.01.09.01	Bens não de Uso Próprio	112.279	162.764
1.01.09.02	Despesas Antecipadas	4.217	4.428
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.242.735	3.677.856
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.745	0
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.745	0
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	611.997	799.680
1.02.02.01	Carteira Própria	255.729	402.119
1.02.02.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	153.295	287.982
1.02.02.03	Vinculados à Prestação de Garantias	202.973	109.579
1.02.05	Operações de Crédito	2.049.394	2.374.308
1.02.05.01	Setor Privado	2.035.641	2.371.032
1.02.05.02	Setor Público	19.527	18.626
1.02.05.03	Operações de crédito vinculadas a cessão	66.349	60.538
1.02.05.04	(-) Provisão para Operações de Crédito com Liquidação Duvidosa	-72.123	-75.888
1.02.07	Outros Créditos	557.973	492.247
1.02.07.02	Rendas a Receber	34.740	29.987

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1.02.07.03	Devedores por Depósito em Garantia	213.342	206.615
1.02.07.04	Diversos	311.322	256.343
1.02.07.05	(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.431	-698
1.02.08	Outros Valores e Bens	11.626	11.621
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	11.626	11.621
1.03	Ativo Permanente	81.786	139.672
1.03.01	Investimentos	61.270	113.260
1.03.01.01	Dependências no Exterior	6.958	9.047
1.03.01.02	Participações em Controladas	54.312	104.213
1.03.02	Imobilizado de Uso	19.433	24.984
1.03.02.01	Instalações, Móveis Equipamentos de Uso	13.217	13.216
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	21.419	29.140
1.03.02.03	(-) Depreciações Acumuladas	-15.203	-17.372
1.03.04	Intangível	1.083	1.428
1.03.04.01	Gastos com Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	9.587	9.587
1.03.04.02	(-) Amortização Acumulada	-8.504	-8.159

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	10.692.327	10.593.056
2.01	Passivo Circulante	6.252.060	6.029.282
2.01.01	Depósitos	2.346.280	2.104.966
2.01.01.01	Depósitos à Vista	43.416	23.332
2.01.01.02	Depósitos Interfinanceiros	81.085	77.846
2.01.01.03	Depósitos a Prazo	2.221.779	2.003.788
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	502.376	547.579
2.01.02.01	Carteira Própria	493.249	547.579
2.01.02.02	Carteira Livre Movimentação	9.127	0
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.069.441	1.301.013
2.01.03.01	Recursos de letras de crédito imobiliário	231.699	270.317
2.01.03.02	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	544.611	410.269
2.01.03.03	Recursos de letras financeiras	281.000	599.368
2.01.03.04	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	12.131	21.059
2.01.04	Relações Interfinanceiras	203	25
2.01.04.01	Correspondentes	3	25
2.01.04.02	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	200	0
2.01.05	Relações Interdependências	22.525	15.072
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	22.525	15.072
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	1.195.074	1.045.727
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	1.195.074	0
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	447.669	341.050
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	4.984	2.865
2.01.09	Outras Obrigações	663.508	670.985
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	188.612	160.353
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	920	1.163
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	6.166	94.959
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	5.906	6.432
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	73.181	20.368
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	13.061	27.602
2.01.09.07	Dívida Subordinada	11.423	14.150
2.01.09.08	Obrigações por venda e transferência de ativos financeiros	330.438	317.327
2.01.09.09	Outros	33.801	28.631
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	3.101.066	3.222.867
2.02.01	Depósitos	830.711	1.159.366
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	323	16.093
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	830.388	1.143.273
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	557.306	436.686
2.02.03.01	Recursos de Letras de Crédito Imobiliário	94.194	10.379
2.02.03.02	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	60.259	28.073
2.02.03.03	Recursos de Letras Financeiras	171.477	138.999
2.02.03.04	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	231.376	259.235
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	286.325	304.538
2.02.06.02	Empréstimos no Exterior	286.325	304.538
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	638.641	800.058

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	293.312	2.835
2.02.09	Outras Obrigações	494.771	519.384
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	59.692	30.480
2.02.09.02	Fiscais e Previdenciárias	21.438	63.244
2.02.09.03	Provisão para Passivos Contingentes	10.530	11.922
2.02.09.04	Dívida Subordinada	330.625	346.061
2.02.09.05	Obrigações por venda e transferência de ativos financeiros	66.349	60.538
2.02.09.06	Outros	6.137	7.139
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	69.272	68.499
2.05	Patrimônio Líquido	1.269.929	1.272.408
2.05.01	Capital Social Realizado	1.112.259	1.112.259
2.05.01.01	De Domiciliados no País	981.692	979.805
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	130.567	132.454
2.05.02	Reservas de Capital	0	14.032
2.05.04	Reservas de Lucro	174.618	162.882
2.05.04.01	Legal	19.128	15.605
2.05.04.02	Estatutária	176.838	169.360
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-21.348	-22.083
2.05.04.07.01	(-) Ações em Tesouraria	-21.348	-22.083
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-16.948	-16.765

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	265.705	538.572	333.307	560.466
3.01.01	Operações de Crédito	192.787	359.043	136.225	242.431
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	80.037	181.555	66.980	123.433
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	8.215	17.125	48.371	110.595
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	-15.334	-19.151	81.731	84.007
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-199.768	-393.968	-288.687	-430.252
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-144.788	-281.628	-175.752	-295.906
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-21.950	-40.213	-82.055	-91.939
3.02.03	Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	-13.979	-33.539	-30.880	-42.407
3.02.04	Operações de Venda ou de Transferencia de Ativos Financeiros	-19.051	-38.588	0	0
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	65.937	144.604	44.620	130.214
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-31.835	-74.885	-26.707	-60.436
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	18.159	37.475	24.616	43.187
3.04.02	Despesas de Pessoal	-20.667	-42.373	-20.746	-42.260
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-18.637	-43.724	-20.785	-44.035
3.04.04	Despesas Tributárias	-1.935	-4.789	-3.250	-5.695
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	7.640	15.093	5.519	16.140
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-18.794	-38.084	-17.181	-41.391
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	2.399	1.517	5.120	13.618
3.05	Resultado Operacional	34.102	69.719	17.913	69.778
3.06	Resultado Não Operacional	4.471	11.307	2.733	5.026
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	38.573	81.026	20.646	74.804
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-42.628	-43.017	-11.425	-12.779
3.09	IR Diferido	32.503	21.668	20.733	5.311
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-9.721	-22.472	-7.012	-13.816
3.11	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	16.733	33.263	15.719	30.696
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	35.460	70.468	38.661	84.216

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,29956	0,59531	0,35292	0,76877

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	35.458	70.468	38.661	84.216
4.02	Outros Resultados Abrangentes	4.063	-16.948	-6.937	-14.886
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	4.297	-19.601	-11.563	-24.940
4.02.02	Hedges Fluxo de Caixa	251	-73	0	0
4.02.03	Outros Resultados Abrangentes	2.223	-8.632	0	78
4.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social	-2.708	11.358	4.626	9.976
4.03	Resultado Abrangente do Período	39.521	53.520	31.724	69.330

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2014 à 30/06/2014	Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	446.044	299.070
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	81.418	104.028
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	70.468	84.216
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	33.539	42.407
6.01.01.03	Impostos Diferidos	-21.668	-5.311
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	2.128	3.048
6.01.01.05	Provisão para Contingências	-2.073	-6.704
6.01.01.06	Resultado de Participação em Controlada	-1.517	-13.618
6.01.01.07	Prejuízo na Alienação de Imobilizado	541	-10
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	364.626	195.042
6.01.02.01	(Aumento) Redução de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.392	3.776
6.01.02.02	(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários	387.987	1.366.442
6.01.02.03	(Aumento) Redução de Operações de Crédito	-106.656	-417.200
6.01.02.04	(Aumento) Redução de Outros Créditos	-48.259	-690.418
6.01.02.05	(Aumento) Redução de Outros Valores e Bens	50.691	4.454
6.01.02.06	(Aumento) Redução de Relações Interfinanceiras e Interdependências	7.607	-4.995
6.01.02.07	(Aumento) Redução de Instrumentos Financeiros Derivativos	21.217	44.296
6.01.02.08	Aumento (Redução) de Depósitos	-87.341	-59.161
6.01.02.09	Aumento (Redução) de Operações Compromissadas	-45.203	-587.352
6.01.02.10	Aumento (Redução) de Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	-110.952	-61.969
6.01.02.11	Aumento (Redução) de Obrigações por Empréstimos e Repasses	368.932	161.440
6.01.02.12	Aumento (Redução) de Outras Obrigações	-91.562	431.304
6.01.02.13	Aumento (Redução) de Resultado de Exercícios Futuros	773	4.425
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	56.734	-1.175
6.02.01	Alienação de Imobilizado de Uso	3.227	367
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso	0	-1.019
6.02.03	Aplicações/ Alienações no Intangível	0	-18
6.02.04	Aumento de Capital em Controladas	0	-505
6.02.05	Recebimento de Dividendo e Controladas	53.507	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-68.691	-29.103
6.03.01	Aumento de Capital	0	31.576
6.03.02	Aquisição de Ações em Tesouraria	-23.171	-3.523
6.03.03	Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	-45.520	-55.686
6.03.04	Outras Reservas de Capital	0	-1.470
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	434.087	268.792
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	757.474	423.396
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.191.561	692.188

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.112.259	14.032	0	162.882	0	-16.765	1.272.408
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.112.259	14.032	0	162.882	0	-16.765	1.272.408
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	70.468	0	70.468
5.05	Destinações	0	0	0	-9.593	-40.000	0	-49.593
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-9.593	-6.737	0	-16.330
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-33.263	0	-33.263
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	30.468	-30.468	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-183	-183
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	424	424
5.07.04	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-607	-607
5.10	Ações em Tesouraria	0	-14.032	0	-9.139	0	0	-23.171
5.13	Saldo Final	1.112.259	0	0	174.618	0	-16.948	1.269.929

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	935.683	11.685	0	273.001	0	-423	1.219.946
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	935.683	11.685	0	273.001	0	-423	1.219.946
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	84.216	0	84.216
5.05	Destinações	0	0	0	2.260	-60.000	0	-57.740
5.05.01	Dividendos	0	0	0	2.260	-29.304	0	-27.044
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-30.696	0	-30.696
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	24.216	-24.216	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-14.463	-14.463
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	31.576	0	0	0	0	0	31.576
5.08.01	Aumento de Capital	31.576	0	0	0	0	0	31.576
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-3.523	0	0	-3.523
5.12	Outros	0	-1.470	0	0	0	0	-1.470
5.13	Saldo Final	967.259	10.215	0	295.954	0	-14.886	1.258.542

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2014 à 30/06/2014	Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	564.087	571.718
7.01.01	Intermediação Financeira	538.572	560.466
7.01.02	Prestação de Serviços	37.475	43.187
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-33.539	-42.407
7.01.04	Outras	21.579	10.472
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-360.429	-387.845
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-36.440	-36.012
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-344	-306
7.03.02	Serviços de Terceiros	-28.060	-25.854
7.03.04	Outros	-8.036	-9.852
7.04	Valor Adicionado Bruto	167.218	147.861
7.05	Retenções	-2.128	-3.048
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.128	-3.048
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	165.090	144.813
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.517	13.618
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.517	13.618
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	166.607	158.431
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	166.607	158.431
7.09.01	Pessoal	64.845	56.076
7.09.01.01	Remuneração Direta	28.410	28.670
7.09.01.02	Benefícios	4.369	4.308
7.09.01.03	F.G.T.S.	9.594	9.282
7.09.01.04	Outros	22.472	13.816
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	26.138	13.163
7.09.02.01	Federais	23.614	10.965
7.09.02.02	Estaduais	2	6
7.09.02.03	Municipais	2.522	2.192
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.156	4.976
7.09.03.01	Aluguéis	5.156	4.976
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	70.468	84.216
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	33.263	30.696
7.09.04.02	Dividendos	6.737	29.304
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	30.468	24.216

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	10.638.921	10.383.349
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.198.844	738.652
1.02	Aplicações Financeiras	2.175.325	2.515.196
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.175.325	2.515.196
1.02.01.01	Títulos para Negociação	1.587.779	1.817.199
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	587.546	697.997
1.03	Empréstimos e Recebíveis	6.447.522	6.263.018
1.04	Tributos Diferidos	112.229	84.139
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	112.229	84.139
1.05	Outros Ativos	586.456	678.553
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	112.279	162.764
1.05.03	Outros	474.177	515.789
1.06	Investimentos	97.306	76.509
1.07	Imobilizado	19.935	25.619
1.07.01	Imobilizado de Uso	19.935	25.619
1.08	Intangível	1.304	1.663
1.08.01	Intangíveis	1.304	1.663

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	10.638.921	10.383.349
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	248.304	190.833
2.01.01	Instrumentos financeiros derivativos	248.304	190.833
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	8.963.000	8.788.081
2.03.01	Depósitos de instituições financeiras	79.729	89.718
2.03.02	Depósitos de clientes	3.980.985	3.785.522
2.03.03	Captações no mercado aberto	469.751	508.792
2.03.04	Obrigações por títulos e valores mobiliários	692.049	1.014.860
2.03.05	Obrigações por empréstimos e repasses	3.332.382	2.964.320
2.03.07	Outros passivos financeiros	69.272	68.499
2.03.08	Dívidas subordinadas	338.832	356.370
2.04	Provisões	31.059	32.458
2.04.01	Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões	30.682	31.735
2.04.02	Provisões para riscos fiscais	377	723
2.05	Passivos Fiscais	36.482	4.353
2.06	Outros Passivos	94.017	89.651
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	1.266.059	1.277.973
2.08.01	Capital Social Realizado	1.112.259	1.112.259
2.08.02	Reservas de Capital	0	14.032
2.08.02.06	Reservas de Capital	0	14.032
2.08.04	Reservas de Lucros	170.035	166.534
2.08.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-16.235	-14.852

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	224.209	443.347	179.923	321.099
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-378.310	-558.583	-132.103	-248.474
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	-154.101	-115.236	47.820	72.625
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	201.851	195.654	-24.472	16.337
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	18.273	28.483	21.211	29.625
3.04.02	Despesas de Pessoal	-32.002	-68.684	-28.616	-58.533
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-16.687	-38.620	-17.411	-36.940
3.04.04	Despesas Tributárias	-2.361	-5.417	-3.930	-7.471
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	247.961	308.463	27.472	120.989
3.04.05.02	Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	43.546	85.291	26.749	113.777
3.04.05.03	Variações cambiais líquidas	198.844	211.855	-4.064	-4
3.04.05.04	Outras receitas (despesas) operacionais	1.954	2.196	3.558	4.738
3.04.05.05	Resultado na alienação de ativos não recorrentes para a venda	3.617	9.121	1.229	2.478
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-13.333	-28.571	-23.198	-31.333
3.04.06.01	Depreciação e amortização	-867	-2.223	-1.523	-3.048
3.04.06.02	Provisões (líquidas)	6.978	12.795	9.888	11.880
3.04.06.03	Perdas com ativos financeiros (líquidas)	-19.444	-39.143	-31.563	-40.165
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	47.750	80.418	23.348	88.962
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.807	-18.185	10.788	-8.625
3.06.01	Corrente	-44.004	-45.355	-12.964	-16.458
3.06.02	Diferido	32.197	27.170	23.752	7.833
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	35.943	62.233	34.136	80.337
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	35.943	62.233	34.136	80.337
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	35.943	62.233	34.136	80.337
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,29663	0,51359	0,30797	0,72479

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.99.01.02	PN	0,29663	0,51359	0,30797	0,72479

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	35.943	62.233	34.136	80.337
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.333	-16.235	-7.244	-11.541
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.010	-16.892	-11.562	-24.940
4.02.02	Hedges Fluxo de Caixa	-5.125	-1.561	-511	5.607
4.02.03	Imposto de Renda	46	7.381	4.829	7.733
4.02.04	Outros	1.402	-5.163	0	59
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	37.276	45.998	26.892	68.796
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	37.276	45.998	26.892	68.796

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2014 à 30/06/2014	Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	562.889	105.062
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	86.465	93.050
6.01.01.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	62.233	80.337
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	2.223	3.048
6.01.01.03	Impostos Diferidos	-16.631	-7.833
6.01.01.04	Impairment	39.143	41.719
6.01.01.05	Provisões / Reversões para Contingências (Líquidas)	6	129
6.01.01.06	Ganhos Líquidos na alienação do ativo tangível, bens não de uso e investimentos	541	-10
6.01.01.08	Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	10.804	-13.645
6.01.01.09	Ajuste ao Valor de Mercado de Propriedade para Investimento	-11.854	-10.695
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	476.424	12.012
6.01.02.01	(Aumento) Redução Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	17.393	-198.009
6.01.02.02	(Aumento) Redução Instrumento de Dívida	378.828	1.417.363
6.01.02.03	(Aumento) Redução Instrumento de Patrimônio	-4.086	-29.431
6.01.02.04	(Aumento) Redução Derivativos (Líquido)	21.216	44.296
6.01.02.05	(Aumento) Redução Empréstimos e adiantamentos a clientes	-241.039	-452.935
6.01.02.06	(Aumento) Redução Imposto de renda e contribuição social diferidos	-11.459	-7.582
6.01.02.07	(Aumento) Redução Ativos não correntes para venda	50.485	3.728
6.01.02.08	(Aumento) Redução Imposto de renda a compensar	-843	-9.001
6.01.02.09	(Aumento) Redução em devedores por depósitos em garantia	-6.767	-5.535
6.01.02.10	(Aumento) Redução outros ativos	49.222	-149.901
6.01.02.11	Aumento (Redução) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-322.811	-10.302
6.01.02.13	Aumento (Redução) Depósitos	185.473	-135.018
6.01.02.14	Aumento (Redução) Captações no mercado aberto	-39.041	-587.352
6.01.02.15	Aumento (Redução) Obrigações por empréstimos e repasses	368.062	115.027
6.01.02.16	Aumento (Redução) Relações com correspondentes	-22	33
6.01.02.17	Aumento (Redução) Obrigação por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	0	-250
6.01.02.18	Aumento (Redução) outros passivos financeiros	773	4.425
6.01.02.19	Aumento (Redução) provisões	30.725	-25.339
6.01.02.20	Aumento (Redução) Outras obrigações	315	37.795
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.664	-55.671
6.02.01	Alienação de Imobilizado de Uso	3.265	-653
6.02.03	Aumento do Intangível	14	-18
6.02.04	Aquisição de Investimentos	-8.943	-55.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-86.229	-4.269
6.03.01	Aumento de Capital	0	31.576
6.03.02	Aumento de dívidas subordinadas	-17.538	24.834

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.03.03	Aquisição líquida de ações em Tesouraria	-23.171	-3.523
6.03.04	Dividendos / Remuneração para acionistas	-45.520	-55.686
6.03.05	Agio por subscrição de ações	0	-1.470
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-10.804	13.645
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	460.192	58.767
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	738.652	432.076
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.198.844	490.843

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.112.259	-8.051	188.617	0	-14.852	1.277.973	0	1.277.973
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.112.259	-8.051	188.617	0	-14.852	1.277.973	0	1.277.973
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-21.348	0	-6.737	0	-28.085	0	-28.085
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-21.348	0	0	0	-21.348	0	-21.348
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-6.737	0	-6.737	0	-6.737
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	62.233	-1.383	60.850	0	60.850
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	62.233	0	62.233	0	62.233
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.383	-1.383	0	-1.383
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	8.051	2.766	-55.496	0	-44.679	0	-44.679
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	22.233	-22.233	0	0	0	0
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-9.593	0	0	-9.593	0	-9.593
5.06.05	Cancelamento de ações em tesouraria	0	8.051	-9.874	0	0	-1.823	0	-1.823
5.06.06	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-33.263	0	-33.263	0	-33.263
5.07	Saldos Finais	1.112.259	-21.348	191.383	0	-16.235	1.266.059	0	1.266.059

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	935.683	-1.065	303.695	0	11.049	1.249.362	0	1.249.362
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	935.683	-1.065	303.695	0	11.049	1.249.362	0	1.249.362
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.576	-3.523	0	0	0	-31.947	0	-31.947
5.04.01	Aumentos de Capital	31.576	0	0	0	0	31.576	0	31.576
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-3.523	0	0	0	-3.523	0	-3.523
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	-60.000	0	-60.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	-22.590	57.747	0	57.747
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	0	80.337	0	80.337
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-22.590	-22.590	0	-22.590
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.470	22.597	0	0	790	0	790
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-1.470	20.337	0	0	-1.470	0	-1.470
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	2.260	0	0	2.260	0	2.260
5.07	Saldos Finais	967.259	-6.058	326.292	0	-11.541	1.275.952	0	1.275.952

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	741.150	438.809
7.01.01	Intermediação Financeira	740.493	434.872
7.01.02	Prestação de Serviços	28.483	29.625
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-39.143	-40.165
7.01.04	Outras	11.317	14.477
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-558.583	-248.474
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-20.398	-27.015
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	357	309
7.03.02	Serviços de Terceiros	-33.550	-31.943
7.03.04	Outros	12.795	4.619
7.04	Valor Adicionado Bruto	162.169	163.320
7.05	Retenções	-2.223	-3.048
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.223	-3.048
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	159.946	160.272
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	159.946	160.272
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	159.946	160.272
7.09.01	Pessoal	68.685	58.532
7.09.01.01	Remuneração Direta	31.123	29.846
7.09.01.02	Benefícios	4.606	4.483
7.09.01.03	F.G.T.S.	2.879	2.461
7.09.01.04	Outros	30.077	21.742
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	23.601	16.097
7.09.02.01	Federais	20.792	13.060
7.09.02.02	Estaduais	3	5
7.09.02.03	Municipais	2.806	3.032
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.427	5.306
7.09.03.01	Aluguéis	5.427	5.306
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	62.233	80.337
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	33.263	30.696
7.09.04.02	Dividendos	6.737	29.304
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	22.233	20.337



Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO PINE - 1S14

Senhores Acionistas,

A Administração do Pine, em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de Vs. Sas. os fatos e eventos relevantes do ano, acompanhados das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas correspondentes, relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2014.

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O primeiro semestre de 2014 foi mais um período de contribuições positivas das receitas em todas as linhas de negócio. Como resultado, neste semestre, tanto a S&P quanto a Fitch reafirmaram nossos *ratings*, e assim continuamos a um *notch* do grau de investimento global.

As principais dimensões de balanço apresentaram desempenho dentro do esperado, refletindo a intensificação do conservadorismo na concessão de crédito e a solidez dos fundamentos do Banco, diante de um cenário econômico que permaneceu com pouca visibilidade.

Continuamos em linha com a nossa estratégia de servir aos nossos clientes com um leque de produtos cada vez mais amplo, sempre atendendo às empresas de forma personalizada, criando fidelidade e diversificando nossas fontes de receitas.

Estamos constantemente trabalhando para construir um banco cada vez melhor para nossos clientes, acionistas, colaboradores e investidores. Permanecemos otimistas com nosso negócio e atentos ao cenário econômico doméstico e internacional.

2. PERFIL INSTITUCIONAL

O Pine (BM&FBovespa: PINE4) é um Banco de atacado focado em estabelecer relacionamentos de longo prazo com seus clientes. Sua estratégia baseia-se em conhecer cada cliente profundamente, entendendo seu negócio e seu potencial, de modo a construir soluções e alternativas personalizadas. Esta estratégia requer diversidade de produtos, capital humano qualificado, administração de riscos eficiente e agilidade, características consistentemente desenvolvidas pelo Banco.

3. DESTAQUES DO PERÍODO

- Contribuições positivas de todas as linhas de negócios no semestre: 68,9% de Crédito Corporativo, 22,0% da Mesa para Clientes, 6,1% da Tesouraria e 3,0% da Pine Investimentos.
- Gap positivo de liquidez mantido ao longo dos últimos anos, com 14 meses para o Crédito e 16 meses para a Captação.
- Balanço líquido com caixa no valor de R\$1,4 bilhão, equivalente a 35% dos depósitos a prazo.
- Captação de R\$ 230 milhões, pelo prazo de 2 anos, através da emissão de mais uma letra financeira, ao final de julho.
- Apesar do rebaixamento de vários bancos brasileiros, a S&P reafirmou os *ratings* do Pine em Abril, com base na consistência do perfil financeiro “mesmo depois de se incorporar o impacto negativo dos riscos econômicos e industriais elevados no Brasil”.
- A Fitch também reafirmou os *ratings* do Banco, que “refletem o satisfatório perfil de crédito do banco e o seu bom desempenho nos últimos anos, em meio a um ambiente operacional em deterioração e relativamente volátil”
- Execução de mais uma transação da parceria Pine-DEG. São US\$ 18 milhões, por um prazo de 8 anos para uma empresa do setor de Materiais de Construção.
- 11º maior banco no ranking de derivativos da Cetip, sendo o 2º em derivativos de *commodities* para clientes.
- 13º maior instituição em volume de crédito para as grandes empresas, com evolução de duas posições, vis-a-vis 2013, de acordo com o ranking Melhores e Maiores da Revista Exame.

4. DESTAQUES FINANCEIROS

O total de ativos montou a R\$ 10.683 milhões em 30 de junho de 2014 e o lucro líquido alcançou R\$ 70 milhões no primeiro semestre de 2014. O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 1.270 milhões.



Comentário do Desempenho

	1S14	1S13	Δ%
Resultado e rentabilidade			
Lucro líquido (R\$ milhões)	70	84	-16,7%
ROAE anualizado	11,4%	14,1%	-2,7 p.p.
Balanço patrimonial (R\$ milhões)			
Ativos totais	10.683	10.457	2,2%
Carteira de Crédito Expandida ¹	10.032	8.994	11,5%
Depósitos totais ²	4.061	3.581	13,4%
Captação total	8.559	7.111	20,4%
Patrimônio líquido	1.270	1.259	0,9%
Qualidade da carteira			
Non performing loans - 90 dias	0,2%	0,6%	-0,4 p.p.
Cobertura da carteira	2,4%	3,7%	-1,3 p.p.
Desempenho			
Índice da Basileia	13,7%	17,0%	-3,3 p.p.
Lucro por ação ³ (R\$)	0,60	0,77	-22,1%
Valor patrimonial por ação ³ (R\$)	10,73	11,49	-6,6%

¹ Inclui Cartas de Crédito a utilizar, Fianças, Títulos de Créditos a Receber e Títulos Públicos (debêntures, CRIs, eurobonds e cotas de fundos).

² Inclui LCA e LCI.

³ Considera 118.372.603 ações para o 1S14 e 109.546.164 ações para o 1S13.

5. DESEMPENHO FINANCEIRO

Crédito Corporativo

O Pine oferece produtos tradicionais de crédito a empresas de grande porte, incluindo Capital de Giro, Repasses de linhas do BNDES e organismos multilaterais, Trade Finance e Garantias Bancárias. O total da carteira de crédito atingiu R\$ 10.032 milhões em 30 de junho de 2014, praticamente estável quando comparada a março de 2014 e 11,5% superior ao mesmo período do ano anterior. O prazo médio da carteira de crédito se manteve em 14 meses em junho de 2014. A cobertura da carteira de crédito atingiu 2,4% em Junho de 2014 e a cobertura da carteira superou os 600%.

Mesa para Clientes

A Mesa para Clientes oferece produtos de *hedge* para empresas, com o objetivo de proteger e administrar riscos de mercado presentes nos balanços dos clientes. Os mercados de atuação são, principalmente, Juros, Moedas e *Commodities*. O Pine oferece os principais produtos de derivativos, entre eles NDF (*Non Deliverable Forward*), estruturas de opção e *swaps*. O total do valor nominal da carteira de derivativos com clientes atingiu R\$ 14,4 bilhões, com duration médio de 149 dias, ao final do segundo trimestre.

PINE Investimentos

A Pine Investimentos, unidade de produtos de Banco de Investimentos do Pine, atua com profundo alinhamento junto aos clientes oferecendo soluções customizadas e diferenciadas nas áreas de Mercado de Capitais, Assessoria Financeira e *Project & Structured Finance*. A Pine Investimentos participou da estruturação de aproximadamente R\$ 1 bilhão em operações de renda fixa neste semestre.

Captação

O total de captação atingiu R\$ 8.559 milhões em junho de 2014, redução de 2,7% em relação ao trimestre anterior e crescimento de 20,4% na comparação anual. Por sua vez, o volume de depósitos a prazo evoluiu 14,1% em doze meses, e o de repasses 26,0%. O prazo médio da captação total se manteve em 16 meses.

Índice da Basileia

No trimestre, o índice de Basileia atingiu 13,7%, acima do nível mínimo regulatório (11%). O capital de Nível 1 representou 12,2% enquanto o Nível 2 representou 1,5%.

6. REDE DE ORIGINAÇÃO

Com sede em São Paulo, SP, e presença nas principais capitais e polos de negócios, Belo Horizonte, Campinas, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro e São José do Rio Preto. O Pine conta, ainda com uma agência em Cayman, que tem por objetivo ampliar a oferta de produtos e serviços por meio da atuação no mercado internacional, e uma subsidiária americana, a Pine Securities USA LLC, que tem sua atividade dedicada ao Mercado de Capitais e *Research*.

7. RECURSOS HUMANOS

Pessoas são o principal ativo do Pine. Por isso, o objetivo de Recursos Humanos é atrair, reter e desenvolver os melhores talentos, através da manutenção de um ambiente de alto desempenho, com foco em resultados e baseado em meritocracia. Ao final de junho, o Banco contava com 437 colaboradores, incluindo terceiros.



Comentário do Desempenho

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Pine possui políticas ativas de governança corporativa, em decorrência do compromisso permanente com seus acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados pelo Pine, além de integrar o nível 2 de Governança Corporativa, estão:

- Dois membros independentes e dois membros externos no Conselho de Administração;
- 100% tag along para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- Divulgação trimestral de resultados em dois padrões contábeis, BR GAAP e IFRS; e
- Comitês de Auditoria e Remuneração, que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

9. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

O Pine disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo (www.pine.com/ri), boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como através de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-3372-5343, e-mail: ri@pine.com).

10. RATINGS

		STANDARD & POOR'S	FitchRatings	Moodys.com	RISKbank
Moeda Local e Estrangeira	Longo Prazo	BB+	BB+	Ba1	-
	Curto Prazo	B	B	-	-
Nacional	Longo Prazo	brAA	AA-(bra)	Aa2.br	10,30
	Curto Prazo		F1+(bra)	Br-1	

11. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS / JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS

Durante o primeiro semestre de 2014, o Pine pagou o valor total de R\$ 40 milhões em proventos, ou R\$ 0,34 por ação. Deste total, R\$ 33,2 milhões representam juros sobre capital próprio (JCP) e R\$ 6,8 milhões, dividendos. Desde 2008, o Pine distribui dividendos/Juros sobre Capital Próprio trimestralmente.

12. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de janeiro a junho de 2014, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

A Administração

Notas Explicativas

Notas explicativas das Informações Financeiras Trimestrais Individuais e Consolidadas em BR GAAP referente ao período findo em 30 de junho de 2014 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Banco Pine S.A.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes



PINE

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Conforme disposições previstas na Resolução CMN (Conselho Monetário Nacional) nº 3.853/10 e Carta-Circular nº 3.447/10 do Banco Central do Brasil, o Banco Pine S.A optou por elaborar suas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, deixamos de preencher os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas, uma vez que estes são aplicáveis, somente, quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela CVM e convergentes com as normas internacionais emitidas pelo IASB.

Apresentamos a seguir, o balanço patrimonial consolidado e as respectivas demonstrações do resultado consolidado, bem como suas notas explicativas, os fluxos de caixa consolidado, a demonstração do valor adicionado consolidado relativas ao período findo em 30 de junho de 2014 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
CIRCULANTE		7.367.806	6.775.528	7.327.167	6.919.289
Disponibilidades	4.	86.574	147.466	93.402	157.168
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.	1.133.534	667.692	1.133.987	668.002
Aplicações no mercado aberto		853.360	183.922	853.813	184.232
Aplicações em depósitos interfinanceiros		28.548	58.199	28.548	58.199
Aplicações em moedas estrangeiras		251.626	425.571	251.626	425.571
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		1.639.878	1.804.111	1.564.152	1.918.995
Carteira própria	6. a)	566.388	1.021.113	490.662	1.135.997
Vinculados a compromissos de recompra	6. a)	500.370	551.072	500.370	551.072
Instrumentos financeiros derivativos	6. b)	398.317	227.376	398.317	227.376
Vinculados à prestação de garantias	6. a)	174.803	4.550	174.803	4.550
Relações interfinanceiras		645	621	645	621
Pagamentos e recebimentos a liquidar		43	-	43	-
Créditos vinculados:					
Depósitos no Banco Central do Brasil		602	621	602	621
Operações de crédito	7.	3.534.578	3.133.477	3.555.593	3.145.959
Operações de crédito - setor privado		3.275.872	2.917.156	3.297.115	2.929.833
Operações de crédito - setor público		-	365	-	365
Operações de crédito vinculadas a cessão	7. j)	330.438	305.996	330.438	305.996
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(71.732)	(90.040)	(71.960)	(90.235)
Outros créditos		856.101	854.969	862.805	861.352
Avais e Fianças Honradas		393	393	393	393
Carteira de câmbio	8.	544.607	525.129	544.607	525.129
Rendas a receber		26.470	26.958	26.470	26.958
Negociação e Intermediação de Valores		80.772	65.415	80.772	67.008
Diversos	9.	217.196	248.971	223.900	253.761
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(13.337)	(11.504)	(13.337)	(11.504)
Outros valores e bens		116.496	167.192	116.583	167.192
Bens não de uso próprio		112.279	162.764	112.279	162.764
Despesas antecipadas		4.217	4.428	4.304	4.428
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.242.735	3.677.856	3.237.053	3.521.586
Aplicações interfinanceiras de liquidez		11.745	-	11.745	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		11.745	-	11.745	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		611.997	799.680	600.150	595.750
Carteira própria	6. a)	255.729	402.119	243.882	198.189
Instrumentos financeiros derivativos	6. b)	153.295	287.982	153.295	287.982
Vinculados à prestação de garantias		202.973	109.579	202.973	109.579
Operações de crédito	7.	2.049.394	2.374.308	2.049.394	2.416.359
Operações de crédito - setor privado		2.035.641	2.371.032	2.035.641	2.420.402
Operações de crédito - setor público		19.527	18.626	19.527	18.626
Operações de crédito vinculadas a cessão	7. j)	66.349	60.538	66.349	60.538
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(72.123)	(75.888)	(72.123)	(83.207)
Outros créditos		557.973	492.247	564.120	497.821
Rendas a receber		34.740	29.987	34.740	29.987
Devedores por depósito em garantia	15. (c) (d)	213.342	206.615	214.576	207.809
Diversos	9.	311.322	256.343	316.235	260.723
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(1.431)	(698)	(1.431)	(698)
Outros valores e bens		11.626	11.621	11.644	11.656
Despesas antecipadas		11.626	11.621	11.644	11.656
PERMANENTE		81.786	139.672	118.545	103.791
Investimentos		61.270	113.260	97.306	76.509
Participações em controladas no exterior	10. a)	6.958	9.047	-	-
Participações em controladas no país	10. a)	54.312	104.213	-	-
Outros investimentos	10. b)	-	-	97.306	76.509
Imobilizado de uso	11. a)	19.433	24.984	19.935	25.619
Instalações, móveis e equipamentos de uso		13.217	13.216	13.771	13.806
Outras imobilizações de uso		21.419	29.140	21.669	29.405
Depreciações acumuladas		(15.203)	(17.372)	(15.505)	(17.592)
Intangíveis	11. b)	1.083	1.428	1.304	1.663
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais		9.587	9.587	10.273	10.288
Amortização acumulada		(8.504)	(8.159)	(8.969)	(8.625)
TOTAL DO ATIVO		10.692.327	10.593.056	10.682.765	10.544.666

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
CIRCULANTE		6.252.060	6.029.282	5.871.515	5.633.178
Depósitos	12.	2.346.280	2.104.966	2.314.516	2.045.453
Depósitos à vista		43.416	23.332	40.778	23.260
Depósitos interfinanceiros		81.085	77.846	79.447	73.665
Depósitos a prazo		2.221.779	2.003.788	2.194.291	1.948.528
Captações no mercado aberto	13.	502.376	547.579	469.751	508.792
Carteira própria		493.249	547.579	318.702	333.529
Carteira de terceiros		-	-	141.922	175.263
Carteira livre movimentação		9.127	-	9.127	-
Recursos de aceites e emissão de títulos		1.069.441	1.301.013	1.069.441	1.301.013
Recursos de letras de crédito imobiliário	17. a)	231.699	270.317	231.699	270.317
Recursos de letras de crédito do agronegócio	17. a)	544.611	410.269	544.611	410.269
Recursos de letras financeiras	17. a)	281.000	599.368	281.000	599.368
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	17. b)	12.131	21.059	12.131	21.059
Relações interfinanceiras		203	25	203	25
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		200	-	200	-
Correspondentes		3	25	3	25
Relações interdependências		22.525	15.072	22.525	15.072
Recursos em trânsito de terceiros		22.525	15.072	22.525	15.072
Obrigações por empréstimos e repasses	16.	1.647.727	1.389.642	1.647.727	1.389.642
Empréstimo no exterior		1.195.074	1.045.727	1.195.074	1.045.727
Repasses do país - instituições oficiais		447.669	341.050	447.669	341.050
Repasses do exterior		4.984	2.865	4.984	2.865
Instrumentos financeiros derivativos	6. b)	188.612	160.353	188.612	160.353
Instrumentos financeiros derivativos		188.612	160.353	188.612	160.353
Outras obrigações		474.896	510.632	158.740	212.828
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	14. a)	920	1.163	920	1.163
Carteira de câmbio	8.	6.166	94.959	6.166	94.959
Sociais e estatutárias		5.906	6.432	5.906	6.432
Fiscais e previdenciárias	14. b)	73.181	20.368	75.398	25.107
Negociação e intermediação de valores		13.061	27.602	21.759	39.922
Dívida subordinada	18.	11.423	14.150	11.423	14.150
Diversas	14. c)	364.239	345.958	37.168	31.095
Obrigações por venda e transferência de ativos financeiros	7. j)	330.438	317.327	-	-
Outras		33.801	28.631	37.168	31.095
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		3.101.066	3.222.867	3.472.049	3.570.581
Depósitos	12.	830.711	1.159.366	815.435	1.110.748
Depósitos interfinanceiros		323	16.093	282	16.053
Depósitos a prazo		830.388	1.143.273	815.153	1.094.695
Recursos de aceites e emissão de títulos		557.306	436.686	557.306	436.686
Recursos de letras de crédito imobiliário	17. a)	94.194	10.379	94.194	10.379
Recursos de letras de crédito do agronegócio	17. a)	60.259	28.073	60.259	28.073
Recursos de letras financeiras	17. a)	171.477	138.999	171.477	138.999
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	17. b)	231.376	259.235	231.376	259.235
Obrigações por empréstimos e repasses	16.	1.218.278	1.107.431	1.218.278	1.107.431
Empréstimo no exterior		286.325	304.538	286.325	304.538
Repasses do país - instituições oficiais		638.641	800.058	638.641	800.058
Repasses do exterior		293.312	2.835	293.312	2.835
Instrumentos financeiros derivativos	6. b)	59.692	30.480	59.692	30.480
Instrumentos financeiros derivativos		59.692	30.480	59.692	30.480
Outras obrigações		435.079	488.904	821.338	885.236
Fiscais e previdenciárias	14. b)	21.438	63.244	21.446	63.251
Dívida subordinada	18.	330.625	346.061	330.625	346.061
Diversas	14. c)	83.016	79.599	469.267	475.924
Obrigações por venda e transferência de ativos financeiros	7. j)	66.349	60.538	-	-
Provisão para passivos contingentes	15. d)	10.530	11.922	10.530	11.922
Obrigações por cotas de fundo de investimentos		-	-	452.600	456.863
Outras		6.137	7.139	6.137	7.139
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		69.272	68.499	69.272	68.499
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.	1.269.929	1.272.408	1.269.929	1.272.408
Capital social		1.112.259	1.112.259	1.112.259	1.112.259
De domiciliados no país		981.692	979.805	981.692	979.805
De domiciliados no exterior		130.567	132.454	130.567	132.454
Reservas de capital		-	14.032	-	14.032
Reservas de lucros		195.966	184.965	195.966	184.965
Ajuste de avaliação patrimonial		(16.948)	(16.765)	(16.948)	(16.765)
(-) Ações em tesouraria		(21.348)	(22.083)	(21.348)	(22.083)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.692.327	10.593.056	10.682.765	10.544.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	2º Tri/2014	30/06/2014	2º Tri/2013	30/06/2013
Lucro líquido do período	35.458	70.468	38.661	84.216
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.297	(19.601)	(11.563)	(24.940)
Hedges fluxo de caixa	251	(73)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(2.708)	11.358	4.626	9.976
Outros	2.223	(8.632)	-	78
Lucro líquido abrangente	39.521	53.520	31.724	69.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013



(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Individual				Consolidado			
		2014		2013		2014		2013	
		2º Trimestre	Acumulado	2º Trimestre	Acumulado	2º Trimestre	Acumulado	2º Trimestre	Acumulado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		265.705	538.572	333.307	560.466	262.893	526.109	341.202	573.992
Operações de crédito	20.a)	192.787	359.043	136.225	242.431	193.856	361.803	139.932	250.454
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	20.b)	80.037	181.555	66.980	123.433	76.156	166.873	71.168	128.936
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.b)	8.215	17.125	48.371	110.595	8.215	16.584	48.371	110.595
Resultado de operações de câmbio		(15.334)	(19.151)	81.731	84.007	(15.334)	(19.151)	81.731	84.007
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(199.768)	(393.968)	(288.687)	(430.252)	(180.526)	(346.919)	(286.081)	(427.960)
Operações de captação no mercado	20.c)	(144.788)	(281.628)	(175.752)	(295.906)	(144.749)	(280.451)	(174.586)	(293.614)
Operações de empréstimos e repasses	20.d)	(21.950)	(40.213)	(82.055)	(91.939)	(21.950)	(40.213)	(82.056)	(91.939)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(19.051)	(38.588)	-	-	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(13.979)	(33.539)	(30.880)	(42.407)	(13.827)	(26.255)	(29.439)	(42.407)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		65.937	144.604	44.620	130.214	82.367	179.190	55.121	146.032
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(31.835)	(74.885)	(26.707)	(60.436)	(46.902)	(106.581)	(35.672)	(71.786)
Receitas de prestação de serviços	20.e)	17.628	36.647	24.009	41.976	23.175	43.456	29.202	58.640
Rendas de tarifas bancárias		531	828	607	1.211	531	828	607	1.211
Despesas de pessoal	20.f)	(20.667)	(42.373)	(20.746)	(42.260)	(22.276)	(45.648)	(21.604)	(43.992)
Outras despesas administrativas	20.g)	(18.637)	(43.724)	(20.785)	(44.035)	(19.913)	(46.343)	(21.227)	(44.852)
Despesas tributárias	20.h)	(1.935)	(4.789)	(3.250)	(5.695)	(2.360)	(5.414)	(3.914)	(7.413)
Resultado de participação em controladas	10.	2.399	1.517	5.120	13.618	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	20.i)	7.640	15.093	5.519	16.140	9.200	16.658	5.275	15.205
Outras despesas operacionais	20.j)	(18.794)	(38.084)	(17.181)	(41.391)	(35.259)	(70.118)	(24.011)	(50.585)
RESULTADO OPERACIONAL		34.102	69.719	17.913	69.778	35.465	72.609	19.449	74.246
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	20.k)	4.471	11.307	2.733	5.026	4.471	11.307	2.733	5.026
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		38.573	81.026	20.646	74.804	39.936	83.916	22.182	79.272
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21.	(10.125)	(21.349)	9.308	(7.468)	(11.485)	(23.675)	7.772	(11.211)
Provisão para imposto de renda corrente		(26.362)	(26.601)	(7.030)	(7.864)	(27.244)	(28.127)	(8.125)	(10.471)
Provisão para contribuição social corrente		(16.266)	(16.416)	(4.395)	(4.915)	(16.760)	(17.228)	(4.838)	(5.986)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		32.503	21.668	20.733	5.311	32.519	21.680	20.735	5.246
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO		(9.721)	(22.472)	(7.012)	(13.816)	(9.726)	(23.036)	(7.012)	(14.541)
REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		16.733	33.263	15.719	30.696	16.733	33.263	15.719	30.696
LUCRO LÍQUIDO		35.460	70.468	38.661	84.216	35.458	70.468	38.661	84.216
QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO		118.372.603	118.372.603	109.546.164	109.546.164	110.842.313	109.546.164	109.546.164	109.546.164
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$		0,29956	0,59531	0,35292	0,76877	0,31990	0,64327	0,35292	0,76877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

	Individual						Consolidado	
	2014		2013		2014		2013	
	2º Trimestre	Acumulado	2º Trimestre	Acumulado	2º Trimestre	Acumulado	2º Trimestre	Acumulado
Receitas	279.934	564.087	333.833	571.718	267.917	535.248	341.288	595.922
Intermediação financeira	265.705	538.572	333.307	560.466	262.893	526.109	341.202	573.992
Receitas de prestação de serviços	17.628	36.647	24.009	41.976	23.175	43.456	29.202	58.640
Rendas de tarifas bancárias	531	828	607	1.211	531	828	607	1.211
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.979)	(33.539)	(30.880)	(42.407)	(13.827)	(26.255)	(29.439)	(42.407)
Outras	10.049	21.579	6.790	10.472	(4.855)	(8.890)	(284)	4.486
Despesas de intermediação financeira	185.789	360.429	257.807	387.845	166.699	320.664	256.642	389.697
Insumos adquiridos de terceiros	15.202	36.440	16.631	36.012	16.300	38.693	17.041	36.768
Materiais, energias e outros	201	344	124	306	208	357	126	309
Serviços de terceiros	11.978	28.060	11.329	25.854	12.969	30.088	11.629	26.394
Outros	3.023	8.036	5.178	9.852	3.123	8.248	5.286	10.065
Valor adicionado bruto	78.943	167.218	59.395	147.861	84.918	175.891	67.605	169.457
Depreciação e amortização	821	2.128	1.523	3.048	867	2.223	1.523	3.048
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	78.122	165.090	57.872	144.813	84.051	173.668	66.082	166.409
Valor adicionado recebido em transferência	2.399	1.517	5.120	13.618	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	2.399	1.517	5.120	13.618	-	-	-	-
Valor adicionado total a distribuir	80.521	166.607	62.992	158.431	84.051	173.668	66.082	166.409
Distribuição do valor adicionado	80.521	166.607	62.992	158.431	84.051	173.668	66.082	166.409
Remuneração do trabalho	30.387	64.845	27.758	56.076	32.002	68.684	28.616	58.533
Proventos	13.860	28.410	14.277	28.670	15.192	31.123	14.867	29.846
Benefícios, treinamento	2.218	4.369	2.120	4.308	2.326	4.606	2.209	4.483
Encargos sociais	4.588	9.594	4.349	9.282	4.758	9.919	4.528	9.663
Participação nos lucros	9.721	22.472	7.012	13.816	9.726	23.036	7.012	14.541
Remuneração de governos	12.059	26.138	(6.058)	13.163	13.845	29.089	(3.858)	18.624
Federais	974	2.265	2.033	3.497	1.181	2.605	2.433	4.376
Estaduais	-	2	1	6	-	3	1	5
Municipais	961	2.522	1.216	2.192	1.179	2.806	1.480	3.032
Imposto de renda e contribuição social	10.124	21.349	(9.308)	7.468	11.485	23.675	(7.772)	11.211
Remuneração de capitais de terceiros	2.614	5.156	2.631	4.976	2.746	5.427	2.663	5.036
Aluguéis e arrendamento de bens	2.614	5.156	2.631	4.976	2.746	5.427	2.663	5.036
Remuneração de capitais próprios	35.461	70.468	38.661	84.216	35.458	70.468	38.661	84.216
Juros sobre o capital próprio/dividendos	20.000	40.000	15.719	60.000	13.263	40.000	15.719	60.000
Lucros retidos	15.461	30.468	22.942	24.216	22.195	30.468	22.942	24.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PINE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto dividendos e juros sobre o capital próprio por ação)



	Capital Social Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
			Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	935.683	11.685	24.954	260.797	(423)	(12.750)	-	1.219.946
Aumento de capital (Nota 19)	31.576	-	-	-	-	-	-	31.576
Outras reservas de capital	-	(1.470)	-	-	-	-	-	(1.470)
Venda de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(3.523)	-	(3.523)
MTM de títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(14.463)	-	-	(14.463)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	84.216	84.216
Destinação do lucro (Nota 19):								
Reserva legal	-	-	4.211	-	-	-	(4.211)	-
Reserva estatutária	-	-	-	20.005	-	-	(20.005)	-
Aprovação dividendo adicional proposto	-	-	-	(18.558)	-	-	-	(18.558)
Pagamento dividendo adicional proposto	-	-	-	20.818	-	-	-	20.818
Dividendos antecipados (R\$0,1396 por ação)	-	-	-	-	-	-	(29.304)	(29.304)
Juros sobre o capital próprio (R\$0,1391 por ação)	-	-	-	-	-	-	(30.696)	(30.696)
Saldos em 30 de junho de 2013	967.259	10.215	29.165	283.062	(14.886)	(16.273)	-	1.258.542
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.112.259	14.032	15.605	169.360	(16.765)	(22.083)	-	1.272.408
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(21.348)	-	(21.348)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	(14.032)	-	(9.874)	-	22.083	-	(1.823)
MTM de títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	468	-	-	468
MTM Hedge fluxo de caixa	-	-	-	-	(44)	-	-	(44)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(607)	-	-	(607)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	70.468	70.468
Destinação do lucro (Nota 19):								
Reserva legal	-	-	3.523	-	-	-	(3.523)	-
Reserva estatutária	-	-	-	26.945	-	-	(26.945)	-
Aprovação dividendo adicional proposto	-	-	-	(21.177)	-	-	-	(21.177)
Pagamento dividendo adicional proposto	-	-	-	11.584	-	-	-	11.584
Dividendos antecipados (R\$0,2336 por ação)	-	-	-	-	-	-	(6.737)	(6.737)
Juros sobre o capital próprio (R\$0,2595 por ação)	-	-	-	-	-	-	(33.263)	(33.263)
Saldos em 30 de junho de 2014	1.112.259	-	19.128	176.838	(16.948)	(21.348)	-	1.269.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Individual	Consolidado		
		2014	2013	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido ajustado		81.418	104.028	63.880	107.046
Lucro líquido do período		70.468	84.216	70.468	84.216
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		33.539	42.407	26.255	42.407
Impostos diferidos		(21.668)	(5.311)	(21.680)	(5.246)
Depreciação e amortização		2.128	3.048	2.223	3.048
Provisão para contingências		(2.073)	(6.704)	(2.073)	(6.674)
Resultado de participação em controlada		(1.517)	(13.618)	-	-
Prejuízo (lucro) na alienação de imobilizado / investimento		541	(10)	541	(10)
Ajuste ao valor de mercado de outros investimentos		-	-	(11.854)	(10.695)
Variação de ativos e passivos		364.626	195.042	441.831	239.956
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		17.392	3.776	17.391	3.776
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		387.987	1.366.442	386.514	1.398.236
(Aumento) Redução de operações de crédito		(106.656)	(417.200)	(65.853)	(363.416)
(Aumento) Redução de outros créditos		(48.259)	(690.418)	(49.141)	(692.186)
(Aumento) Redução de outros valores e bens		50.691	4.454	50.620	4.422
(Aumento) Redução de relações interfinanceiras e interdependências		7.607	(4.995)	7.607	(4.995)
(Aumento) Redução de instrumentos financeiros derivativos		21.217	44.296	21.217	44.296
Aumento (Redução) de depósitos		(87.341)	(59.161)	(26.250)	(82.604)
Aumento (Redução) de operações compromissadas		(45.203)	(587.352)	(39.041)	(587.352)
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos		(110.952)	(61.969)	(110.952)	(62.152)
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		368.932	161.440	(87.931)	114.508
Aumento (Redução) de outras obrigações		(91.562)	431.304	336.877	462.998
Aumento (Redução) de resultado de exercícios futuros		773	4.425	773	4.425
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades operacionais		446.044	299.070	505.711	347.002
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição / Alienação de imobilizado de uso		3.227	(652)	3.265	(653)
Aplicações / Alienação no intangível		-	(18)	14	(18)
Aquisição de investimentos		-	-	(8.943)	(55.000)
Recebimento de dividendos de controladas		53.507	-	-	-
Redução/aumento de capital em controladas		-	(505)	-	-
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de investimento		56.734	(1.175)	(5.664)	(55.671)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital		-	31.576	-	31.576
Outras reservas de capital		-	(1.470)	-	(1.470)
Venda / Aquisição de ações em tesouraria		(23.171)	(3.523)	(23.171)	(3.523)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos		(45.520)	(55.686)	(45.520)	(55.686)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de financiamento		(68.691)	(29.103)	(68.691)	(29.103)
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do período		757.474	423.396	767.486	430.399
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do período	4.	1.191.561	692.188	1.198.842	692.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Banco ou Banco Pine") está autorizado a operar as carteiras comerciais, de crédito e financiamento e de câmbio.

As operações do Banco são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou Individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

Estão sendo apresentadas as Informações Financeiras Trimestrais do Banco Pine, que inclui sua Agência de Grand Cayman (Individual) e as Informações Financeiras Trimestrais consolidadas do Banco Pine e Controladas (Consolidado).

As Informações Financeiras Trimestrais estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco e inclusive sua dependência no Exterior. Exceto quando indicado, as informações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

Em atendimento à deliberação CVM n.º 505/06, informamos que foi autorizada, em 07 de agosto de 2014, a conclusão das Informações Financeiras Trimestrais, Individuais e Consolidadas, de 30 de junho de 2014, pelo Conselho de Administração do Banco, dentre outras providências.

As Informações Financeiras Trimestrais consolidadas contemplam as operações do Banco Pine S.A., sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas a seguir:

30/06/2014					
	Atividade	Total do Ativo	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Dependências no exterior					
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	1.041.361	6.608	76.697	(1.554)
Subsidiárias					
Pine Securities USA LLC	Corretora	8.519	11.013	6.959	(1.547)
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	DTVM	190.041	13.385	44.185	2.420
Pine Comercializadora de Energia Elétrica Ltda ^{(1) (2)}	Consultoria	3.525	1.000	3.516	32
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	247	500	246	1
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Consultoria	3.922	500	3.473	487
Pine Assessoria em Comercialização de Energia	Consultoria	32	60	32	(9)
Pine Planejamento e Serviços Ltda	Consultoria	3.122	10	2.890	667
Entidades de propósito específico					
Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros (a)	FIDC	26.902	16.949	26.889	3.985
FIP Rio Corporate - Fundo De Investimento Em Participacoes (b)	FIP	114.008	64.893	105.260	10.706
IRE VII Desenvolvimento Imobiliário S/A (c)	SPE	52.313	51.878	51.077	126
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC Pine Agro (d) ⁽³⁾	FIDC	631.639	571.429	631.527	40.802

30/06/2013					
	Atividade	Total do Ativo	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Dependências e Subsidiárias no exterior					
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	514.516	6.647	84.521	(4.627)
Pine Securities USA LLC ⁽³⁾	Subsidiária no exterior	10.958	11.078	10.223	350
Subsidiárias					
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	DTVM	254.167	13.385	39.194	1.120
Pine Comercializadora de Energia Elétrica Ltda ⁽⁴⁾	Consultoria	82.838	77.400	82.114	1.685
Pine Corretora de Seguros Ltda. ⁽³⁾	Corretora de seguros	239	500	237	4
Pine Assessoria e Consultoria Ltda. ⁽¹⁾	Consultoria	35.972	500	35.575	66
Pine Assessoria em Comercialização de Energia ⁽⁴⁾	Consultoria	47.211	60	47	(6)
Pine Planejamento e Serviços Ltda ⁽²⁾	Consultoria	15.558	10	14.862	10.744
Entidades de propósito específico					
Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros (a)	FIDC	107.178	80.875	107.141	6.112
FIP Rio Corporate - Fundo De Investimento Em Participacoes (b)	FIP	87.126	42.000	71.936	29.936
IRE VII Desenvolvimento Imobiliário S/A (c)	SPE	44.105	33.896	32.668	(916)

⁽¹⁾ Conforme alteração contratual que ocorreu em 26 de dezembro de 2013, a Pine Comercializadora de Energia reduziu seu capital social de R\$77.400 para R\$1.000.

⁽²⁾ A Pine Comercializadora de Energia Elétrica Ltda é a detentora de 90% da empresa Pine Assessoria em Comercialização de Energia.

⁽³⁾ Em 16 de setembro de 2013 foi constituído o FIDC Pine Agro e em 17 de setembro de 2013 o Banco integralizou 171.428.571 cotas.

a) Pine Crédito Privado

Pelo fato do controle sobre os recebíveis cedidos ao fundo remanescer com o Banco (recebimento, repasse e cobrança), e na essência o Banco fornecer garantias aos investidores do FIDC em relação aos recebimentos e rendimentos esperados, a administração do Banco decidiu consolidar o FIDC, conforme previsto no Ofício - circular da CVM n.º 01/07.

Conforme artigo 5º da Instrução CVM n.º 408/04, seguem informações relacionadas ao Pine Crédito Privado considerado na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

i) Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC

O Fundo denominado Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros, administrado pelo Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A. foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 07 de dezembro de 2010. A data de início da distribuição foi em 28 de março de 2011. O Fundo ofertou 207.000 cotas seniores no valor unitário de R\$1. A data de encerramento da distribuição foi em 06 de abril de 2011. O Fundo encerrará suas atividades no prazo de 180 dias contados do resgate integral das cotas seniores em circulação (54 meses após a data de distribuição do Fundo).

O objetivo do Fundo é atuar no sentido de propiciar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, exclusivamente por meio da aquisição de Direitos Creditórios do segmento financeiro, exclusivamente empréstimos para empresas (capital de giro) originados e cedidos pelo Pine, que atendam aos Critérios de Elegibilidade, observados todos os índices de composição e diversificação de carteira estabelecidos no Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014

02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

ii) Participação no patrimônio e nos resultados do FIDC

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM n.º 356, com redação dada pela Instrução CVM n.º 393, e capítulo 21 do Regulamento do Fundo, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo será de 69%. Isto quer dizer que o Fundo deverá ter 31% de seu patrimônio representado por cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas do Fundo, mensalmente.

iii) Natureza de seu envolvimento com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Cedente (Banco Pine), sem prejuízo do direito do cessionário (Fundo), diretamente ou por intermédio de terceiros, também efetuar tal verificação.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do Fundo é atribuído às cotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedido esta somatória, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do Fundo é atribuída às cotas seniores. As cotas subordinadas não apresentam uma meta de rentabilidade, porém deverão se beneficiar dos eventuais retornos excedentes gerados pela carteira de direitos creditórios.

Na hipótese de inobservância do percentual de cotas subordinadas representando menos de 31% do patrimônio líquido do Fundo, o Banco terá 5 dias úteis para providenciar o restabelecimento dessa relação mínima, através de subscrição de novas cotas subordinadas, o que caso não ocorra, deverá a Administradora convocar um Evento de Avaliação nos termos do regulamento. Na hipótese das cotas subordinadas representarem mais que 31% do patrimônio líquido do Fundo, a administradora poderá realizar uma amortização parcial de cotas subordinadas em montante necessário ao re-equilíbrio desse fator.

iv) Montante e natureza dos créditos, obrigações, receitas e despesas entre a companhia e o FIDC, ativos transferidos pela companhia e direitos de uso sobre ativos do FIDC

No período findo em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não houve operações cedidas para o FIDC.

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas neste Fundo, o Banco reconheceu no semestre findo em 30 de junho de 2014, lucro de R\$4.215 (prejuízo de R\$1.039 em 30 de junho de 2013), reconhecidas contabilmente na rubrica de "resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

v) Total dos ativos, passivos e patrimônio do FIDC em 30 de junho de 2014 e de 2013:

	30/06/2014	31/12/2013		30/06/2014	31/12/2013
Ativo circulante e realizável a longo prazo	26.902	69.974	Passivo circulante e exigível a longo prazo	13	39
Disponibilidades	10	12	Outras obrigações	13	39
Aplicações interfinanceiras de liquidez	453	310			
Títulos e valores mobiliários	5.196	8.715			
Operações de crédito	21.243	60.937	Patrimônio líquido	26.889	69.935
Total do ativo	26.902	69.974	Total do passivo	26.902	69.974

vi) Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC

O Banco Pine não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do Fundo ou de seus investidores.

vii) Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades do FIDC

O Banco Pine é o detentor da totalidade das cotas subordinadas deste Fundo. Sendo que as cotas seniores pertencem a diversos investidores qualificados.

b) FIP Rio Corporate

Pelo fato do Banco ser cotista único do FIP e este ser um Fundo de Investimento em Participações, a administração decidiu consolidar o FIP, conforme Resolução n.º 2.723 de 31 de maio de 2000 do Banco Central do Brasil.

i) Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIP.

O Fundo denominado Rio Corporate Fundo de Investimento em Participações, administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 18 de abril de 2013. O Fundo ofertou 100.000 cotas no valor unitário de R\$1. A data de encerramento da distribuição é de 30 meses, contados da data da primeira integralização de cotas, que foi em 15 de maio de 2013. O Fundo encerrará suas atividades cinco anos contados da data da primeira integralização de cotas, o qual poderá ser prorrogado, mediante proposta do Gestor e por deliberação em Assembleia Geral de Cotistas.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Cotistas a valorização do capital investido, no longo prazo, mediante o investimento em ações de emissão da Companhia Investida, cujo objeto exclusivo é o desenvolvimento e exploração econômica, por meio de locação e alienação do Empreendimento Imobiliário.

ii) Total dos ativos, passivos e patrimônio do FIP em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

	30/06/2014	31/12/2013		30/06/2014	31/12/2013
Ativo Circulante	114.008	97.981	Passivo Circulante	8.748	12.370
Disponibilidades	1	1	Outras obrigações	8.748	12.370
Títulos e valores mobiliários	114.007	97.980			
Cotas de fundos de investimentos	25	33			
Ações de companhia fechada	113.982	97.947	Patrimônio líquido	105.260	85.611
Total do ativo	114.008	97.981	Total do passivo	114.008	97.981

c) IRE VII Desenvolvimento Imobiliário S/A

Pelo fato de ter o controle sobre as atividades da entidade de propósito específico, a administração do Banco decidiu consolidar a IRE VII Desenvolvimento Imobiliário S/A, conforme previsto na instrução CVM n.º 408/04.

i) Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pela EPE.

A companhia denominada IRE VII Desenvolvimento Imobiliário S/A, foi constituída sob a forma de sociedade por ações em 09 de dezembro de 2010. A companhia tem por objetivo social a administração, compra, venda e locação de bens imóveis próprios ou de terceiros; o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, e a participação em outras sociedades, simples ou empresárias como acionista ou quotista.

ii) Participação no patrimônio e nos resultados da EPE.

Em 16 de maio de 2013 o Banco, através do FIP Rio Corporate, adquiriu 100% das ações da IRE VII Desenvolvimento Imobiliário S/A.

iii) Total dos ativos, passivos e patrimônio da EPE em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

	30/06/2014	31/12/2013		30/06/2014	31/12/2013
Ativo Circulante	3.509	8.945	Passivo Circulante	1.236	716
Disponibilidades	511	361	Fiscais e previdenciárias	58	141
Títulos e valores mobiliários	1.927	8.507	Outras obrigações	1.178	575
Outros Créditos	1.071	77			
Permanente	48.804	37.722	Patrimônio líquido	51.077	45.951
Imobilizado	48.804	37.722			
Total do ativo	52.313	46.667	Total do passivo	52.313	46.667

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014

02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

d) FIDC Pine Agro

Pelo fato do Banco permanecer com os riscos e benefícios dos direitos creditórios cedidos ao Fundo através da aquisição de 100% das cotas subordinadas, a administração do Banco decidiu consolidar o FIDC Pine Agro, conforme previsto no Ofício - circular da CVM n.º 01/07.

i) Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC

O Fundo denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC Pine Agro, administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 16 de setembro de 2013. O patrimônio do Fundo é formado por duas classes de cotas, as Cotas Seniores, e Cotas Subordinadas, na forma do Artigo 12 da Instrução CVM 356/01. A primeira oferta de Cotas Seniores do fundo foi realizada nos termos da Instrução 476/09, e foi destinada apenas a Investidores Qualificados, adquirindo um montante mínimo de R\$1.000 (um milhão de reais). O Fundo tem prazo indeterminado de duração.

O Santander Brasil S.A foi contratado pelo Fundo para ser responsável pela prestação ao Fundo dos serviços de controladoria do Fundo, custódia qualificada dos ativos integrantes da carteira, guarda dos documentos comprobatórios e escrituração das cotas.

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Cotistas por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos Créditorios oriundos (i) operações de empréstimo originadas e concedidas pelo cedente, seja de maneira exclusiva ou sindicalizada, a seus clientes nos setores de atuação, e (ii) debêntures emitidas pelos clientes, atuantes nos setores de atuação, de titularidade do cedente, que poderão contar com garantias, dentre elas garantias reais, para que atendam às condições de cessão e aos critérios de elegibilidade, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecida no Regulamento do Fundo.

O Fundo poderá adquirir direitos creditórios originados e concedidos pelo cedente nos seguintes setores de atuação: (i) açúcar e álcool; (ii) agricultura (produção primária); (iii) varejistas e distribuidores do setor de alimentos; (iv) proteína animal; (v) grãos; (vi) bebidas; (vii) energia renovável; (viii) tradings; (ix) insumos agrícolas; (x) papel e celulose; (xi) produtos de valor agregado.

ii) Participação no patrimônio e nos resultados do FIDC.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM n.º 356, com redação dada pela Instrução CVM n.º 393, e capítulo 21 do Regulamento do Fundo, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo será de 70%. Isto quer dizer que o Fundo deverá ter 30% de seu patrimônio representado por cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas do Fundo, mensalmente.

iii) Natureza de seu envolvimento com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Custodiante, sem prejuízo do direito do cessionário (Fundo), diretamente ou por intermédio de terceiros, também efetuar tal verificação.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do Fundo é atribuído às cotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedido esta somatória, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do Fundo é atribuída às cotas seniores. As cotas subordinadas não apresentam uma meta de rentabilidade, porém deverão se beneficiar dos eventuais retornos excedentes gerados pela carteira de direitos creditórios.

Na hipótese de inobservância do percentual de cotas subordinadas representando menos de 30% do patrimônio líquido do Fundo, o Banco, mediante solicitação do administrador, deverá subscrever novas cotas subordinadas num prazo máximo de 5 dias corridos, de maneira a atingir a proporção equivalente à razão de garantia. Caso o desenquadramento não seja sanado no prazo estipulado, o Administrador convocará Assembleia Geral de Cotistas para que esta delibere (i) a liquidação antecipada do fundo ou (ii) a amortização extraordinária.

iv) Montante e natureza dos créditos, obrigações, receitas e despesas entre a companhia e o FIDC, ativos transferidos pela companhia e direitos de uso sobre ativos do FIDC

No período findo em 30 de junho de 2014 houve operações cedidas para o FIDC Pine Agro no montante de R\$220.098.

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas nesse Fundo, o Banco reconheceu, receita de R\$4.562 no trimestre findo em 30 de junho de 2014, registradas contabilmente na rubrica de "resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

v) Total dos ativos, passivos e patrimônio do FIDC Pine Agro em 30 de junho de 2014:

	30/06/2014	31/12/2013		30/06/2014	31/12/2013
Ativo Circulante	631.639	590.854	Passivo Circulante	112	129
Disponibilidades	12	839	Outras obrigações	112	129
Aplicações interfinanceiras de liquidez	30.698	-			
Títulos e valores mobiliários	216.690	189.314			
Operações de Crédito	373.531	360.320			
Outros Créditos	10.708	40.381	Patrimônio líquido	631.527	590.725
Total do ativo	631.639	590.854	Total do passivo	631.639	590.854

vi) Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC.

O Banco Pine não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do Fundo ou de seus investidores.

vii) Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades do FIDC.

O Banco Pine é o detentor da totalidade das cotas subordinadas deste Fundo, sendo que as cotas seniores pertencem a diversos investidores qualificados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Informações Financeiras Trimestrais do Banco Pine são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e das sociedades por ações e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, quando aplicável.

Não foram adotados nos balanços Consolidados as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, aprovadas pela CVM, mas não homologadas pelo Bacen. Foram adotados para fins de divulgação das demonstrações financeiras os normativos aprovados pela CVM que não conflitaram com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional - CMN e Bacen, e as que foram referendadas pelo Bacen.

As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes:

a) Consolidação

Nas Informações Financeiras Trimestrais consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Banco Pine e suas subsidiárias e entidades de propósito específico foram eliminados. No processo de consolidação dos FIDCs, o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios, foi incorporado a carteira de crédito do Banco, com o correspondente registro das cotas seniores, na rubrica de "Obrigações por empréstimos e repasses - no país", líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representada pelas cotas detidas deste fundo.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014

02056-7 BANCO PINE S/A

62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério "pro rata temporis", substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular n.º 3.068/01, do Bacen, os títulos e valores mobiliários do Banco são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários.

Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular Bacen n.º 3.082/02, e a Carta-Circular Bacen n.º 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termo, futuros e "swaps" são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios:

- Operações com opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício;
- Operações de futuro: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- Operações de "swap": os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa "pro rata dia" até a data do balanço;
- Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como "hedge", em conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- Instrumentos financeiros considerados como "hedge", são classificados como "hedge" de risco de mercado e "hedge" de fluxo de caixa.

Os "hedges" de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge". Os instrumentos e os itens objetos de "hedge" são ajustados a valor de mercado e registrados em conta de resultado.

g) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco de acordo com critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação.

As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

h) Baixa de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução BACEN nº 3.533/08, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014

02056-7 BANCO PINE S/A

62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e

Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN.

i) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

j) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

k) Permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;
- Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade;
- A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;
- O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment".

m) Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "Captações no mercado aberto".

n) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução n.º 3.823/09, e Carta-Circular n.º 3.429/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC n.º 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

p) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social - 15%. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

De acordo com a Medida Provisória n.º 449/08 e posteriormente com a Lei n.º 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido, introduzidas pela Lei n.º 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida lei, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

q) Participações no resultado

O Banco Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelado e homologado pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

r) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos e derivativos e provisão para créditos de liquidação duvidosa; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; taxas de depreciação do ativo imobilizado; amortização do diferido; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

s) Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Disponibilidades (Caixa)	86.574	119.988	93.403	120.026
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	1.104.987	572.200	1.105.439	572.601
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.191.561	692.188	1.198.842	692.627

⁽¹⁾ Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, estão compostas como segue:

Papel/Vencimento	Individual			
	30/06/2014			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
<u>Aplicações em operações compromissadas</u>				
Posição Bancada				
LTN	693.998	-	-	693.998
LFT	150.000	-	-	150.000
Subtotal	843.998	-	-	843.998
Posição Vendida				
Eurobond	9.362	-	-	9.362
Subtotal	9.362	-	-	9.362
Total de aplicações em operações compromissadas	853.360	-	-	853.360
<u>Aplicações em depósitos interfinanceiros</u>				
Carteira própria				
CDI Pós	1.576	12.884	11.745	26.205
CDI Rural	14.088	-	-	14.088
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	15.664	12.884	11.745	40.293
<u>Aplicações em moedas estrangeiras</u>				
Aplicações em moedas estrangeiras	251.626	-	-	251.626
Total de aplicações em moedas estrangeiras	251.626	-	-	251.626
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.120.650	12.884	11.745	1.145.279

Papel/Vencimento	Consolidado			
	30/06/2014			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
<u>Aplicações em operações compromissadas</u>				
Posição Bancada				
LTN	694.451	-	-	694.451
LFT	150.000	-	-	150.000
Subtotal	844.451	-	-	844.451
Posição Vendida				
Eurobond	9.362	-	-	9.362
Subtotal	9.362	-	-	9.362
Total de aplicações em operações compromissadas	853.813	-	-	853.813
<u>Aplicações em depósitos interfinanceiros</u>				
Carteira própria				
CDI Pós	1.576	12.884	11.745	26.205
CDI Rural	14.088	-	-	14.088
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	15.664	12.884	11.745	40.293
<u>Aplicações em moedas estrangeiras</u>				
Aplicações em moedas estrangeiras	251.626	-	-	251.626
Total de aplicações em moedas estrangeiras	251.626	-	-	251.626
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.121.103	12.884	11.745	1.145.732

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Papel/Vencimento	Individual		
	31/12/2013		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
<u>Aplicações em operações compromissadas</u>			
Posição Bancada			
LTN	121.617	-	121.617
NTN	62.305	-	62.305
Total de aplicações em operações compromissadas	183.922	-	183.922
<u>Aplicações em depósitos interfinanceiros</u>			
Carteira própria			
CDI Pós	9.264	35.144	44.408
CDI Rural	-	13.791	13.791
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	9.264	48.935	58.199
<u>Aplicações em moedas estrangeiras</u>			
Aplicações em moedas estrangeiras	425.571	-	425.571
Total de aplicações em moedas estrangeiras	425.571	-	425.571
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	618.757	48.935	667.692

Papel/Vencimento	Consolidado		
	31/12/2013		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
<u>Aplicações em operações compromissadas</u>			
Posição Bancada			
LTN	121.927	-	121.927
NTN	62.305	-	62.305
Total de aplicações em operações compromissadas		-	184.232
<u>Aplicações em depósitos interfinanceiros</u>			
Carteira própria			
CDI Pós	9.264	35.144	44.408
CDI Rural	-	13.791	13.791
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	9.264	48.935	58.199
<u>Aplicações em moedas estrangeiras</u>			
Aplicações em moedas estrangeiras	425.571	-	425.571
Total de aplicações em moedas estrangeiras	425.571	-	425.571
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	434.835	48.935	668.002

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários, em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, estava apresentada como segue:

Papel/Vencimento	Individual					
	30/06/2014					
	Valores atualizados pelo mercado					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
<u>Títulos disponíveis para venda:</u>						
Carteira própria:						
NTN	22.970	-	-	-	-	22.970
Debêntures	-	-	20.808	16.293	-	37.101
Nota Promissória	39.683	-	-	-	-	39.683
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	-	-	10.470	208.158	-	218.628
Subtotal	62.653	-	31.278	224.451	-	318.382
Vinculados à prestação de garantias:						
NTN	51.851	49.880	152.280	50.693	-	304.704
Subtotal	51.851	49.880	152.280	50.693	-	304.704
Total de títulos disponíveis para venda	114.504	49.880	183.558	275.144	-	623.086
<u>Títulos para negociação ⁽¹⁾:</u>						
Carteira própria:						
LTN	-	27.138	4.571	-	-	31.709
NTN	-	10.998	41.084	52.695	20.219	124.996
Debêntures	3.700	40.493	77.155	32.679	-	154.027
Cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	193.003	-	-	-	-	193.003
Subtotal	196.703	78.629	122.810	85.374	20.219	503.735

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Vinculados a compromissos

de recompra:

LTN	-	190.339	70.325	-	-	260.664	260.055
NTN	82.303	-	-	-	-	82.303	82.831
Debêntures	1.425	5.264	35.922	104.652	-	147.263	143.885
Eurobonds	10.140	-	-	-	-	10.140	10.020
Subtotal	93.868	195.603	106.247	104.652	-	500.370	496.791

Vinculados à prestação

de garantias:

LTN	-	14.294	15.123	-	-	29.417	29.343
NTN	-	21.448	22.207	-	-	43.655	44.495
Subtotal	-	35.742	37.330	-	-	73.072	73.838

Total de títulos

para negociação

	290.571	309.974	266.387	190.026	20.219	1.077.177	1.090.335
--	---------	---------	---------	---------	--------	-----------	-----------

Total de Títulos

	405.075	359.854	449.945	465.170	20.219	1.700.263	1.733.021
--	---------	---------	---------	---------	--------	-----------	-----------

Papel/Vencimento	Consolidado						
	30/06/2014						
	Valores atualizados pelo mercado						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de curva

Títulos disponíveis para venda:

Carteira própria:

NTN	22.970	-	-	-	-	22.970	23.191
Debêntures	-	-	20.808	16.293	-	37.101	38.192
Nota Promissoria	39.683	-	-	-	-	39.683	39.586
Subtotal	62.653	-	20.808	16.293	-	99.754	100.969

Vinculados à prestação

de garantias:

NTN	51.851	49.880	152.280	50.693	-	304.704	323.089
Subtotal	51.851	49.880	152.280	50.693	-	304.704	323.089

Total de títulos

disponíveis para venda

	114.504	49.880	173.088	66.986	-	404.458	424.058
--	---------	--------	---------	--------	---	---------	---------

Títulos para negociação ⁽¹⁾:

Carteira própria:

LFT	-	13.001	-	134.016	72.765	219.782	219.782
LTN	-	27.138	4.571	-	-	31.709	31.659
NTN	-	10.998	41.084	52.695	20.219	124.996	131.143
Debêntures	3.700	40.493	77.155	32.679	-	154.027	151.551
Cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	104.276	-	-	-	-	104.276	102.222
Subtotal	107.976	91.630	122.810	219.390	92.984	634.790	636.357

Vinculados a compromissos

de recompra:

LTN	-	190.339	70.325	-	-	260.664	260.055
NTN	82.303	-	-	-	-	82.303	82.831
Debêntures	1.425	5.264	35.922	104.652	-	147.263	143.885
Eurobonds	10.140	-	-	-	-	10.140	10.020
Subtotal	93.868	195.603	106.247	104.652	-	500.370	496.791

Vinculados à prestação

de garantias:

LTN	-	14.294	15.123	-	-	29.417	29.343
NTN	-	21.448	22.207	-	-	43.655	44.495
Subtotal	-	35.742	37.330	-	-	73.072	73.838

Total de títulos

para negociação

	201.844	322.975	229.057	324.042	92.984	1.208.232	1.206.986
--	---------	---------	---------	---------	--------	-----------	-----------

Total de Títulos

	316.348	372.855	402.145	391.028	92.984	1.612.690	1.631.044
--	---------	---------	---------	---------	--------	-----------	-----------

Papel/Vencimento	Individual						
	31/12/2013						
	Valores atualizados pelo mercado						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de curva

Títulos disponíveis para venda:

Carteira própria:

LTN	89.966	-	-	-	-	89.966	89.981
NTN	-	73.077	85.138	48.089	-	206.304	216.974
Debêntures	-	-	713	-	64.249	64.962	66.976
Nota Promissoria	-	44.686	-	-	-	44.686	44.459
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	-	-	20.446	183.484	-	203.930	203.930
Subtotal	89.966	117.763	106.297	231.573	64.249	609.848	622.320

Vinculados à prestação

de garantias:

NTN	-	-	109.579	-	-	109.579	117.415
Subtotal	-	-	109.579	-	-	109.579	117.415

Total de títulos

disponíveis para venda

	89.966	117.763	215.876	231.573	64.249	719.427	739.735
--	--------	---------	---------	---------	--------	---------	---------

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014

02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Títulos para negociação ⁽¹⁾:

Carteira própria:

LTN	349.869	30.940	4.930	-	-	385.739	385.916
NTN	8.125	46	33.707	37.788	8.305	87.971	89.758
Debêntures	-	9.424	51.928	88.448	-	149.800	135.546
Cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	180.381	-	-	-	-	180.381	180.381
Eurobonds	91	70	-	-	9.332	9.493	9.493
Subtotal	538.466	40.480	90.565	126.236	17.637	813.384	801.094

Vinculados a compromissos

de recompra:

LTN	-	161.579	40.217	-	-	201.796	202.421
NTN	-	80.339	18.969	48.089	10.983	158.380	163.429
Debêntures	-	46.180	10.300	117.924	-	174.404	186.079
Eurobonds	132	128	2.686	-	13.546	16.492	16.492
Subtotal	132	288.226	72.172	166.013	24.529	551.072	568.421

Vinculados à prestação

de garantias:

LTN	-	1.074	-	-	-	1.074	1.079
NTN	-	-	3.476	-	-	3.476	3.542
Subtotal	-	1.074	3.476	-	-	4.550	4.621

Total de títulos

para negociação

	538.598	329.780	166.213	292.249	42.166	1.369.006	1.374.136
--	---------	---------	---------	---------	--------	-----------	-----------

Total de Títulos

	628.564	447.543	382.089	523.822	106.415	2.088.433	2.113.871
--	---------	---------	---------	---------	---------	-----------	-----------

Papel/Vencimento	Consolidado						Valor de curva
	31/12/2013						
	Valores atualizados pelo mercado						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	

Títulos disponíveis para venda:

Carteira própria:

LTN	89.966	-	-	-	-	89.966	89.981
NTN	-	73.077	85.138	48.089	-	206.304	216.974
Debêntures	-	-	713	-	64.249	64.962	66.976
Nota Promissória	-	44.686	-	-	-	44.686	44.459
Subtotal	89.966	117.763	85.851	48.089	64.249	405.918	418.390

Vinculados à prestação

de garantias:

NTN	-	-	109.579	-	-	109.579	117.415
Subtotal	-	-	109.579	-	-	109.579	117.415

Total de títulos

disponíveis para venda

	89.966	117.763	195.430	48.089	64.249	515.497	535.805
--	--------	---------	---------	--------	--------	---------	---------

Títulos para negociação ⁽¹⁾:

Carteira própria:

LFT	-	-	30.070	8.715	147.552	186.337	186.337
LTN	349.869	30.940	4.930	-	-	385.739	385.916
NTN	8.125	46	33.707	37.788	8.305	87.971	89.758
Debêntures	-	9.424	51.928	88.448	-	149.800	135.546
Cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	108.693	-	-	-	-	108.693	108.693
Eurobonds	91	70	-	-	9.332	9.493	9.493
CDB	235	-	-	-	-	235	235
Subtotal	467.013	40.480	120.635	134.951	165.189	928.268	915.978

Vinculados a compromissos

de recompra:

LTN	-	161.579	40.217	-	-	201.796	202.421
NTN	-	80.339	18.969	48.089	10.983	158.380	163.429
Debêntures	-	46.180	10.300	117.924	-	174.404	186.079
Eurobonds	132	128	2.686	-	13.546	16.492	16.492
Subtotal	132	288.226	72.172	166.013	24.529	551.072	568.421

Vinculados à prestação

de garantias:

LTN	-	1.074	-	-	-	1.074	1.079
NTN	-	-	3.476	-	-	3.476	3.542
Subtotal	-	1.074	3.476	-	-	4.550	4.621

Total de títulos

para negociação

	467.145	329.780	196.283	300.964	189.718	1.483.890	1.489.020
--	---------	---------	---------	---------	---------	-----------	-----------

Total de Títulos

	557.111	447.543	391.713	349.053	253.967	1.999.387	2.024.825
--	---------	---------	---------	---------	---------	-----------	-----------

⁽¹⁾ Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do papel.

⁽²⁾ Os ativos que compõem os fundos são, na sua maioria, debêntures, notas promissórias e certificado de recebíveis totalizando o valor de R\$489.459 (R\$558.025 em 31 de dezembro de 2013) (nota 7a).

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não havia títulos na categoria "mantidos até o vencimento".

Conforme estabelecido no artigo 5º da Circular n.º 3.068/08, do Bacen, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balançotes semestrais. Em 31 de dezembro de 2013 foram reclassificados títulos e valores mobiliários da categoria "disponíveis para venda" para "negociação", no montante R\$184.779, gerando um resultado positivo de R\$1.347, sendo R\$808 líquido dos efeitos tributários, registrados na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários". Em 30 de junho de 2014 não houve reclassificação de categorias.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria "disponíveis para venda" e "para negociação" foi apurado com base em preços e taxas praticados em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, BM&Fbovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, pelos administradores dos fundos de investimento e pelas Agências Internacionais de Informações. A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" resultou em um ajuste negativo no montante de R\$19.601 no Individual e no Consolidado (ajuste negativo de R\$20.308 no Individual e Consolidado em 31 de dezembro de 2013), impactando o patrimônio líquido do Banco em R\$11.761 no Individual e no Consolidado (R\$12.185 no Individual e Consolidado em 31 de dezembro de 2013), líquidos dos efeitos tributários. A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "para negociação" resultou em um ajuste negativo no montante de R\$13.158 no Individual e um ajuste positivo de R\$1.246 no Consolidado (ajuste negativo de R\$3 no Individual e no Consolidado em 30 de junho de 2013) no resultado.

b) Instrumentos financeiros derivativos

i) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

ii) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de stress. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de stress.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na BM&Fbovespa ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swap com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são baixos em relação ao total da instituição.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Banco vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Banco utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela BM&Fbovespa, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

iv) Derivativos de crédito

Representam, de maneira geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de modo linear ao longo da vigência da operação. No caso de um evento de crédito ("default"), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

Em 30 de junho de 2014, o Pine realizou operações com cliente risco soberano da República Federativa do Brasil.

v) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

	Individual e Consolidado					
	30/06/2014			31/12/2013		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Instrumentos financeiros derivativos						
ATIVO						
"Swap" - diferencial a receber	63.882	136.846	200.728	82.034	270.129	352.163
Contratos a termo - a receber	288.956	13.644	302.600	72.953	17.853	90.806
Prêmios de opções a exercer	45.479	2.571	48.050	72.389	-	72.389
Risco Transferido	-	234	234			
Total a receber	398.317	153.295	551.612	227.376	287.982	515.358
PASSIVO						
"Swap" - diferencial a pagar	(14.007)	(52.135)	(66.142)	(32.138)	(25.464)	(57.602)
Contratos a termo - a pagar	(139.842)	(6.626)	(146.468)	(68.043)	(4.219)	(72.262)
Prêmios de opções lançadas	(34.763)	(931)	(35.694)	(60.172)	(797)	(60.969)
Total a pagar	(188.612)	(59.692)	(248.304)	(160.353)	(30.480)	(190.833)
Valor líquido	209.705	93.603	303.308	67.023	257.502	324.525

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

vi) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

	Individual e Consolidado			
	30/06/2014			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado / PL
"Swap"				
Risco de mercado				
Posição ativa:	5.948.957	200.728	-	
Juros	4.642.767	138.004	-	
Moeda	1.297.867	62.724	-	
Renda variável	8.323	-	-	
Posição passiva:	5.948.957	-	(47.244)	
Juros	2.346.257	-	(45.143)	
Moeda	3.602.700	-	(2.101)	
Valor líquido		200.728	(47.244)	(36.000)
Hedge Fluxo de caixa				
Posição ativa:	259.675	-	-	
Moeda	259.675	-	-	
Posição passiva:	259.675	-	(18.898)	
Juros	259.675	-	(18.898)	
Valor líquido	-	-	(18.898)	(5.362)
Contratos a termo				
Posição ativa:	8.993.918	302.600	-	
Juros	5.962.315	261.080	-	
Moeda	2.651.924	25.558	-	
Commodities	379.679	15.962	-	
Posição passiva:	8.993.918	-	(146.468)	
Juros	2.357.733	-	(120.910)	
Moeda	6.513.380	-	(24.620)	
Commodities	122.805	-	(938)	
Valor líquido	-	302.600	(146.468)	290.562
Opções				
Prêmios de opções a exercer:	1.826.686	48.050	-	
Moeda	1.408.231	24.952	-	
Commodities	418.455	23.098	-	
Prêmios de opções lançadas:	1.261.281	-	(35.694)	
Moeda	820.872	-	(13.379)	
Commodities	440.409	-	(22.315)	
Valor líquido	-	48.050	(35.694)	43.929
Derivativos de Crédito				
Posição ativa:	11.012	234	-	
Moeda	11.012	234	-	
Posição passiva:	11.012	-	-	
Moeda	11.012	-	-	
Valor líquido				234
Total a receber (pagar) e ganho (perda)	-	551.612	(229.406)	293.363

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

	Individual e Consolidado			
	31/12/2013			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado / PL
"Swap"				
Risco de mercado				
Posição ativa:	5.581.191	352.163	-	
Juros	3.408.528	179.337	-	
Moeda	2.130.411	172.770	-	
Renda variável	42.252	56	-	
Posição passiva:	5.581.191	-	(57.602)	
Juros	3.533.561	-	(28.160)	
Moeda	2.047.630	-	(29.442)	
Valor líquido	-	352.163	(57.602)	230.856
Contratos a termo				
Posição ativa:	6.595.674	90.806	-	
Juros	4.161.379	9.789	-	
Moeda	2.341.952	80.384	-	
Commodities	92.343	633	-	
Posição passiva:	6.595.674	-	(72.262)	
Juros	1.930.135	-	(6.960)	
Moeda	4.623.121	-	(65.244)	
Commodities	42.418	-	(58)	
Valor líquido	-	90.806	(72.262)	(39.919)
Opções				
Prêmios de opções a exercer:	1.408.454	72.389	-	
Moeda	766.684	23.108	-	
Commodities	641.770	49.281	-	
Prêmios de opções lançadas:	1.623.553	-	(60.969)	
Moeda	980.528	-	(32.363)	
Commodities	643.025	-	(28.606)	
Valor líquido	-	72.389	(60.969)	48.163
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		515.358	(190.833)	239.100

vii) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	Individual e Consolidado			
	30/06/2014			
	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado
	Compra	Venda		
Mercado interfinanceiro	2.046.626	2.238.007	(394)	
Moeda	3.033.201	27.243	6.456	
Mercadoria	167.313	373.066	(22)	
Cupom cambial futuro	532.682	3.211.829	(9.532)	
Swap Cambial	-	3.369.926	17.965	
Total	5.779.822	9.220.071	14.473	(282.141)

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

	Individual e Consolidado			
	31/12/2013			
	Valor de Referência		Ajuste diário a receber	Resultado
	Compra	Venda	(pagar)	
Mercado interfinanceiro	2.479.543	2.316.329	285	
Moeda	1.840.127	817.256	14.091	
Mercadoria	114.363	146.149	-	
Cupom cambial futuro	2.584.409	3.709.727	(22.419)	
Swap Cambial	-	3.207.174	9.418	
Total	7.018.442	10.196.635	1.375	(42.887)

viii) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	Individual e Consolidado					
	30/06/2014					
	Valor de mercado					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
"Swap"	1.813.592	755.196	2.293.292	230.429	1.116.123	6.208.632
Contratos a termo	7.062.900	1.668.674	261.581	763	-	8.993.918
Opções	1.711.148	1.299.440	70.525	6.854	-	3.087.967
Futuros	9.970.476	3.540.449	1.193.275	149.383	146.310	14.999.893
Derivativos de Crédito	-	-	-	-	11.012	11.012

Valor de referência - Compensação	Individual e Consolidado					
	31/12/2013					
	Valor de mercado					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
"Swap"	1.458.593	2.014.047	909.187	402.264	797.100	5.581.191
Contratos a termo	4.306.823	1.998.371	289.443	1.037	-	6.595.674
Opções	1.888.484	1.136.623	6.900	-	-	3.032.007
Futuros	6.672.138	9.180.127	972.227	204.473	186.112	17.215.077

ix) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as operações de "swap", contratos a termo e opções, cujo valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas como segue:

Custodiante	Individual e Consolidado				
	30/06/2014				
	Derivativo de Crédito				
	"Swaps"	Contratos a termo	Opções	Futuros	
Bolsa	143.982	252.084	2.245.772	14.999.893	-
BM&FBovespa	110.300	-	1.598.278	14.463.128	-
Bolsas no exterior	33.682	252.084	647.494	536.765	-
Balcão	6.064.650	8.741.834	842.195	-	11.012
Instituições Financeiras	928.935	137.321	-	-	11.012
Empresas	5.135.715	8.604.513	842.195	-	-
Total	6.208.632	8.993.918	3.087.967	14.999.893	11.012

Custodiante	Individual e Consolidado			
	31/12/2013			
	"Swaps"	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	173.603	206.613	1.929.544	17.187.338
BM&FBovespa	110.300	-	1.405.588	16.954.565
Bolsas no exterior	63.303	206.613	523.957	232.773
Balcão	5.407.588	6.389.061	1.102.463	27.739
Instituições Financeiras	1.609.369	230.105	-	27.739
Empresas	3.798.219	6.158.956	1.102.463	-
Total	5.581.191	6.595.674	3.032.007	17.215.077

x) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 tem a seguinte composição:

Título	Individual e Consolidado	
	Valor de mercado	
	30/06/2014	31/12/2013
Margem de garantia - Camara de câmbio - BMC		
LTN - Letra do tesouro nacional	-	1.074
NTN - Nota do tesouro nacional	1.674	3.475
Subtotal	1.674	4.549
Margem de garantia - BM&FBovespa		
LTN - Letra do tesouro nacional	15.123	
NTN - Nota do tesouro nacional	346.685	107.486
Subtotal	361.808	107.486
Margem de garantia - Outros		
NTN - Nota do tesouro nacional	14.294	2.094
Subtotal	14.294	2.094
Total	377.776	114.129

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

xi) “Hedge” Fluxo de Caixa

Em 28 de março de 2014 foram captados USD 115 milhões segregadas em duas boletas, através do Inter American Development Bank- IDB, convertidos à taxa de câmbio de R\$2,26/USD naquela data, resultando num valor de dívida de R\$ 260 milhões. Esse empréstimo tem carência de principal sendo o seu vencimento realizado até 15 de agosto de 2019. O Banco optou por proteger sua exposição aos riscos advindos desta operação através do hedge fluxo de caixa. A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN e a estrutura de hedge contábil foi estabelecida:

Estratégia	30/06/2014	
	Instrumentos de Hedge	Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Ajuste a valor de mercado
Hedge de Repasses no Exterior	259.675	(5.362)
Total	259.675	(5.362)

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

As informações da carteira de operações de crédito expandida, em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, estão assim sumariadas:

a) Por tipo de operação:

Descrição	Individual		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Setor público	19.527	18.991	19.527	18.991
Capital de giro	3.214.355	3.188.610	3.235.598	3.250.657
Resolução nº 3.844	37.736	40.142	37.736	40.142
Conta corrente garantida	10.245	9.930	10.245	9.930
Repasses de instituições oficiais do Brasil	1.054.117	1.068.369	1.054.117	1.068.369
Crédito consignado	5.312	9.876	5.312	9.876
Financiamento em moeda estrangeira	561.346	393.554	561.346	393.554
Financiamentos a exportação	825.189	944.241	825.189	944.241
Subtotal de operações de crédito	5.727.827	5.673.713	5.749.070	5.735.760
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	200.555	133.713	200.555	133.713
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber ⁽²⁾	550.905	397.934	550.905	397.934
Avais e Fianças Honradas ⁽¹⁾	393	-	393	-
Títulos de crédito a receber ⁽¹⁾	66.286	114.243	66.286	114.243
Carteira de crédito	6.545.966	6.319.603	6.567.209	6.381.650
Créditos abertos para importação	4.123	51.212	4.123	51.212
Garantias prestadas	2.941.178	2.909.197	2.941.178	2.909.197
Coobrigações em cessões de crédito	-	-	-	-
Garantias prestadas e responsabilidades	2.945.301	2.960.409	2.945.301	2.960.409
Títulos de crédito a receber ^(1,2)	30.238	30.240	30.238	30.240
Títulos Privados ⁽²⁾	489.459	558.025	489.459	558.025
Títulos com risco de crédito	519.697	588.265	519.697	588.265
Total carteira expandida	10.010.964	9.868.277	10.032.207	9.930.324

^(1,2) Registrados em "outros créditos - diversos" (nota 9a).
^(1,2) Registrados em "carteira de câmbio" (nota 8).
^(1,2) Representados, na sua maioria, por debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis, compostos na carteira dos fundos e na carteira do Pine (nota 6a).

b) Por vencimento:

Prazo	Individual		Individual		Total	
	30/06/2014		30/06/2014		30/06/2014	
	A vencer		Vencidas		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 3 meses	1.715.573	26,31	11.662	47,00	1.727.235	26,39
De 3 a 12 meses	2.530.729	38,81	13.149	53,00	2.543.878	38,86
De 1 a 3 anos	1.669.516	25,60	-	-	1.669.516	25,50
De 3 a 5 anos	427.753	6,56	-	-	427.753	6,53
De 5 a 15 anos	177.584	2,72	-	-	177.584	2,72
Total carteira de crédito	6.521.155	100,00	24.811	100,00	6.545.966	100,00
Até 3 meses	307.893	10,45	-	-	307.893	10,45
De 3 a 12 meses	955.344	32,44	-	-	955.344	32,44
De 1 a 3 anos	1.017.047	34,53	-	-	1.017.047	34,53
De 3 a 5 anos	665.017	22,58	-	-	665.017	22,58
Total garantias prestadas e responsabilidades	2.945.301	100,00	-	-	2.945.301	100,00
Até 3 meses	55.391	10,66	-	-	55.391	10,66
De 3 a 12 meses	45.757	8,80	-	-	45.757	8,80
De 1 a 3 anos	224.546	43,21	-	-	224.546	43,21
De 3 a 5 anos	153.625	29,56	-	-	153.625	29,56
De 5 a 15 anos	34.373	6,61	-	-	34.373	6,60
Acima de 15 anos	6.005	1,16	-	-	6.005	1,17
Total títulos com risco de crédito	519.697	100,00	-	-	519.697	100,00
Total carteira expandida	9.986.153		24.811		10.010.964	

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Prazo	Consolidado					
	30/06/2014					
	A vencer		Vencidas		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 3 meses	1.715.572	26,22	11.662	47,00	1.727.234	26,30
De 3 a 12 meses	2.551.972	39,01	13.149	53,00	2.565.121	39,06
De 1 a 3 anos	1.669.516	25,52	-	-	1.669.516	25,42
De 3 a 5 anos	427.753	6,54	-	-	427.753	6,51
De 5 a 15 anos	177.585	2,71	-	-	177.585	2,71
Total carteira de crédito	6.542.398	100,00	24.811	100,00	6.567.209	100,00
Até 3 meses	307.893	10,45	-	-	307.893	10,45
De 3 a 12 meses	955.344	32,44	-	-	955.344	32,44
De 1 a 3 anos	1.017.047	34,53	-	-	1.017.047	34,53
De 3 a 5 anos	665.017	22,58	-	-	665.017	22,58
Total garantias prestadas e responsabilidades	2.945.301	100,00	-	-	2.945.301	100,00
Até 3 meses	55.392	10,66	-	-	55.392	10,66
De 3 a 12 meses	45.757	8,80	-	-	45.757	8,80
De 1 a 3 anos	224.546	43,21	-	-	224.546	43,21
De 3 a 5 anos	153.625	29,56	-	-	153.625	29,56
De 5 a 15 anos	34.373	6,61	-	-	34.373	6,60
Acima de 15 anos	6.004	1,16	-	-	6.004	1,17
Total títulos com risco de crédito	519.697	100,00	-	-	519.697	100,00
Total carteira expandida	10.007.396		24.811		10.032.207	

Prazo	Individual					
	31/12/2013					
	A vencer		Vencidas		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 3 meses	1.430.068	22,75	31.618	90,64	1.461.686	23,13
De 3 a 12 meses	2.302.093	36,63	3.264	9,36	2.305.357	36,48
De 1 a 3 anos	1.957.584	31,15	-	-	1.957.584	30,98
De 3 a 5 anos	435.585	6,93	-	-	435.585	6,89
De 5 a 15 anos	159.391	2,54	-	-	159.391	2,52
Total carteira de crédito	6.284.721	100,00	34.882	100,00	6.319.603	100,00
Até 3 meses	409.905	13,85	-	-	409.905	13,85
De 3 a 12 meses	1.112.950	37,59	-	-	1.112.950	37,59
De 1 a 3 anos	656.780	22,19	-	-	656.780	22,19
De 3 a 5 anos	694.853	23,47	-	-	694.853	23,47
De 5 a 15 anos	85.921	2,90	-	-	85.921	2,90
Total garantias prestadas e responsabilidades	2.960.409	100,00	-	-	2.960.409	100,00
De 3 a 12 meses	100.289	17,05	-	-	100.289	17,05
De 1 a 3 anos	193.858	32,95	-	-	193.858	32,95
De 3 a 5 anos	176.364	29,98	-	-	176.364	29,98
De 5 a 15 anos	109.884	18,68	-	-	109.884	18,68
Acima de 15 anos	7.870	1,34	-	-	7.870	1,34
Total títulos com risco de crédito	588.265	100,00	-	-	588.265	100,00
Total carteira expandida	9.833.395		34.882		9.868.277	

Prazo	Consolidado					
	31/12/2013					
	A vencer		Vencidas		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 3 meses	1.430.068	22,53	31.618	90,64	1.461.686	22,90
De 3 a 12 meses	2.314.769	36,47	3.264	9,36	2.318.033	36,32
De 1 a 3 anos	2.006.955	31,62	-	-	2.006.955	31,45
De 3 a 5 anos	435.585	6,86	-	-	435.585	6,83
De 5 a 15 anos	159.391	2,51	-	-	159.391	2,50
Total carteira de crédito	6.346.768	99,99	34.882	100,00	6.381.650	100,00
Até 3 meses	409.905	13,85	-	-	409.905	13,85
De 3 a 12 meses	1.112.950	37,59	-	-	1.112.950	37,59
De 1 a 3 anos	656.780	22,19	-	-	656.780	22,19
De 3 a 5 anos	694.853	23,47	-	-	694.853	23,47
De 5 a 15 anos	85.921	2,90	-	-	85.921	2,90
Total garantias prestadas e responsabilidades	2.960.409	100,00	-	-	2.960.409	100,00
De 3 a 12 meses	100.289	17,05	-	-	100.289	17,05
De 1 a 3 anos	193.858	32,95	-	-	193.858	32,95
De 3 a 5 anos	176.364	29,98	-	-	176.364	29,98
De 5 a 15 anos	109.884	18,68	-	-	109.884	18,68
Acima de 15 anos	7.870	1,34	-	-	7.870	1,34
Total títulos com risco de crédito	588.265	100,00	-	-	588.265	100,00
Total carteira expandida	9.895.442		34.882		9.930.324	

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

c) Por ramo de atividade:

	Individual		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Construção Civil	1.319.652	1.391.668	1.323.919	1.397.413
Açúcar e Alcool	1.252.514	1.388.464	1.253.775	1.395.441
Energia Elétrica e Renovável	1.169.235	891.931	1.169.235	891.931
Agricultura	1.034.229	871.830	1.037.206	884.798
Construção e Engenharia - Infra Estrutura	786.348	846.040	788.272	853.056
Transportes e Logística	503.986	480.410	506.314	484.293
Veículos e Peças	435.214	473.851	435.214	476.545
Serviços Especializados	391.777	453.883	391.777	457.250
Metalurgia	372.875	437.040	374.557	437.040
Telecomunicações	347.352	349.218	348.651	358.236
Química e Petroquímica	334.200	298.612	334.200	298.612
Comércio Exterior	312.252	273.740	313.093	273.740
Comércio Varejista	301.796	235.210	301.796	236.893
Bebidas e Fumo	242.486	208.102	242.486	208.102
Processamento de Carne	189.307	192.940	191.069	192.940
Alimentos	189.003	187.718	189.307	191.164
Materiais de Construção e Decoração	180.097	164.348	180.097	164.348
Siderurgia	117.297	128.015	117.297	128.015
Instituição Financeira	76.841	103.299	76.841	107.629
Papel e Celulose	67.840	95.142	70.437	95.142
Lazer e Turismo	54.311	93.445	54.311	93.445
Tecnologia da Informação	45.739	47.185	45.739	47.185
Plásticos e Borracha	45.667	44.177	45.667	44.177
Mecânica	44.568	41.576	44.568	41.576
Água e Saneamento	38.733	40.455	38.734	40.455
Têxtil e Vestuário	32.214	38.487	32.214	39.407
Comércio Atacadista	28.238	26.332	28.238	26.332
Serviços Médicos	28.056	18.086	28.056	18.086
Couro e Calçados	17.761	17.986	17.761	17.986
Farmacêutica e Cosméticos	16.303	15.331	16.303	15.331
Eletroeletrônica	15.896	10.565	15.896	10.565
Pessoa Física	8.756	3.191	8.756	3.191
Comunicação e Gráfica	6.273		6.273	
Mineração	4.148		4.148	
Total carteira expandida	10.010.964	9.868.277	10.032.207	9.930.324

d) Carteira de crédito por nível de risco e provisionamento, conforme Resolução 2.682/99:

Nível	Individual				Consolidado			
	30/06/2014				30/06/2014			
	A vencer	Vencidos	Total	Provisão	A vencer	Vencidos	Total	Provisão
AA	1.059.484	-	1.059.484	-	1.061.408	-	1.061.408	-
A	1.986.306	-	1.986.306	9.932	1.990.969	-	1.990.969	9.955
B	2.272.232	10	2.272.242	22.722	2.283.944	10	2.283.954	22.839
C	846.906	1.404	848.310	25.449	849.850	1.404	851.254	25.538
D	235.965	10.216	246.181	24.618	235.965	10.216	246.181	24.618
E	36.169	9	36.178	10.853	36.169	9	36.178	10.853
F	26.737	46	26.783	13.391	26.737	46	26.783	13.391
G	52.198	10.553	62.751	43.927	52.198	10.553	62.751	43.926
H	5.158	2.573	7.731	7.731	5.158	2.573	7.731	7.731
Total	6.521.155	24.811	6.545.966	158.623	6.542.398	24.811	6.567.209	158.851

Nível	Individual				Consolidado			
	31/12/2013				31/12/2013			
	A vencer	Vencidos	Total	Provisão	A vencer	Vencidos	Total	Provisão
AA	1.003.915	-	1.003.915	-	1.007.284	-	1.007.284	-
A	2.081.694	-	2.081.694	10.408	2.089.470	-	2.089.470	10.448
B	2.312.496	337	2.312.833	23.129	2.347.435	337	2.347.772	23.478
C	530.407	30.507	560.914	16.827	539.519	30.507	570.026	17.101
D	193.692	32	193.724	19.372	193.692	32	193.724	19.372
E	43.010	940	43.950	13.185	43.010	940	43.950	13.185
F	24.924	40	24.964	12.482	24.924	40	24.964	12.482
G	49.576	33	49.609	34.727	49.576	33	49.609	34.727
H	45.007	2.993	48.000	48.000	51.858	2.993	54.851	54.851
Total	6.284.721	34.882	6.319.603	178.130	6.346.768	34.882	6.381.650	185.644

e) Por nível de concentração do total da carteira expandida do Banco:

Maiores devedores	Individual				Consolidado			
	30/06/2014				30/06/2014			
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	298.169	2,98	271.299	2,75	298.169	2,97	271.299	2,73
2º ao 10º	1.569.287	15,68	1.519.180	15,39	1.569.287	15,64	1.519.180	15,30
11º ao 20º	1.067.344	10,66	1.095.399	11,10	1.067.344	10,64	1.095.399	11,03
21º ao 50º	1.870.794	18,69	1.874.414	18,99	1.870.794	18,65	1.874.414	18,88
51º ao 100º	1.753.704	17,52	1.748.250	17,72	1.753.704	17,48	1.751.696	17,64
Demais devedores	3.451.666	34,47	3.359.735	34,05	3.472.909	34,62	3.418.336	34,42
Total carteira expandida	10.010.964	100,00	9.868.277	100,00	10.032.207	100,00	9.930.324	100,00

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

f) Por concentração do total da carteira de crédito expandida do Banco, por setor de atividade:

	Individual		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Rural	43.444	60.242	46.420	73.210
Habituação	-	662	-	662
Indústria	2.130.028	2.028.622	2.135.039	2.041.180
Comércio	780.038	803.378	780.880	805.981
Intermediação financeira	103.866	122.443	106.462	126.774
Outros serviços	6.414.799	6.446.337	6.424.617	6.475.924
Pessoas físicas	538.789	406.593	538.789	406.593
Total carteira expandida	10.010.964	9.868.277	10.032.207	9.930.324

g) Movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa, conforme Resolução 2.682/99:

Descrição	Individual		Consolidado	
	2º Tri/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2014	1º Sem/2013
Saldo inicial	187.435	193.286	178.130	186.652
Constituição/Reversão	13.979	30.880	33.539	42.407
Baixas	(42.667)	(21.926)	(52.746)	(26.777)
Variação cambial ⁽¹⁾	(125)	282	(300)	240
Saldo final	158.622	202.522	158.623	202.522

Descrição	Individual		Consolidado	
	2º Tri/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2014	1º Sem/2013
Saldo inicial	187.817	194.727	185.644	188.254
Constituição/Reversão	13.979	29.439	33.539	40.805
Baixas	(42.667)	(21.925)	(52.746)	(26.777)
PDD-FIDC	(152)	-	(7.286)	-
Variação cambial ⁽¹⁾	(125)	282	(300)	240
Saldo final	158.852	202.523	158.851	202.522

⁽¹⁾ Valor refere-se a variação cambial da PDD da agência no exterior, classificado na rubrica de "outras despesas operacionais" na demonstração de resultado.

h) Recuperação de crédito

No período findo em 30 de junho de 2014, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$2.837 no segundo trimestre e R\$4.848 no semestre (em 30 de junho de 2013, R\$3.461 no trimestre e R\$6.540 no semestre).

i) Renegociação de contratos

Em 30 de junho de 2014 existiam contratos renegociados no valor de R\$151.511 (R\$163.543 em 31 de dezembro de 2013). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

j. Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

i) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios

No período findo em 30 de junho de 2014, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco no valor de R\$1.978 (R\$7.957 em 30 de junho de 2013). Essas cessões resultaram em prejuízo em relação ao valor de face no valor de R\$1.315 no período findo em 30 de junho de 2014, não descontado a provisão para devedores duvidosos no valor de R\$1.967 em 30 de junho de 2014. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Outras despesas operacionais". Adicionalmente, foram cedidos contratos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$26.242 no período findo em 30 de junho de 2013, essas cessões geraram um ganho no valor de R\$2.910 registrados na rubrica "Operações de crédito". Não houve cessões de contratos baixados como prejuízo no período findo em 30 de junho de 2014.

ii) Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios

A partir de janeiro de 2012, conforme determinação da Resolução 3.533/08 do CMN, os registros contábeis passam a ser efetuados considerando a retenção ou não dos riscos e benefícios nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros.

No período findo em 30 de junho de 2014 houve operações cedidas para o FIDC Pine Agro no montante de R\$220.098 (R\$181.081 em 31 de dezembro de 2013).

O estoque de cessão representado pelo Pine FIDC Agro é representado por:

	Individual		Individual	
	30/06/2014		31/12/2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Debêntures cedidas	-	-	11.331	11.331
Operações de créditos cedidas - Empréstimos	181.594	181.594	148.769	148.769
Operações de créditos cedidas - Financiamentos	215.192	215.192	217.766	217.766
Total	396.786	396.786	377.866	377.866

8. CARTEIRA DE CÂMBIO

	Individual e Consolidado		Individual e Consolidado	
	Outros Créditos		Outras Obrigações	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Câmbio comprado a liquidar	534.973	418.586	-	-
Direitos sobre venda de câmbio	4.313	99.814	-	-
Rendas a receber	6.878	6.729	-	-
Adiantamento em moeda nacional recebidos	(1.557)	-	-	-
Câmbio vendido a liquidar	-	-	4.109	94.959
Obrigações por compra de câmbio	-	-	546.084	391.205
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	-	(544.027)	(391.205)
Total	544.607	525.129	6.166	94.959

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A	62.144.175/0001-20
------------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
9. OUTROS CREDITOS – DIVERSOS

a) Outros créditos - diversos

Estão representados pelos valores que seguem:

	30/06/2014			Individual 31/12/2013		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	1.926	-	1.926	298	-	298
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	6.666	-	6.666	7.159	-	7.159
Créditos tributários (nota 9.b)	101.734	62.046	163.780	87.797	74.738	162.535
Devedores por compra de valores e bens	38.189	162.366	200.555	36.845	96.868	133.713
Imposto de renda a compensar	107	54.353	54.460	-	54.043	54.043
Valores a receber de sociedade ligadas	78	-	78	39	-	39
Titulos e créditos a receber	64.030	32.494	96.524	113.836	30.647	144.483
Devedores diversos - País e exterior	4.466	63	4.529	2.997	47	3.044
Total	217.196	311.322	528.518	248.971	256.343	505.314

	30/06/2014			Consolidado 31/12/2013		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	1.996	-	1.996	298	-	298
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	7.720	-	7.720	7.159	-	7.159
Créditos tributários (nota 9.b)	101.733	62.053	163.786	87.797	74.742	162.539
Devedores por compra de valores e bens	38.189	162.366	200.555	36.845	96.868	133.713
Imposto de renda a compensar	-	59.259	59.259	-	58.418	58.418
Titulos e créditos a receber	64.030	32.494	96.524	113.836	30.647	144.483
Devedores diversos - País e exterior	10.232	63	10.295	7.826	48	7.874
Total	223.900	316.235	540.135	253.761	260.723	514.484

b) Créditos tributários

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estavam compostos como segue:

	30/06/2014			Individual 31/12/2013		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Créditos tributários						
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	38.024	22.814	60.838	42.602	25.561	68.163
Ajuste de títulos disponíveis para venda	4.900	2.940	7.840	5.077	3.046	8.123
Ajuste de títulos para negociação	153	92	245	1.284	771	2.055
Créditos baixados para prejuízo	36.977	22.186	59.163	25.721	15.433	41.154
Mercado futuro - Lei n.º 11.196	-	-	-	5.711	3.426	9.137
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	2.650	1.590	4.240	3.159	1.896	5.055
Provisão para participações nos lucros	2.438	1.463	3.901	2.875	1.725	4.600
Provisão para honorários advocatícios	1.534	921	2.455	1.599	959	2.558
Provisão para equivalência no exterior	6.309	3.785	10.094	5.539	3.323	8.862
Provisão Resolução n.º 3.921	4.395	2.638	7.033	3.444	2.066	5.510
Ajuste de Hedge Contábil - Instrumento	1.341	804	2.145	-	-	-
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	-	-
Outras provisões	3.641	2.185	5.826	4.574	2.744	7.318
Total	102.362	61.418	163.780	101.585	60.950	162.535

	30/06/2014			Consolidado 31/12/2013		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Créditos tributários						
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	38.024	22.814	60.838	42.602	25.561	68.163
Ajuste de títulos disponíveis para venda	4.900	2.940	7.840	5.077	3.046	8.123
Ajuste de títulos para negociação	153	92	245	1.284	771	2.055
Créditos baixados para prejuízo	36.977	22.186	59.163	25.721	15.433	41.154
Mercado futuro - Lei n.º 11.196	-	-	-	5.711	3.426	9.137
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	2.652	1.591	4.243	3.161	1.897	5.058
Provisão para participações nos lucros	2.438	1.463	3.901	2.875	1.725	4.600
Provisão para honorários advocatícios	1.534	921	2.455	1.599	959	2.558
Provisão para equivalência no exterior	6.309	3.785	10.094	5.539	3.324	8.863
Provisão Resolução n.º 3.921	4.397	2.639	7.036	3.444	2.066	5.510
Ajuste de Hedge Contábil - Instrumento	1.341	804	2.145	-	-	-
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	-	-
Outras provisões	3.641	2.185	5.826	4.574	2.744	7.318
Total	102.366	61.420	163.786	101.587	60.952	162.539

	30/06/2014			Individual e Consolidado 31/12/2013		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Obrigações fiscais diferidas						
Ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos	31.711	19.026	50.737	45.740	27.444	73.184
Atualização ativa de depósitos judiciais	356	214	570	649	389	1.038
Rendas de renegociação	447	268	715	292	175	467
Ajuste de Hedge Contábil - Objeto	1.322	794	2.116	-	-	-
Total (Nota 14.b)	33.836	20.302	54.138	46.681	28.008	74.689

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual		Consolidado	
	30/06/2014	31/03/2013	30/06/2014	31/03/2013
Saldo inicial	162.535	143.052	162.539	143.316
Constituição	79.262	25.326	79.264	25.381
Reversão	(78.017)	(26.864)	(78.017)	(26.985)
Saldo final	163.780	141.514	163.786	141.712

Obrigações fiscais diferidas	Individual		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Saldo inicial	74.689	51.656	74.689	51.685
Constituição	36.036	23.277	36.036	23.314
Reversão	(56.587)	(16.284)	(56.587)	(16.319)
Saldo final	54.138	58.649	54.138	58.680

Previsão de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual			Consolidado		
	30/06/2014			30/06/2014		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	63.582	38.150	101.732	63.582	38.150	101.732
De 1 a 2 anos	15.542	9.326	24.868	15.544	9.328	24.872
De 2 a 3 anos	9.950	5.970	15.920	9.950	5.970	15.920
De 3 a 4 anos	3.287	1.972	5.259	3.287	1.972	5.259
De 4 a 5 anos	4.020	2.412	6.432	4.020	2.412	6.432
De 5 a 10 anos	5.981	3.588	9.569	5.983	3.588	9.571
Total	102.362	61.418	163.780	102.366	61.420	163.786

Obrigações fiscais diferidas	Individual e Consolidado		
	30/06/2014		
	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	20.668	12.401	33.069
De 1 a 2 anos	4.690	2.814	7.504
De 2 a 3 anos	2.712	1.627	4.339
De 3 a 4 anos	157	94	251
De 4 a 5 anos	224	134	358
De 5 a 10 anos	5.385	3.232	8.617
Total	33.836	20.302	54.138

10. INVESTIMENTOS

a) Investimentos em controladas e coligadas

	30/06/2014						
	Pine Securities	Pine Planejamento	Pine Ass. em Comercial.	Pine Investimentos	Pine Comerc. Energia Eletr. ⁽¹⁾	Pine Assessoria	Pine Corretora
Participação - %	100,0000	99,9900	10,0000	99,9998	100,0000	99,9998	
Quantidade de cotas possuídas	5.000	10.000	10.000	892.298	1.000.000	500.000	500.000
Capital social	11.013	10	60	13.385	1.000	500	500
Patrimônio líquido	6.959	2.890	32	44.185	3.516	3.473	246
Resultado líquido do trimestre	(1.547)	667	(9)	2.420	32	487	1
Valor do investimento	6.959	2.888	3	44.185	3.516	3.473	246
Resultado de participação em controlada	(1.547)	667	(1)	2.420	32	487	1
Variação Cambial do investimento	(542)	-	-	-	-	-	-

	30/06/2013						
	Pine Planejamento	Pine Ass. em Comercial.	Pine Investimentos	Pine Comerc. Energia Eletr. ⁽¹⁾	Pine Assessoria	Pine Corretora	Total
Participação - %	99,9900	10,0000	99,9998	100,0000	99,9998	99,9998	
Quantidade de cotas possuídas	10.000	10.000	892.298	77.399.000	500.000	500.000	
Capital social	10	60	13.385	77.400	500	500	
Patrimônio líquido	14.862	47	39.194	82.114	35.575	237	
Resultado líquido do trimestre	10.744	(6)	1.120	1.685	66	4	13.613
Valor do investimento	14.861	5	39.194	82.114	35.575	237	171.986
Resultado de participação em controlada	10.744	(1)	1.120	1.685	66	4	13.618

⁽¹⁾ Conforme alteração contratual que ocorreu em 26 de dezembro de 2013, a Pine Comercializadora de Energia reduziu seu capital social de R\$77.400 para R\$1.000.

b) Outros investimentos

Em 30 de junho de 2014, o Pine possui o valor de R\$97.306 (R\$76.509 em 31 de dezembro de 2013) no consolidado, referente ao investimento em terreno para desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, que estão registrados na empresa IRE VII Desenvolvimento Imobiliário S/A. No balanço consolidado este investimento está registrado na rubrica de "Outros Investimentos".

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado de uso

30/06/2014							
	Depreciação Anual - %						
		Individual			Consolidado		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Instalações	20	10.238	(10.135)	103	10.575	(10.236)	339
Móveis e equipamentos de uso	10	2.979	(1.773)	1.206	3.196	(1.841)	1.355
Sistema de comunicação	10	1.449	(902)	547	1.452	(903)	549
Sistema de processamento de dados	20	914	(885)	29	1.161	(1.017)	144
Sistema de segurança	10	32	(21)	11	32	(21)	11
Aeronave	10	16.293	(698)	15.595	16.293	(698)	15.595
Sistema de transporte	20	2.731	(789)	1.942	2.731	(789)	1.942
Total		34.636	(15.203)	19.433	35.440	(15.505)	19.935

31/12/2013							
	Depreciação Anual - %						
		Individual			Consolidado		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Instalações	20	10.237	(10.103)	134	10.596	(10.177)	419
Móveis e equipamentos de uso	10	2.979	(1.651)	1.328	3.210	(1.701)	1.509
Sistema de comunicação	10	1.436	(847)	589	1.439	(848)	591
Sistema de processamento de dados	20	914	(876)	38	1.176	(971)	206
Sistema de segurança	10	32	(21)	11	32	(21)	11
Aeronave	10	24.083	(3.211)	20.872	24.083	(3.211)	20.872
Sistema de transporte	20	2.675	(663)	2.012	2.675	(663)	2.012
Total		42.356	(17.372)	24.984	43.211	(17.592)	25.619

b) Intangíveis

30/06/2014							
	Amortização Anual - %						
		Individual			Consolidado		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais	10	9.587	(8.504)	1.083	10.273	(8.969)	1.304
Total		9.587	(8.504)	1.083	10.273	(8.969)	1.304

31/12/2013							
	Amortização Anual - %						
		Individual			Consolidado		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais	10	9.587	(8.159)	1.428	10.288	(8.625)	1.663
Total		9.587	(8.159)	1.428	10.288	(8.625)	1.663

12. DEPOSITOS

a) Composição por vencimento:

30/06/2014							
		Individual			Consolidado		
		Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
Sem vencimento		43.416	-	-	40.778	-	-
Até 30 dias		-	374.917	71.994	-	373.927	71.995
De 31 a 60 dias		-	418.941	6.327	-	418.031	6.327
De 61 a 90 dias		-	200.697	1.716	-	198.899	77
De 91 a 180 dias		-	672.784	691	-	667.403	691
De 181 a 360 dias		-	554.440	357	-	536.031	357
Acima de 360 dias		-	830.388	323	-	815.153	282
Total		43.416	3.052.167	81.408	40.778	3.009.444	79.729

31/12/2013							
		Individual			Consolidado		
		Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
Sem vencimento		23.332	-	-	23.260	-	-
Até 30 dias		-	398.939	10.151	-	390.667	10.151
De 31 a 60 dias		-	225.900	24.480	-	225.554	24.480
De 61 a 90 dias		-	236.312	20.722	-	233.690	20.722
De 91 a 180 dias		-	687.228	3.123	-	669.634	3.124
De 181 a 360 dias		-	455.409	19.370	-	428.983	15.188
Acima de 360 dias		-	1.143.273	16.093	-	1.094.695	16.053
Total		23.332	3.147.061	93.939	23.260	3.043.223	89.718

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

b) Composição por segmento de mercado:

	30/06/2014					
	Individual			Consolidado		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
Indústria, comércio e serviços	40.534	758.724	-	40.534	758.724	-
Sociedades ligadas	2.638	42.723	1.679	-	-	-
Pessoas físicas	244	18.460	-	244	18.460	-
Instituições financeiras e fundos de investimento	-	2.232.260	79.729	-	2.232.260	79.729
Total	43.416	3.052.167	81.408	40.778	3.009.444	79.729

	31/12/2013					
	Individual			Consolidado		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
Indústria, comércio e serviços	22.924	897.503	-	22.924	889.231	-
Sociedades ligadas	72	95.566	4.221	-	-	-
Pessoas físicas	336	53.366	-	336	53.366	-
Instituições financeiras e fundos de investimento	-	2.100.626	89.718	-	2.100.626	89.718
Total	23.332	3.147.061	93.939	23.260	3.043.223	89.718

13. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	30/06/2014	Individual 31/12/2013
Carteira Própria		
LTN - letras do tesouro nacional	259.730	201.413
NTN - notas do tesouro nacional	82.274	156.794
Debêntures	143.849	175.263
Outros títulos no exterior	7.396	14.109
Subtotal	493.249	547.579
Carteira de terceiros		
NTN - notas do tesouro nacional	-	-
Subtotal	-	-
Carteira de livre movimentação		
Titulos no Exterior	9.127	-
Subtotal	9.127	-
Total de captações no mercado aberto	502.376	547.579

	30/06/2014	Consolidado 31/12/2013
Carteira Própria		
LTN - letras do tesouro nacional	229.032	201.413
NTN - notas do tesouro nacional	82.274	118.007
Outros títulos no exterior	7.396	14.109
Subtotal	318.702	333.529
Carteira de terceiros		
Debêntures	141.922	175.263
NTN - notas do tesouro nacional	-	-
Subtotal	141.922	175.263
Carteira de livre movimentação		
Titulos no Exterior	9.127	-
Subtotal	9.127	-
Total de captações no mercado aberto	469.751	508.792

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados:

Em 30 de junho de 2014, referem-se a IOF a recolher no montante de R\$920 (R\$1.663 em 31 de dezembro de 2013).

b) Fiscais e previdenciárias

	30/06/2014					
	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	123	-	123	144	-	144
Impostos e contribuições sobre salários	2.281	-	2.281	2.372	-	2.372
Impostos e contribuições sobre o lucro	34.788	-	34.788	36.481	-	36.481
ISS	354	-	354	555	-	555
IRRF	2.238	-	2.238	2.288	-	2.288
PIS e Cofins a recolher	328	-	328	489	-	489
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 09)	33.069	21.069	54.138	33.069	21.069	54.138
Provisão para riscos fiscais (Nota 15."c" e "d")	-	369	369	-	377	377
Total	73.181	21.438	94.619	75.398	21.446	96.844

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

	31/12/2013			31/12/2013		
	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	156	-	156	177	-	177
Impostos e contribuições sobre salários	3.233	-	3.233	3.356	-	3.356
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	-	-	4.350	-	4.350
ISS	533	-	533	659	-	659
IRRF	3.839	-	3.839	3.848	-	3.848
PIS e Cofins a recolher	446	-	446	556	-	556
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 09)	12.161	62.528	74.689	12.161	62.528	74.689
Provisão para riscos fiscais (Nota 15."c" e "d")	-	716	716	-	723	723
Total	20.368	63.244	83.612	25.107	63.251	88.358

c) Diversas

	30/06/2014			30/06/2014		
	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Provisão para despesas de pessoal	18.569	-	18.569	20.153	-	20.153
Cheques administrativos	6.764	-	6.764	6.764	-	6.764
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 15.e)	-	8.239	8.239	-	8.239	8.239
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 15.e)	-	1.994	1.994	-	1.994	1.994
Outras despesas administrativas	4.742	6.137	10.879	5.167	6.137	11.304
Obrigações por venda e transferência de ativos financeiros	330.438	66.349	396.787	-	-	-
Obrigações por cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	452.600	452.600
Credores diversos - País e exterior	3.240	-	3.240	4.598	-	4.598
Outras Provisões	-	297	297	-	297	297
Negociação e intermediação de valores	486	-	486	486	-	486
Total	364.239	83.016	447.255	37.168	469.267	506.435

	31/12/2013			31/12/2013		
	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Provisão para despesas de pessoal	18.809	-	18.809	19.068	-	19.068
Cheques administrativos	6.910	-	6.910	6.910	-	6.910
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 15.e)	-	9.997	9.997	-	9.997	9.997
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 15.e)	-	1.925	1.925	-	1.925	1.925
Outras despesas administrativas	2.231	6.394	8.625	3.254	6.394	9.648
Obrigações por cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	456.863	456.863
Obrigações por venda e transferência de ativos financeiros	317.328	60.538	377.866	-	-	-
Credores diversos - País e exterior	680	745	1.425	1.863	745	2.608
Total	345.958	79.599	425.557	31.095	475.924	507.019

15. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Adesão aos programas de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/Anistia Lei nº 12.865/2013)

Em 31 de dezembro de 2013, considerando os termos e vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 12.865/13, a administração do Banco reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa, como consequência, foi decidida a desistência de alguns processos e pela liquidação imediata dos valores contingentes envolvidos.

O saldo dos processos totalizaram R\$357 no Individual e R\$948 no Consolidado e o resultado gerado foi de R\$213 positivo no Individual e R\$140 negativo no Consolidado, que líquido dos efeitos tributários foi de R\$64 positivo no Individual e R\$279 negativo no consolidado, respectivamente, e estão representados principalmente por processo de PIS ano base 1996 no Banco Pine, integralmente provisionado. Este processo foi pago em sua totalidade com saldo de Depósito judicial, no valor de R\$173 e para os Processos de PIS ano base 1997 no valor de R\$10, IRPJ ano 1996 no valor de R\$10 e CSLL anos 1997/98 no valor de R\$571. Na Pine Investimentos DTVM, não haviam valores provisionados. Estes processos foram pagos parcialmente com saldo de Depósito judicial no montante de R\$138.

b) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não existiam ativos contingentes.

c) Obrigações legais – fiscais e previdenciárias

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

Pis: O Banco e a Pine Investimentos, interuseram medida judicial com vistas a afastar a redação do artigo 3º, parágrafo 1º, da Lei nº 9.718/98, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em inúmeras decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. O mandado de segurança interposto pelo Banco Pine teve sentença parcialmente procedente e a apelação interposta pela União foi improvida. O transito em julgado da ação ocorreu em 17/09/2013.

Suportado na opinião de seus assessores jurídicos e dos patronos da causa, segundo os quais a questão encontra-se pacificada no STF e não há mais qualquer recurso cabível a ser interposto pela Fazenda Nacional, o Banco efetuou a reversão da correspondente provisão para contingências, referente ao período de maio de 2005 até outubro de 2011, considerando que não mais se trata de uma obrigação legal e que não é provável a perda, o que representou o reconhecimento de uma receita líquida no total de R\$35.163 no Individual e R\$35.764 no Consolidado, em 2013 a qual foi contabilizada na linha de "Outras receitas operacionais" e na linha de "Despesas tributárias".

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014

02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Nesse contexto, o Banco irá protocolar pedido de habilitação de créditos junto a Receita Federal do Brasil (RFB), dos valores do PIS recolhidos a maior no período de maio de 1999 a abril de 2005, no valor histórico de R\$3.522 no Individual e R\$3.566 no Consolidado, que atualizados pela selic até 30 de junho de 2014, totalizam R\$8.514 (R\$8.336 em 31 de dezembro de 2013) no Individual e R\$8.620 (R\$8.588 em 31 de dezembro de 2013) no Consolidado. Tendo em vista a decisão transitada em julgado e com fundamento nesse procedimento administrativo junto à RFB, foi reconhecido, no semestre findo em 31 de dezembro de 2013, o correspondente crédito tributário registrado em "Outros créditos - Imposto a recuperar", em contra partida à rubrica "Outras receitas operacionais".

Cofins: Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou inconstitucional o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da Cofins, a partir de fevereiro de 1999, ampliando o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da Cofins foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior. O Banco obteve êxito no mandado de segurança impetrado em face da União Federal, através da qual postulou a repetição do indébito por meio de compensação, do valor recolhido indevidamente a título de Cofins.

Suportado na opinião de seus assessores jurídicos e dos patronos da causa, segundo os quais a questão encontra-se pacificada no STF e não há mais qualquer recurso cabível a ser interposto pela Fazenda Nacional, o Banco efetuou a reversão da correspondente provisão para contingências, referente ao período de maio de 2005 até outubro de 2013, considerando que não mais se trata de uma obrigação legal e que não é provável a perda, o que representou o reconhecimento de uma receita líquida no total de R\$150.510 no Individual e R\$151.357 no Consolidado, em 2011 a qual foi contabilizada na linha de "Outras receitas operacionais" e na linha de "Despesas tributárias".

Nesse contexto, o Banco irá protocolar pedido de habilitação de créditos junto a Receita Federal do Brasil (RFB), dos valores da Cofins recolhidos a maior no período de junho de 2000 a abril de 2005, no valor histórico de R\$15.679 no Individual e R\$15.872 no Consolidado, que atualizados pela selic até 30 de junho de 2014, totalizam R\$38.557 (R\$37.744 em 31 de dezembro de 2013) no Individual e R\$39.010 (R\$38.188 em 31 de dezembro de 2013) no Consolidado. Tendo em vista a decisão transitada em julgado e com fundamento nesse procedimento administrativo junto à RFB, foi reconhecido, no semestre findo em 31 de dezembro de 2011, o correspondente crédito tributário registrado em "Outros créditos - Imposto a recuperar", em contra partida à rubrica "Outras receitas operacionais".

Os valores de obrigações legais e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	Individual				Consolidado			
	Provisão		Depósitos Judiciais		Provisão		Depósitos Judiciais	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Pis	-	-	34.142	33.007	-	-	34.361	33.218
Cofins	-	-	174.393	168.908	-	-	175.379	169.862
Total	-	-	208.535	201.915	-	-	209.740	203.080

d) Contingências classificadas como prováveis são regularmente provisionadas e para os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013

	Individual				Consolidado			
	Provisão		Depósitos Judiciais		Provisão		Depósitos Judiciais	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Contingências Fiscais	369	716	1.769	1.740	377	723	1.798	1.769
Contingências Trabalhistas	1.994	1.925	827	575	1.994	1.925	827	575
Contingências Cíveis	8.239	9.997	2.211	2.385	8.239	9.997	2.211	2.385
Total	10.602	12.638	4.807	4.700	10.610	12.645	4.836	4.729

e) Movimentação das provisões passivas:

	Individual				Individual			
	2º Tri/2014				2º Tri/2013			
	Fiscais/Obrigação		Total		Fiscais		Total	
	Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total				
Saldo inicial	720	2.133	8.852	11.705	43.387	3.323	14.653	61.363
Constituição (reversão)	(353)	(184)	(791)	(1.328)	(8.429)	(965)	(1.693)	(11.087)
Atualização	2	45	178	225	546	51	205	802
Saldo final	369	1.994	8.239	10.602	35.504	2.409	13.165	51.078

	Individual				Individual			
	1º Sem/2014				1º Sem/2013			
	Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	716	1.925	9.997	12.638	42.056	4.665	18.298	65.019
Constituição (reversão)	(353)	(20)	(2.110)	(2.483)	(7.682)	(2.371)	(5.702)	(15.755)
Atualização	6	89	352	447	1.130	115	569	1.814
Saldo final	369	1.994	8.239	10.602	35.504	2.409	13.165	51.078

	Consolidado				Consolidado			
	2º Tri/2014				2º Tri/2013			
	Fiscais/Obrigação		Total		Fiscais		Total	
	Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total				
Saldo inicial	727	2.133	8.852	11.712	43.943	3.354	14.653	61.950
Constituição (reversão)	(352)	(184)	(791)	(1.327)	(8.421)	(965)	(1.693)	(11.079)
Atualização	2	45	178	225	554	52	205	811
Saldo final	377	1.994	8.239	10.610	36.076	2.441	13.165	51.682

	Consolidado				Consolidado			
	1º Sem/2014				1º Sem/2013			
	Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	723	1.925	9.997	12.645	42.591	4.665	18.298	65.554
Constituição (reversão)	(352)	(20)	(2.110)	(2.482)	(7.660)	(2.369)	(5.702)	(15.731)
Atualização	6	89	352	447	1.145	145	569	1.859
Saldo final	377	1.994	8.239	10.610	36.076	2.441	13.165	51.682

f) Seguem as principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:

Trabalhistas: Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 o Banco não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 o Banco não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Individual e Consolidado					
	30/06/2014					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Repasse do país - instituições oficiais	62.706	384.963	392.470	122.126	124.045	1.086.310
Operações de repasse do exterior	2.322	2.662	128.169	132.114	33.029	298.296
Operações de empréstimos do exterior	555.605	639.469	220.250	-	66.075	1.481.399
Total	620.633	1.027.094	740.889	254.240	223.149	2.866.005

	Individual e Consolidado					
	31/12/2013					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Repasse do país - instituições oficiais	61.788	279.262	571.229	112.536	116.293	1.141.108
Operações de repasse do exterior	10	2.855	2.835	-	-	5.700
Operações de empréstimos do exterior	425.331	620.396	234.260	-	70.278	1.350.265
Total	487.129	902.513	808.324	112.536	186.571	2.497.073

17. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Recursos de aceites cambiais

	Individual					
	30/06/2014					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	92.515	139.184	93.760	434	-	325.893
Letras de crédito do agronegócio	178.106	366.505	59.709	550	-	604.870
Letras financeiras	21.024	259.976	136.884	30.850	3.743	452.477
Total	291.645	765.665	290.353	31.834	3.743	1.383.240

	Individual e Consolidado					
	31/12/2013					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	98.167	172.150	9.969	410	-	280.696
Letras de crédito do agronegócio	323.626	86.643	27.912	161	-	438.342
Letras financeiras	-	599.368	115.835	19.678	3.486	738.367
Total	421.793	858.161	153.716	20.249	3.486	1.457.405

b) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Referem-se a recursos captados através do programa global de emissão de títulos privados ("Fixed Rate Notes"), os quais em 30 de junho de 2014 totalizam R\$243.507 (R\$277.097 em 31 de outubro de 2013), com vencimento até 2023 e juros de até 8,75% ao ano acrescidos de libor e variação cambial.

Segue abaixo a composição das "tranches" e saldos atualizados nas datas do balanço:

	Individual e Consolidado				
"Tranche" original - US\$	Moeda de Emissão	Taxa de juros	Vencimento Final	30/06/2014	31/12/2013
4.091	US\$	2,00% a.a + Libor	Jun/2014	-	3.197
2.000	US\$	1,85% a.a + Libor	Nov/2014	4.416	9.392
1.044	US\$	8,7% a.a + Libor	Jan/2017	2.397	2.551
39.333	US\$	3,0% a.a + Libor	Jan/2014	-	7.139
23.529	US\$	4,20% a.a + Libor	abr/2022	52.277	106.021
20.000	US\$	5,85% a.a + Libor	dez/2023	44.164	-
73.000	CLP	6,0% a.a + Var.UF	Dez/2017	140.253	151.994
Total				243.507	280.294
(-) Circulante				(12.131)	(21.059)
Total do exigível a longo prazo				231.376	259.235

18. DÍVIDA SUBORDINADA

	Individual e Consolidado					
	Emissão	Vencimento	Valor	Taxa de juros	30/06/2014	31/12/2013
"Fixed Rate Notes"	Pública	06/01/2017	US\$125.000	8,75% a.a	286.660	306.900
Letras Financeiras	Privada	06/12/2021	R\$45.152	141,45% do CDI	55.388	53.311
Total					342.048	360.211

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme Estatuto Social, o capital social subscrito e integralizado é de R\$1.112.259 e está dividido em 121.172.024 (123.612.756 em 31 de dezembro de 2013) ações nominativas, sendo 65.178.483 ordinárias (65.178.483 em 31 de dezembro de 2013) e 55.993.541 preferenciais (58.434.273 em 31 de dezembro de 2013) sem valor nominal. O Banco fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de outubro de 2013 e homologado pelo Banco Central em 23 de dezembro de 2013, foi deliberado: o aumento de capital social de R\$967.259 para R\$1.112.259, mediante a incorporação de parte do saldo da Reserva Legal no montante de R\$17.429 e, parte do saldo das Reservas Estatutárias no montante de R\$127.571, totalizando R\$145.000, com a emissão de 12.770.443 novas ações nominativas, sendo 6.733.594 ordinárias e 6.036.849 preferenciais, passando a quantidade total de ações de 110.842.313 ações nominativas para 123.612.756 nominativas, sendo 65.178.483 ordinárias e 58.434.273 preferenciais.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014

02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de fevereiro de 2013 e homologado pelo Banco Central em 19 de abril de 2013, foi deliberado o aumento de capital no valor de R\$31.576 com a emissão de 2.211.213, sendo 1.887.605 do Societe DE Promotion ET DE Participation Pour LA Cooperation Economique S.A. - PROPARGO ("PROPARGO") e 323.608 de outros acionistas, ações preferenciais nominativas, passando o capital social de R\$935.683 para R\$967.259, dividido em 110.842.313 ações nominativas, sendo 58.444.889 ações ordinárias e 52.397.424 ações preferenciais, sem valor nominal.

b) Reserva de capital

A reserva de capital, nos termos da Lei n.º 11.638/07, refere-se a ágio por subscrição de ações e somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Banco é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Banco não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei n.º 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei n.º 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O Banco constituiu reserva estatutária de 100% do lucro líquido, no montante R\$26.945, após a dedução de 5% da reserva legal de R\$3.523, da dedução de pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$33.263 e dividendos no montante de R\$6.737, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

De acordo com o previsto na Lei n.º 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no período findo em 30 de junho de 2014 em R\$13.305 (R\$12.278 em 30 de junho de 2013).

O dividendos e juros sobre o capital próprio referente ao resultado do trimestre findo em 30 de junho de 2014 estão demonstrados no quadro a seguir:

Descrição	Data da liberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido IR	Valor total líquido
Juros sobre capital próprio	30/06/2014	17/07/2014	0,1414	16.733	0,1202	14.223
Juros sobre capital próprio	01/04/2014	14/04/2014	0,1366	16.530	0,1161	14.051
Dividendos	30/06/2014	17/07/2014	0,0276	3.267	-	-
Dividendos	01/04/2014	14/04/2014	0,0287	3.470	-	-

Conforme Carta Circular n.º 3.516/11, os dividendos adicionais propostos ao dividendo mínimo no valor de R\$11.584 (R\$20.819 em 30 de junho de 2013) encontram-se classificados na rubrica "Reservas de Lucros".

A seguir apresentamos a conciliação dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio para os períodos findos em 30 de junho de 2014 e de 2013:

	30/06/2014	30/06/2013
Lucro líquido	70.468	84.216
Reserva legal	(3.523)	(4.211)
Base de cálculo	66.945	80.005
Juros sobre o capital próprio	33.263	30.696
IRRF 15%	(4.989)	(4.604)
Dividendos antecipados	6.737	29.304
Valor proposto	35.011	55.396
% sobre a base de cálculo	52,30%	69,24%

e) Ações em tesouraria

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2014, foi deliberado o cancelamento de 2.440.732 ações preferenciais nominativas, mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, com redução do ágio na subscrição de ação e reserva estatutária. As referidas ações foram adquiridas por meio do programa de recompra de ações, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com a Instrução CVM nº 10, de 14.02.1980, alterada pelas Instruções CVM nºs 268, de 13.11.1997 e 390 de 08.07.2003.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2014, foi deliberada a autorização para a aquisição de ações de própria emissão do Pine em até 852.883 ações preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior alienação, bem como pagamento de remuneração variável para diretores estatutários do Banco nos termos da Resolução nº 3.921/10, sem redução do capital social. Deste plano já foram recomprados 124.256 ações no montante de R\$1.053 ao custo médio de R\$8,43. A autorização vigorará até 27 de setembro de 2014.

Em 30 de junho de 2014 o Banco possuía em tesouraria 2.799.421 (1.918.045 em 31 de dezembro de 2013) ações preferenciais de sua própria emissão no montante de R\$21.348 (R\$22.083 em 31 de dezembro de 2013). O valor de mercado dessas ações correspondia a R\$21.052 (R\$20.197 em 31 de dezembro de 2013).

f) Ajustes de avaliação patrimonial

	Individual e Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	(19.601)	(24.940)
Títulos e valores mobiliários	(19.601)	(24.940)
Hedge fluxo de caixa	(73)	-
Objeto do Hedge	5.289	-
Instrumento do Hedge	(5.362)	-
Outros	(8.632)	78
Imposto de renda	11.358	9.977
Total	(16.948)	(14.885)

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

20. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Operações de crédito

	Individual			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Adiantamentos a depositantes	86	107	114	203
Rendas de empréstimos	122.177	243.209	79.817	147.279
Rendas de financiamentos	70.524	115.727	56.294	94.949
Total	192.787	359.043	136.225	242.431

	Consolidado			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Adiantamentos a depositantes	86	107	114	203
Rendas de empréstimos	123.246	248.103	83.635	155.526
Rendas de financiamentos	70.524	113.593	56.183	94.725
Total	193.856	361.803	139.932	250.454

b) Resultado de operações com títulos e valor mobiliários

	Individual			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Despesas / Receitas de operações com títulos de renda fixa - FIDC	11.238	28.889	(1.681)	(1.039)
Despesas de operações com títulos de renda fixa	66.779	162.507	82.114	174.052
Despesas de operações com títulos de renda fixa	(362)	(19.352)	(25.365)	(61.492)
Rendas de operações com títulos de renda variável	2.555	9.839	11.912	11.912
Despesas de operações com títulos de renda variável	(173)	(328)	-	-
Total	80.037	181.555	66.980	123.433

	Consolidado			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Rendas de operações com títulos de renda fixa	76.655	186.416	96.535	190.431
Despesas de operações com títulos de renda fixa	(499)	(19.543)	(25.367)	(61.495)
Total	76.156	166.873	71.168	128.936

c) Operações de captação no mercado

	Individual			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Despesas de depósitos interfinanceiros	1.974	4.537	2.260	4.149
Despesas de depósitos a prazo	89.215	180.404	68.696	135.699
Despesas de operações compromissadas	11.144	20.553	29.590	52.917
Receita/Despesas de operações com títulos e valores mobiliários no exterior	1.800	(7.433)	50.511	56.563
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito	3.813	7.782	3.884	8.073
Despesas com letras de crédito do agronegócio	12.896	22.801	6.133	11.191
Despesas com letras financeiras	16.118	38.623	14.356	26.820
Despesas com letras de crédito imobiliário	7.828	14.361	322	494
Total	144.788	281.628	175.752	295.906

	Consolidado			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Despesas de depósitos interfinanceiros	1.926	4.401	2.165	3.910
Despesas de depósitos a prazo	88.144	177.218	66.431	130.863
Despesas de operações compromissadas	12.224	22.699	30.784	55.700
Receita/Despesas de operações com títulos e valores mobiliários no exterior	1.800	(7.433)	50.511	56.563
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito	3.813	7.782	3.884	8.073
Despesas com letras de crédito do agronegócio	12.896	22.801	6.133	11.191
Despesas com letras financeiras	16.118	38.623	14.356	26.820
Despesas com letras de crédito imobiliário	7.828	14.360	322	494
Total	144.749	280.451	174.586	293.614

d) Operações de empréstimos e repasses

	Individual			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Despesas de repasses do Instituições oficiais do Brasil	10.602	21.362	8.818	17.800
Despesas de repasses do exterior - Resolução n.º 3.844	2.306	2.429	68	146
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	8.496	15.509	72.715	73.017
Despesas de empréstimos no exterior	546	913	454	976
Total	21.950	40.213	82.055	91.939

	Consolidado			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Despesas de repasses do BNDES	10.602	21.362	8.818	17.800
Despesas de repasses do exterior - Resolução n.º 3.844	2.306	2.429	68	146
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	8.496	15.509	72.716	73.017
Despesas de obrigações com cotistas seniores de FIDC	-	-	-	-
Despesas de empréstimos no exterior	546	913	454	976
Total	21.950	40.213	82.056	91.939

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA
02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

e) Receitas de prestação de serviços

	Individual			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Taxa de abertura de crédito	4.173	10.156	8.496	15.055
Comissão de Fiança	11.570	21.669	10.155	18.160
Comissão de Intermediação	1.871	4.801	5.346	8.740
Outras	14	21	12	21
Total	17.628	36.647	24.009	41.976

	Consolidado			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Taxa de abertura de crédito	4.173	10.156	8.496	15.055
Comissão de Fiança	11.570	21.669	10.155	18.160
Comissão de Intermediação	7.387	11.548	10.460	25.232
Outras	45	83	91	193
Total	23.175	43.456	29.202	58.640

f) Despesas de pessoal

	Individual			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Proventos	13.447	27.581	13.947	27.991
Benefícios	2.130	4.245	2.043	4.172
Encargos sociais	4.588	9.594	4.349	9.282
Honorários da diretoria	327	655	240	484
Treinamento	89	124	77	136
Estagários	86	174	90	195
Total	20.667	42.373	20.746	42.260

	Consolidado			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Proventos	14.769	30.272	14.524	29.141
Benefícios	2.231	4.468	2.129	4.341
Encargos sociais	4.758	9.919	4.528	9.663
Honorários da diretoria	327	655	244	493
Treinamento	95	138	80	142
Estagários	96	196	99	212
Total	22.276	45.648	21.604	43.992

g) Outras despesas administrativas

	Individual			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Despesas de água, energia e gás	164	280	90	231
Despesas com aluguéis	2.411	4.705	2.375	4.477
Despesas de arrendamento de bens	203	452	256	498
Despesas de comunicações	826	1.695	818	1.756
Despesas de manutenção e conservação de bens	467	912	402	953
Despesas de material	37	65	34	75
Despesas de processamento de dados	2.044	4.381	1.911	4.215
Despesas de promoções e relações públicas	514	1.539	671	1.635
Despesas de seguros	72	110	58	67
Despesas com serviços do sistema financeiro	3.793	8.228	3.606	7.413
Despesas com serviços de terceiros	646	1.336	726	1.665
Despesas com serviços de vigilância e segurança	1.346	2.608	1.117	2.314
Despesas com serviços técnicos especializados	2.342	7.361	2.079	5.903
Despesas de transporte	214	618	349	716
Despesas de viagens	816	1.212	799	1.282
Outras despesas administrativas	1.921	6.094	3.971	7.787
Despesas de amortização e depreciação	821	2.128	1.523	3.048
Total	18.637	43.724	20.785	44.035

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

	Consolidado			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Despesas de água, energia e gás	170	292	91	234
Despesas com aluguéis	2.544	4.975	2.407	4.538
Despesas de arrendamento de bens	203	452	256	498
Despesas de comunicações	832	1.709	818	1.756
Despesas de manutenção e conservação de bens	468	915	403	956
Despesas de material	37	65	34	75
Despesas de processamento de dados	2.143	4.601	1.917	4.233
Despesas de promoções e relações públicas	525	1.600	674	1.694
Despesas de seguros	78	118	58	67
Despesas com serviços do sistema financeiro	4.260	9.006	3.671	7.547
Despesas com serviços de terceiros	909	1.851	820	1.805
Despesas com serviços de vigilância e segurança	1.346	2.608	1.116	2.314
Despesas com serviços técnicos especializados	2.487	7.799	2.211	6.089
Despesas de transporte	217	626	354	725
Despesas de viagens	838	1.279	871	1.402
Outras despesas administrativas	1.989	6.224	4.003	7.871
Despesas de amortização e depreciação	867	2.223	1.523	3.048
Total	19.913	46.343	21.227	44.852

h) Despesas tributárias

	Individual			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
ISS	922	2.474	1.109	2.038
Cofins	726	1.533	888	1.631
PIS	118	249	961	1.584
Outros	169	533	292	442
Total	1.935	4.789	3.250	5.695

	Consolidado			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
ISS	1.141	2.758	1.374	2.878
Cofins	889	1.791	1.081	2.212
PIS	148	296	1.007	1.714
Outros	182	569	452	609
Total	2.360	5.414	3.914	7.413

i) Outras receitas operacionais

	Individual			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Recuperação de encargos e despesas	187	750	331	755
Atualização monetária ativa	480	632	710	1.410
Atualização de créditos judiciais	3.330	6.787	1.974	3.813
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	862	2.202	2.203	7.261
Reversão de provisão FIDC	-	-	-	1.602
Outras rendas operacionais	384	994	301	1.299
Reversão Provisão Derivativos	2.397	3.728	-	-
Total	7.640	15.093	5.519	16.140

	Consolidado			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Recuperação de encargos e despesas	187	750	330	759
Atualização monetária ativa	485	642	724	1.438
Atualização de créditos judiciais	3.350	6.827	1.986	3.836
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	862	2.202	2.203	7.261
Reversão de provisão FIDC	-	-	-	1.602
Outras rendas operacionais	1.919	2.509	32	309
Reversão Provisão Derivativos	2.397	3.728	-	-
Total	9.200	16.658	5.275	15.205

j) Outras despesas operacionais

	Individual			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Provisão processos trabalhistas, cíveis	14	423	-	-
Despesa de cessão	1.315	1.315	1.299	6.811
Juros sobre o capital próprio	16.733	33.263	15.719	30.696
Outras despesas operacionais	732	3.083	163	3.884
Total	18.794	38.084	17.181	41.391

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

	Consolidado			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Provisão processos trabalhistas, cíveis	14	423	-	-
Despesa de cessão	1.315	1.315	1.299	6.811
Provisão para FIDC	-	-	4.929	4.929
Despesa de obrigações por cotas de fundo de investimento	16.202	31.735	1.911	4.144
Outras despesas operacionais	995	3.382	153	4.005
Juros Sobre o Capital Próprio	16.733	33.263	15.719	30.696
Total	35.259	70.118	24.011	50.585

k) Resultado não operacional

No semestre findo em 30 de junho de 2014, o valor de R\$11.307 no Individual e Consolidado (R\$5.026 em 30 de junho de 2013 no Individual e Consolidado) corresponde principalmente a venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Individual			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	45.585	91.817	29.353	91.684
Juros sobre o capital próprio	(16.733)	(33.263)	(15.719)	(30.696)
Lucro antes da tributação	28.852	58.554	13.634	60.988
Alíquota vigente	40%	40%	40%	40%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(11.541)	(23.422)	(5.454)	(24.395)
Resultado de Equivalência Patrimonial	166	(765)	5.655	-
Receitas de juros indenizatórios	720	3.006	8.986	-
Diferenças de regime fiscal outras empresas	-	-	-	(253)
Outros ajustes	530	(168)	121	17.180
Imposto de renda e contribuição social	(10.125)	(21.349)	9.308	(7.468)

	Consolidado			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	46.943	94.143	30.889	95.427
Juros sobre o capital próprio	(16.733)	(33.263)	(15.719)	(30.696)
Lucro antes da tributação	30.210	60.880	15.170	64.731
Alíquota vigente	40%	40%	40%	40%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(12.084)	(24.352)	(6.068)	(25.892)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-
Receitas de juros indenizatórios	721	3.006	8.986	-
Diferenças de regime fiscal outras empresas	586	758	1.568	(254)
Outros ajustes	(708)	(3.087)	3.286	14.935
Imposto de renda e contribuição social	(11.485)	(23.675)	7.772	(11.211)

22. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

No exercício de 2012, o Banco aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução n.º 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional.

O Plano tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Banco Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Banco; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução n.º 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Banco; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos Administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Banco como um todo.

A Remuneração Variável será calculada:

- a) até 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR; e
- b) o correspondente a 10% do valor determinado para a remuneração variável será paga em ações preferenciais do Banco de forma imediata quando do pagamento da PLR; e
- c) o correspondente aos 40% restantes da remuneração variável será pago em ações preferenciais do Banco e serão entregues ao empregado juntamente com o pagamento do valor em espécie. O direito de disposição dessas ações será de forma "Diferida" crescendo com o nível de responsabilidade do Administrador.

A entrega das ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

O Banco conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que foi constituído na Assembleia Geral do dia 16 de janeiro de 2012, que será responsável por (i) propor ao conselho de administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao conselho de administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao conselho de administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto nesta resolução; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.921/10.

No semestre findo em 30 de junho de 2014 foi apurado referente a remuneração variável no montante de R\$12.960 (R\$13.116 em 30 de junho de 2013), e a despesa em 2014 foi de R\$5.516 (R\$3.832 em 2013) de acordo com os critérios definidos no plano.

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria	Individual e Consolidado			
	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Remuneração fixa	3.011	5.768	2.191	4.364
Remuneração variável	-	12.960	23	13.116
Benefícios de curto prazo	1.262	2.577	535	1.519
Total	4.273	21.305	2.749	18.999

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Rescisão do contrato

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria não dá direito a nenhuma compensação financeira. No caso da rescisão do contrato pelo Banco o executivo pode receber uma indenização. No semestre findo em 30 de junho de 2014 não houve pagamento aos executivos que saíram a título de compensação (R\$23 em 30 de junho de 2013).

b) Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com as empresas discriminadas na nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Títulos e valores mobiliários	335.893	12.442	38.728	(1.039)
Pine Crédito Privado - FIDC	5.196	12.442	4.215	(1.039)
FIP Rio Corporate	114.007	-	9.839	-
Pine Crédito Privado - FIDC Agro	216.690	-	24.674	-
Depósitos à vista	2.760	449	-	-
Pine Investimentos	2.175	298	-	-
Pine Comercializadora de Energia Elétrica	1	-	-	-
Pine Corretora	7	4	-	-
Pine Assessoria	434	6	-	-
Pine Assessoria em Comercialização de Energia	10	6	-	-
Pine Planejamento Ltda	13	7	-	-
IRE VII Desenvolvimento Imobiliário Ltda	99	-	-	-
Administradores e familiares imediatos ⁽¹⁾	21	128	-	-
Depósitos interfinanceiros	1.680	5.037	(136)	(239)
Pine Investimentos	1.680	5.037	(136)	(239)
Depósitos à prazo	54.444	186.711	(3.224)	(6.687)
Pine Investimentos	36.082	29.025	(1.766)	(994)
Pine Comercializadora de Energia Elétrica	755	82.441	(98)	(2.976)
Pine Corretora	232	228	(12)	(8)
Pine Assessoria	2.821	35.912	(854)	(1.258)
Pine Planejamento Ltda	2.808	14.885	(456)	(347)
Pine Assessoria em Comercialização de Energia	23	41	(1)	(1)
IRE VII Desenvolvimento Imobiliário Ltda	-	12.471	-	(145)
Administradores e familiares imediatos ⁽¹⁾	11.723	11.708	(37)	(958)
Captações no mercado aberto	176.473	-	(2.146)	-
Pine Investimentos	143.849	-	(3.354)	-
Pine Crédito Privado - FIDC Agro	30.697	-	1.208	-
IRE VII Desenvolvimento Imobiliário S/A	1.927	-	-	-

⁽¹⁾ Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, dos acionistas com mais de cinco por cento do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Acionistas	30/06/2014					
	Ações		Ações		Total de	
	Ordinárias	Ordinárias(%)	Preferenciais	Preferenciais (%)	Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	65.178.483	100,00	17.210.589	29,45	82.389.072	66,65
Conselho de Administração	-	-	3.736.574	6,39	3.736.574	3,02
Administradores	-	-	3.186.610	5,46	3.186.610	2,58
Total	65.178.483	100,00	24.133.773	41,30	89.312.256	72,25

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Acionistas					31/12/2013	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias(%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	58.444.889	100,00	15.410.863	29,41	73.855.752	66,63
Conselho de Administração	-	-	3.243.868	6,19	3.243.868	2,93
Administradores	-	-	3.103.532	5,92	3.103.532	2,80
Total	58.444.889	100,00	21.758.263	41,52	80.203.152	72,36

23. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

	30/06/2014	31/12/2013
Fianças e Avals	2.941.178	2.114.296
Cessão de crédito com coobrigação	-	334
Carta de crédito	4.123	8.814
Total	2.945.301	2.123.444

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco contribui mensalmente para empresa de previdência privada nos planos VGBL e PGDL, conforme opção do participante, o equivalente a 1% do salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua no mínimo com 1% do seu salário bruto, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador.

No semestre findo em 30 de junho de 2014, o montante dessa contribuição foi de R\$192 (R\$186 em 30 de junho de 2013).

25. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Banco Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

26. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução e visão geral

O Banco Pine está exposto aos riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros tendo mensuração e monitoramento contínuo e possui uma estrutura de análise composta por diretoria, conselho e comitê que atuam nos seguintes riscos:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de administração é o órgão responsável pela identificação e controle de riscos, porém, existem outros órgãos independentes que são responsáveis pela administração e monitoramento dos riscos.

b) Risco de crédito

Definição

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

Gerenciamento do risco de crédito

Atribuições:

- Formular Políticas de Crédito em conjunto com todas as unidades do Banco, incluindo exigências de garantia, avaliação de crédito, classificação de risco e apresentação de relatórios, procedimentos legais e documentais, assim como cumprimento com exigências normativas e estatutárias.
- Estabelecer a estrutura para aprovação e renovação de linhas de Crédito. Os limites são definidos e aprovados pelo Comitê de Crédito.
- Revisar e avaliar o risco de Crédito. A Área de Crédito avalia toda a exposição de crédito em excesso aos limites estabelecidos, antes que as linhas de crédito sejam liberadas para os clientes pela unidade de negócios em questão. As renovações e revisões das linhas de crédito estão sujeitas ao mesmo processo de revisão.
- Limitar concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores da economia e por faixas de classificação de crédito, liquidez de mercado e país.
- Desenvolver e manter a classificação de risco do Banco para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de perda financeira enfrentada e focar o gerenciamento nos riscos inerentes. O sistema de classificação de risco é usado para determinar exposições de crédito. A estrutura de classificação de risco atual inclui graus de risco de crédito e a disponibilidade de garantias ou outra ferramenta para mitigar o risco de crédito.
- Oferecer aconselhamento, orientação e técnicas especializadas para promover as melhores práticas, por todo o Banco, no gerenciamento do risco de crédito.

Análise e concessão de crédito:

- Avaliar os riscos envolvidos nas operações e a capacidade dos clientes em liquidar suas obrigações nas condições contratadas.

Controles e gestão de riscos de crédito:

- Atuar de maneira preventiva no monitoramento dos clientes ativos visando antecipar movimentos de inadimplência na carteira de operações que envolvam risco de crédito, dar suporte às decisões e estratégias comerciais e fornecer dados que permitam aos Comitês de Crédito e Executivo acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico do Banco Pine.

Área de Administração de Ativos Especiais (Recuperação de Crédito):

- O Banco possui uma área específica de recuperação de crédito que tem por objetivo dar apoio às áreas envolvidas com o processo de recuperação de crédito, visando identificar e atuar frente aos potenciais riscos da instituição, buscando soluções ágeis e efetivas no intuito de mitigar possíveis perdas, ser fonte de informação acerca dos riscos em atraso ou que por qualquer motivo tenha a certeza do recebimento do crédito prejudicado, promover o controle de riscos que, de acordo com a política definida pela instituição, estão sob a administração da Área de Ativos Especiais.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014

02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

c) Risco de liquidez

Definição

O risco de liquidez está associado à eventual dificuldade do Banco em atender suas obrigações decorrentes dos seus passivos financeiros.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez visa precaver o Banco de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o banco monitora suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

É efetuado um controle diário através de relatórios onde se monitoram os seguintes itens :

- O descasamento de vencimentos entre os fluxos de pagamentos e recebimentos de todo conglomerado;
- Projeção de cenários de stress de liquidez definidos no ALCO - Asset and liability committee.

Esses dados são confrontados com nível de caixa do Banco diariamente e avaliados semanalmente no ALCO - Asset and liability committee.

A gestão de liquidez é realizada pela Superintendencia de Risco de Mercado, Liquidez e P&L, que se reporta à Superintendência Executiva de Controle de Riscos.

d) Risco de mercado

i) Definição

Riscos de Mercado estão ligados a possíveis perdas monetárias em função de flutuações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas nos mercados. As oscilações de variáveis financeiras, como preços de insumos e produtos finais, índices de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio, geram potencial de perda para praticamente todas as empresas e, portanto, representam fatores de risco financeiro.

Basicamente, pode-se dizer que o Risco de Mercado que uma instituição está exposta deve-se ao conjunto de três fatores: a) exposição – valor exposto ao risco;b) sensibilidade – o impacto em função da flutuação de preços; e c) variação – a magnitude da variação de preços. Nota-se, dentre os fatores, que a exposição e sensibilidade são fatores controláveis pela instituição em função de seu apetite frente aos riscos observados, entretanto, a variação é uma característica do mercado, portanto fora do controle do Banco.

Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e preço de ações. Cada modalidade representa o risco de ocorrerem perdas em função de oscilações na variação em sua respectiva variável.

ii) Gestão de risco de mercado

A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à mesa de operações e que tem como responsabilidade principal monitorar e analisar o risco de mercado oriundo das posições assumidas pelo Banco vis a vis o apetite ao risco definido pelo ALCO - Asset and liability committee e aprovado pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de mercado é efetuada diariamente pela Superintendencia de Risco de Mercado, Liquidez e P&L, que calcula o Valor em Risco e gera os GAPs de descasamento dos Fatores Primitivos de Risco que compõem a carteira do Banco.

Os valores são confrontados diariamente com os limites de VaR, exposição por Fatores Primitivos de Risco e Stop Loss estabelecidos pelo ALCO - Asset and liability committee e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado.

Para os testes de estresse, utilizam-se os cenários de alta e de baixa divulgados pela BM&FBovespa, bem como o deslocamento das curvas de juros utilizadas. Poderão, ainda, ser utilizados alguns cenários gerados pelo ALCO - Asset and liability committee.

iii) Metodologias

Valor justo:

O objetivo da marcação a mercado (Valor Justo) é tornar o apreçamento dos ativos e passivos contidos na carteira do Banco o mais transparente possível, visando a proteção dos acionistas.

Value at risk – VaR (Valor em risco):

O VaR mede a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança, ou seja, o VaR fornece uma medida do risco de mercado.

O gerenciamento de risco de mercado utiliza-se do VaR, como medida de perda potencial das carteiras do Banco. Para os cálculos, utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%. Todo o cálculo está baseado nos preços de fechamento de mercado, obtidos de diferentes fontes (Anbima, BM&FBovespa, Banco Central, entre outros).

São realizadas análises de VaR por mercado, vértices e por fator de risco associados a curva de juros, preços de ações, câmbio e commodities. Caso o limite de VaR seja excedido, será feita uma avaliação das operações e aquelas que apresentarem maior risco deverão ser reajustadas pela Tesouraria de modo a reduzir o risco e buscar o enquadramento dentro do limite máximo de exposição. A liquidez de mercado deverá ser avaliada quando do reajuste dessas operações.

iv) Análise de sensibilidade

Conforme Instrução n.º 475/08 da CVM, segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Banco a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição em 30 de junho de 2014:

		Análise de Sensibilidade		
		30/06/2014		
Fator de Risco	Exposição	Cenários		
		Provável ^(*)	Possível ^(**)	Remoto ^(**)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	164	(20)	(40)
Índice de Preços (IGPM)	Variações no cupom de IGPM	240	(509)	(1.018)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	252	(6.868)	(13.737)
Taxa TJLP (TJLP)	Variações na TJLP	16	1.289	2.577
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	6.750	(3.651)	(7.302)
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	38	87	175
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas OffShore	369	6.538	13.061
Moedas	Variação na variação cambial	(15)	(407)	(814)
Total (soma não correlacionada)		(7.882)	(19.385)	(38.771)
Total (soma correlacionada) ^(*)		7.814	(3.541)	(7.098)

^(*)Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

^(**)Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014



02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Cenários			
Cenário I - Provável			
Cenário composto pela variação dos fatores de mercado entre os dias 30/06/2014 e 11/07/2014 (Pré de 10,91% para 10,92% no vértice de 1 ano, de 11,68% para 11,61% no vértice de 3 anos, variação do dólar de 2,2025 para 2,2228 e cupom cambial de 0,65% para 1,27% no vértice de 1 ano)			
Cenário II - Possível ^(*)			
Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&F), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:			
Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	10,91%	25%	13,63%
Índice de Preços (IGPM)	5,47%	25%	6,84%
Índice de Preços (IPCA)	4,86%	25%	6,08%
Taxa TJLP (TJLP)	5,54%	25%	6,92%
Taxa de Cupom de Dólar	0,65%	25%	0,81%
Taxa de Cupom de Outros Moedas	1,02%	25%	1,28%
Taxa LIBOR USD	0,55%	25%	0,68%
Taxa LIBOR Outras Moedas	0,17%	25%	0,21%
Moedas	2,2025	25%	2,7531
Cenário III - Remoto ^(*)			
Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&F), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:			
Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	10,91%	50%	16,36%
Índice de Preços (IGPM)	5,47%	50%	8,21%
Índice de Preços (IPCA)	4,86%	50%	7,29%
Taxa TJLP (TJLP)	5,54%	50%	8,31%
Taxa de Cupom de Dólar	0,65%	50%	0,97%
Taxa de Cupom de Outros Moedas	1,02%	50%	1,53%
Taxa LIBOR USD	0,55%	50%	0,82%
Taxa LIBOR Outras Moedas	0,17%	50%	0,26%
Moedas	2,2025	50%	3,3038

* Para os Cenários II e III, foi considerado o resultado do estresse de alta ou baixa de forma a obter um resultado de maiores perdas para a carteira.

e) Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é um importante processo da Instituição que é executado de forma a otimizar o uso de capital e alcançar os seus objetivos estratégicos. De forma a gerar estabilidade nos resultados financeiros e aperfeiçoar a alocação de capital é fundamental o constante aprimoramento da gestão e controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

De acordo com a Resolução nº 3.988/11 do BACEN, def ine-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

As políticas e estratégias de gerenciamento de capital consideram uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado e são revisadas periodicamente pela Diretoria e Conselho de Administração, a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico da Instituição.

As instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O PRE é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Em março de 2013, o Bacen tornou público as normas relacionadas à definição de capital e aos requerimentos de capital regulamentar com o objetivo de implementar no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (Basileia III). Os principais objetivos são: (i) aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras absorverem choques provenientes do sistema financeiro ou dos demais setores da economia; (ii) reduzir o risco de contágio do setor financeiro sobre o setor real da economia; (iii) auxiliar a manutenção da estabilidade financeira; e (iv) promover o crescimento econômico sustentável. A aplicação das novas regras de Basileia III iniciou-se em 1º de outubro de 2013.

O Banco, em 30 de junho de 2014, atingiu o índice de 13,66% (14,14% em 31 de dezembro de 2013), calculado a partir do "Consolidado Financeiro".

Basileia III ^(*)	30/06/2014	31/12/2013
Patrimônio de referência Nível I	1.255.861	1.220.519
Capital Principal	1.255.861	1.220.519
Patrimônio líquido	1.269.929	1.272.408
(-) Ajustes Prudenciais ^(*)	(14.068)	(51.889)
Ajustes de marcação a mercado	-	-
Patrimônio de referência Nível II	151.759	221.841
Dívida Subordinada	151.759	221.841
Ajustes de marcação a mercado	-	-
Patrimônio de referência - PR	1.407.620	1.442.360
Ativo ponderado pelo risco - RWA ^(*)	10.303.345	10.203.251
Risco de Crédito	9.336.628	9.311.739
Risco de mercado	779.147	731.173
Risco Operacional	187.570	160.339
Índice da Basileia - %	13,66%	14,14%
Capital Nível I	12,19%	11,96%
Capital principal	12,19%	11,96%
Capital Nível II	1,47%	2,17%

^(*) A partir de outubro de 2013, o patrimônio de referência passou a ser apurado com base na Resolução nº 4.192/13 do CMN que determina que a apuração seja feita com base no "Consolidado Financeiro";

^(*) Critérios utilizados, a partir de outubro de 2013, de acordo com a Resolução nº 4.192/13 do CMN;

^(*) Para efeito de comparabilidade, ajustamos a "Alocação de capital mínimo exigido" do período anterior, visto que passamos a apresentar as parcelas correspondentes do "Ativo ponderado pelo risco - RWA".

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014

02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

O Banco Pine, de acordo com a Circular n.º 3.477/09, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de referência exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico www.pine.com/ri.

f) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

Em outubro de 2013, o BACEN publicou a Circular n.º 3.678 que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco e à apuração do Patrimônio de Referência (PR). A nova circular produz efeitos a partir de 30 de junho de 2014, quando fica revogada a Circular n.º 3.477. Os novos requerimentos de publicação incorporam à regulação brasileira requerimentos de Pilar 3 presentes em Basileia II e, principalmente, em Basileia III.

O conteúdo do nosso novo Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3 estará disponível no endereço eletrônico: www.pine.com/ri após o dia 29 de agosto de 2014.

g) Índice de Imobilização

De acordo com a Resolução n.º 2.286/96 do Bacen, o limite de imobilização permitido é de 50,0%. Em 30 de junho de 2014, o índice de imobilização foi de 2,23% (10,99% em 30 de junho de 2013).

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Medida Provisória n.º 627

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei n.º 12.973, conversão da Medida Provisória n.º 627, que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida Lei n.º 12.973/14 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Estimamos que a referida Lei n.º 12.973/14 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações financeiras do Banco Pine e suas controladas.

b) Seguros

O Banco adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes estabelecidos pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 30 de junho de 2014 é assim demonstrada:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	20.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 18 veículos	2.603
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	12.000
Seguro global de banco	Valores em espécie	300
Seguro aeronave	Garantias por parte do avião	624

c) Leasing operacional

O Pine possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade "leasing" operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. O custo dos contratos de arrendamento são reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica "Despesas administrativas - arrendamento de bens".

	Taxa	Prazo	Individual e Consolidado			
			2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Despesa de arrendamento de bens						
Leasing de maquinas e equipamentos	4,24%	3	203	452	256	498
Total			203	452	256	498

d) Valor justo de instrumentos financeiros

De acordo com a Instrução CVM n.º 235, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do período.

	Consolidado	
	30/06/2014	
	Valor justo	Valor contábil
Ativos		
Aplicações Interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	1.145.732	1.145.732
Operações de crédito ⁽²⁾	5.574.572	5.590.219
Outros créditos ⁽³⁾	849.747	848.377
Total de ativos financeiros	7.570.051	7.584.328
Passivos		
Depósitos à vista ⁽⁴⁾	40.778	40.778
Depósitos interfinanceiros ⁽⁵⁾	79.729	79.729
Depósitos a prazo ⁽⁶⁾	3.009.313	3.009.444
Recursos de aceites e emissão de títulos ⁽⁷⁾	1.624.973	1.626.747
Obrigação por empréstimos e repasses ⁽⁸⁾	2.608.561	2.595.134
Dívida subordinada ⁽⁹⁾	343.875	342.048
Total de passivos financeiros	7.707.229	7.693.880

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2014

02056-7 BANCO PINE S/A 62.144.175/0001-20

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- i) O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez se aproxima substancialmente do seu valor contábil .
- ii) Operações de crédito e outros créditos são mensurados líquidos da provisão para devedores duvidosos. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.
- iii) O valor justo estimado dos depósitos à vista e interfinanceiros se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- iv) O valor justo estimado dos depósitos a prazo e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares.

e) Covenants

O Banco possui linhas com alguns órgãos multilaterais que garantem operações de empréstimos do Banco. Em 30 junho de 2014 o Pine estava adimplente com os índices de performance.

f) Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de janeiro a março de 2014, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

Notas Explicativas

Notas explicativas das Informações Financeiras Trimestrais em IFRS referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Banco Pine S.A.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes



Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Banco ou Banco Pine") é uma sociedade por ações, domiciliado na Avenida das Nações Unidas, 8501 – 29º andar – Pinheiros – São Paulo - SP, registrado na BM&FBovespa S.A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de crédito e financiamento e de câmbio.

As operações do Banco são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Financeiro Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) a partir de 01 de janeiro de 2009, data da adoção inicial.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas localmente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, Lei das sociedades por ações e regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, doravante denominados "BRGAAP", e estão sendo apresentadas separadamente dessas demonstrações. A nota explicativa 48 contém a reconciliação do Patrimônio líquido e do Resultado.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas de acordo com a IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário com a opção de apresentar as Demonstrações Financeiras Consolidadas Completas em vez das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

As demonstrações financeiras em IFRS incluem as normas contábeis emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores, tendo sido atendidas todas as normas, cuja aplicação era mandatória sem exceções.

b. Normas, emendas, alterações e interpretações relevantes emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) aplicáveis para o semestre findo em 30 de junho de 2014:

- IAS 19 - "Benefícios a Empregados". Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros". Em dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de offsetting. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" – O pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante para uma entidade ser consolidada. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- IFRS 11 - "Acordos em Conjunto". A norma prevê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não é permitido com controle em conjunto. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- O IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS;

c. Normas, emendas, alterações e interpretações relevantes emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que ainda não estão em vigor:

As seguintes normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o período findo em 30 de junho de 2014. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi prevista, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e CVM:

- Alteração do IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2014, com aplicação retrospectiva. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas.
- O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas controladas pelo Banco.

a. Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas contemplam as operações do Banco Pine S.A., que inclui a agência de Grand Cayman, suas subsidiárias, bem como das entidades de propósito específico e dos fundos de investimento onde o Pine é cotista único.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo grupo.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Destacamos abaixo as entidades incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas:

	Atividade	Participação no capital (%)	
		30/06/2014	31/12/2013
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Securities USA LLC	Broker Dealer	100,0000	100,0000
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	99,9998	99,9998
Pine Comercializadora de Energia Elétrica Ltda ^{(1) (2)}	Consultoria	100,0000	100,0000
Pine Corretora de seguros Ltda.	Corretora de seguros	99,9998	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Consultoria	99,9998	99,9998
Pine Assessoria em Comercialização de Energia ⁽²⁾	Consultoria	10,0000	10,0000
Pine Planejamento e Serviços Ltda	Consultoria	99,9900	99,9900
Entidades de propósito específico			
Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros	FIDC	-	-
IRE VII Desenvolvimento Imobiliário S.A.	Desenvolvimento de empreendimentos imobiliários	-	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC Pine Agro ⁽³⁾	FIDC	-	-
Fundos de investimentos - cotista único			
Pine High Yield Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	Fundo de investimento multimercado	-	-
Pine CM Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	Fundo de investimento multimercado	-	-
Pine RB Capital Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	Fundo de investimento multimercado	-	-
Fundo de Investimento Pine Referenciado DI Crédito Privado	Fundo de investimento DI	-	-
FIP Rio Corporate - Fundo de Investimentos em Participações	Fundo de Investimentos em Participações	-	-

⁽¹⁾ Conforme alteração contratual que ocorreu em 26 de dezembro de 2013, a Pine Comercializadora de Energia reduziu seu capital social de R\$77.400 para R\$1.000.

⁽²⁾ A Pine Comercializadora de Energia Elétrica Ltda é a detentora de 90% da empresa Pine Assessoria em Comercialização de Energia.

⁽³⁾ Em 16 de setembro de 2013 foi constituído o FIDC Pine Agro e em 17 de setembro de 2013 o Banco integralizou 171.428.571 cotas.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as Empresas sobre as quais o Banco exerce controle, representado pelo poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais para obter benefícios das suas atividades. As subsidiárias são consolidadas pelo método integral desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa. Consequentemente, todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados na consolidação.

Entidade de Propósito Específico - Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros (Pine Crédito Privado)

a) Pine Crédito Privado

Pelo fato do controle sobre os recebíveis cedidos ao fundo remanescer com o Banco (recebimento, repasse e cobrança) e devido ao Banco ser detentor das cotas subordinadas do Fundo, a administração decidiu consolidar o FIDC, conforme requerido pelo IFRS 10.

Conforme requerido pelo IFRS 10, seguem informações relacionadas ao Pine Crédito Privado considerado na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

i) Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC.

O Fundo denominado Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros, administrado pelo Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 07 de dezembro de 2010. A data de início da distribuição foi em 28 de março de 2011. O Fundo ofertou 207.000 quotas seniores no valor unitário de R\$1. A data de encerramento da distribuição foi em 06 de abril de 2011. O Fundo encerrará suas atividades no prazo de 180 dias contados do resgate integral das quotas seniores em circulação (54 meses após a data de distribuição do Fundo).

O objetivo do Fundo é atuar no sentido de propiciar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, exclusivamente por meio da aquisição de Direitos Creditórios do segmento financeiro, exclusivamente originados e cedidos pelo Pine, que atendam aos Critérios de Elegibilidade, observados todos os índices de composição e diversificação de carteira estabelecidos no Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.

ii) Participação no patrimônio e nos resultados do FIDC.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, e capítulo 21 do Regulamento do Fundo, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo será de 69%. Isto quer dizer que o Fundo deverá ter 31% de seu patrimônio representado por cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas do Fundo, mensalmente.

iii) Natureza de seu envolvimento com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Cedente (Banco Pine), sem prejuízo do direito do cessionário (Fundo), diretamente ou por intermédio de terceiros, também efetuar tal verificação.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do Fundo é atribuído às cotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedido esta somatória, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do Fundo é atribuída às cotas seniores. As cotas subordinadas não apresentam uma meta de rentabilidade, porém deverão se beneficiar dos eventuais retornos excedentes gerados pela carteira de direitos creditórios.

Na hipótese de inobservância do percentual de cotas subordinadas representando menos de 31% do patrimônio líquido do Fundo, o Banco terá 5 dias úteis para providenciar o restabelecimento dessa relação mínima, através de subscrição de novas cotas subordinadas, o que caso não ocorra, deverá a Administradora convocar um Evento de Avaliação nos termos do regulamento. Na hipótese das cotas subordinadas representarem mais que 31% do patrimônio líquido do Fundo, a administradora poderá realizar uma amortização parcial de cotas subordinadas em montante necessário ao re-equilíbrio desse fator.

iv) Montante e natureza dos créditos, obrigações, receitas e despesas entre a companhia e o FIDC, ativos transferidos pela companhia e direitos de uso sobre ativos do FIDC.

No período findo em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não houve operações cedidas para o FIDC.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

b) IRE VII Desenvolvimento Imobiliário S/A

Pelo fato do controle sobre as atividades da entidade de propósito específico, a administração do Banco concluiu pela consolidação da IRE VII Desenvolvimento Imobiliário S/A, conforme previsto na Instrução CVM nº 408/04.

i) Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pela EPE.

A companhia denominada IRE VII Desenvolvimento Imobiliário S/A, foi constituída sob a forma de sociedade por ações em 09 de dezembro de 2010. A companhia tem por objetivo social a administração, compra, venda e locação de bens imóveis próprios ou de terceiros; o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, e a participação em outras sociedades, simples ou empresárias como acionista ou quotista.

ii) Participação no patrimônio e nos resultados da EPE.

Em 16 de maio de 2013 o Banco, através do FIP Rio Corporate, adquiriu 100% das ações da IRE VII Desenvolvimento Imobiliário Ltda.

c) FIDC Pine Agro

Pelo fato do Banco permanecer com os riscos e benefícios dos direitos creditórios cedidos ao Fundo através da aquisição de 100% das cotas subordinadas, a administração do Banco decidiu consolidar o FIDC Pine Agro, conforme previsto no Ofício - Circular da CVM nº 01/07.

i) Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC Agro

O Fundo denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC Pine Agro, administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 16 de setembro de 2013. O patrimônio do Fundo é formado por duas classes de cotas, as Cotas Seniores, e Cotas Subordinadas, na forma do Artigo 12 da Instrução CVM 356/01. A primeira oferta de Cotas Seniores do fundo foi realizada nos termos da Instrução 476/09, e foi destinada apenas a Investidores Qualificados, adquirindo um montante mínimo de R\$1.000 (um milhão de reais). O Fundo tem prazo indeterminado de duração.

O Santander Brasil S.A foi contratado pelo Fundo para ser responsável pela prestação ao Fundo dos serviços de controladoria do Fundo, custódia qualificada dos ativos integrantes da carteira, guarda dos documentos comprobatórios e escrituração das cotas.

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Cotistas por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos Creditórios oriundos (i) operações de empréstimo originadas e concedidas pelo cedente, seja de maneira exclusiva ou sindicalizada, a seus clientes nos setores de atuação, e (ii) debêntures emitidas pelos clientes, atuentes nos setores de atuação, de titularidade do cedente, que poderão contar com garantias, dentre elas garantias reais, para que atendam às condições de cessão e aos critérios de elegibilidade, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecida no Regulamento do Fundo.

O Fundo poderá adquirir direitos creditórios originados e concedidos pelo cedente nos seguintes setores de atuação: (i) açúcar e álcool; (ii) agricultura (produção primária); (iii) varejistas e distribuidores do setor de alimentos; (iv) proteína animal; (v) grãos; (vi) bebidas; (vii) energia renovável; (viii) tradings; (ix) insumos agrícolas; (x) papel e celulose; (xi) produtos de valor agregado.

ii) Participação no patrimônio e nos resultados do FIDC.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, e capítulo 21 do Regulamento do Fundo, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo será de 70%. Isto quer dizer que o Fundo deverá ter 30% de seu patrimônio representado por cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas do Fundo, mensalmente.

iii) Natureza de seu envolvimento com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Custodiante, sem prejuízo do direito do cessionário (Fundo), diretamente ou por intermédio de terceiros, também efetuar tal verificação.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do Fundo é atribuído às cotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedido esta somatória, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do Fundo é atribuída às cotas seniores. As cotas subordinadas não apresentam uma meta de rentabilidade, porém deverão se beneficiar dos eventuais retornos excedentes gerados pela carteira de direitos creditórios.

Na hipótese de inobservância do percentual de cotas subordinadas representando menos de 30% do patrimônio líquido do Fundo, o Banco, mediante solicitação do administrador, deverá subscrever novas cotas subordinadas num prazo máximo de 5 dias corridos, de maneira a atingir a proporção equivalente à razão de garantia. Caso o desenquadramento não seja sanado no prazo estipulado, o Administrador convocará Assembleia Geral de Cotistas para que esta delibere (i) a liquidação antecipada do fundo ou (ii) a amortização extraordinária.

iv) Montante e natureza dos créditos, obrigações, receitas e despesas entre a companhia e o FIDC, ativos transferidos pela companhia e direitos de uso sobre ativos do FIDC.

No período findo em 30 de junho de 2014 houve operações cedidas para o FIDC Pine Agro no montante de R\$220.098.

Fundos de Investimento - Cotista único

Consolidamos os fundos de investimentos em que o Pine é cotista único, pois na essência o Banco obtém a maioria dos riscos e benefícios de suas operações.

b. Base de avaliação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mantidos para negociação, instrumentos financeiros disponíveis para venda, instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros reconhecidos e designados como objeto de hedge em transações qualificáveis de hedge de valor justo atribuível ao risco protegido.

c. Utilização de estimativas e julgamentos

O Banco e suas controladas preparam as estimativas com base em premissas que afetam os números divulgados de ativos e passivos dentro do próximo ano fiscal. Todas as estimativas e premissas requeridas em conformidade com as IFRS são as estimativas que de acordo com a administração são adequadas às atividades do Banco. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas futuras. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

As estimativas contábeis críticas são:

(i) Avaliação do valor justo de alguns instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros sem mercado ativo ou cujos preços não estão disponíveis é calculado por meio de técnicas de precificação. Nestes casos, os valores justos são estimados por meio de dados observados em instrumentos similares ou através de modelos. Quando dados observáveis de mercado não estão disponíveis, eles são estimados baseados em premissas consideradas apropriadas. Quando são utilizadas técnicas de precificação, estas são validadas e revisadas periodicamente a fim de manter sua confiabilidade.

Em algumas situações é necessária a inclusão do risco de crédito na mensuração do valor justo. Para isto, são utilizadas técnicas estatísticas (volatilidade e correlações) que necessariamente requerem julgamentos da administração.

O Banco determina que investimentos "disponíveis para venda" estão impaired quando ocorre uma queda significativa e prolongada no valor justo do ativo, abaixo do seu custo.

A determinação de que é considerada "significativa" ou "prolongada" requer julgamento. Para alcançar este julgamento o Banco avalia entre outros fatores, a volatilidade dos preços dos instrumentos. Adicionalmente, a evidência objetiva do impairment pode ser a deterioração na saúde financeira da empresa, o desempenho da indústria, a performance do setor, a mudança de tecnologia e no fluxo de caixa operacionais e financeiros.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

(ii) Impairment de empréstimos e adiantamentos

É efetuada a revisão quanto a necessidade de impairment da carteira de empréstimos e adiantamentos mensalmente. O Banco faz uso de julgamentos para verificar a existência de indícios de impairment. Esses indícios incluem dados observáveis que indicam que ocorreram mudanças adversas no status de pagamentos de devedores classificados numa mesma categoria, além de condições econômicas que possam afetar o valor contábil dos ativos. Quando verificada a necessidade de reconhecimento de uma perda ao valor recuperável esta deve ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

A Administração efetua julgamentos baseados nas perdas históricas para ativos com risco de crédito semelhante e evidência objetiva similar de impairment.

A metodologia e as premissas utilizadas para os cálculos de impairment são revisadas constantemente.

(iii) Impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos em decorrência de diferenças temporárias na medida em que for provável que o Banco e suas controladas terão lucro tributável no futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

Os créditos tributários e prejuízos fiscais a compensar são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro suficiente para a utilização destes créditos.

(iv) Passivos contingentes

O Banco revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado nas Notas 3.ac e Nota 23.

d. Regime de competência

A entidade prepara as suas Demonstrações Financeiras de acordo com o critério contábil da competência.

e. Gestão do capital

A gestão do capital é efetuada nos níveis regulatórios e econômicos e está baseada na análise dos índices de capital do Banco Central do Brasil.

f. Moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Cada empresa do Grupo determina sua própria moeda funcional conforme IAS 21 – “Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio”. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada entidade do Grupo são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (moeda funcional).

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco, e inclusive da agência no exterior.

Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são aquelas originalmente denominadas ou com liquidação em moeda estrangeira. Tais transações são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados a caixa e equivalentes, empréstimos e adiantamentos, outros ativos, obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, depósitos de clientes, obrigações por empréstimos e repasses, relações com correspondentes e dívidas subordinadas são apresentados na demonstração de resultado como receita (despesa) de juros.

Conversão de moeda funcional para moeda de apresentação para unidades no exterior

Considerando que nenhuma das unidades do Grupo opera com moeda funcional de economia hiperinflacionária, os resultados e as posições financeiras das entidades do Grupo, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos da seguinte maneira:

- . Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço;
- . Receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias no período de apuração.

Na consolidação, diferenças cambiais decorrentes da conversão de investimento líquido em entidades no exterior foram lançadas em “outros resultados abrangentes”.

Em caso de venda, total ou parcial, de negócio no exterior, as diferenças cambiais são reconhecidas no resultado como parte do ganho (perda) na venda.

g. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e os recebimentos futuros durante a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras em operações de crédito.

Os juros decorrentes da aplicação da taxa efetiva são contabilizados na rubrica “Receitas de juros e similares” na demonstração do resultado.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos e que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação incluem os custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultados incluem:

- Juros de ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros;
- Juros de ativos de investimentos disponíveis para venda, com base na taxa efetiva de juros;
- A parte efetiva de derivativos de *hedge* qualificados e designados em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em receitas/despesas de juros;
- Alterações no valor justo de derivativos qualificados (incluindo inefetividades do *hedge*) e dos respectivos itens protegidos, quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros para negociação são consideradas incidentes às operações de negociação do Banco e são apresentadas de forma agregada a todas as mudanças no valor justo dos ativos e passivos para negociação em “Resultado de ativos e passivos financeiros para negociação”.

h. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

i. Taxas e comissões

As receitas e as despesas de taxas e comissões que são parte integrante da taxa efetiva de juros de um ativo ou passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros e são contabilizados na rubrica “Receitas de juros e similares” na demonstração do resultado.

As demais receitas de taxas e comissões são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados e são contabilizados na rubrica “Receitas de tarifas e comissões” na demonstração do resultado.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

j. Resultado de instrumentos financeiros para negociação

O resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação compreende os ganhos líquidos e as perdas relacionados aos ativos e passivos mantidos para negociação, e inclui todas as alterações realizadas e não realizadas no valor justo, juros, dividendos e diferenças cambiais sobre estes instrumentos financeiros e são contabilizados na rubrica "Instrumentos de dívida" e na rubrica "derivativos" na demonstração do resultado.

k. Resultado de outros instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo

O resultado de outros instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo refere-se a derivativos não qualificados mantidos para objetivos de gerenciamento de risco e a ativos e passivos financeiros designados ao valor justo, e inclui todas as alterações realizadas e não realizadas no valor justo, juros, dividendos e diferenças cambiais sobre estes instrumentos financeiros.

l. Dividendos

As receitas de dividendos são reconhecidas quando o direito do recebimento é estabelecido. Os dividendos são refletidos como um componente do Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação ou do Resultado de outros instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com a classificação do instrumento de capital e são contabilizados na rubrica "Instrumentos de patrimônio" na demonstração do resultado.

m. Imposto de renda

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

O imposto de renda diferido é incidente sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis dos ativos e passivos e os saldos fiscais para fins de apuração tributária. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social devem ser reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a geração de lucros tributáveis estimados. Os créditos tributários são mensurados às taxas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base em leis que estão promulgadas na data de balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros sejam gerados para sua utilização, e devem ser revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados.

A despesa de imposto de renda compreende os impostos sobre a renda correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Imposto de renda e contribuição social", exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

n. Instrumentos financeiros ativos e passivos

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para o Banco e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumento de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros e índice de mercado).

Investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis.

ii. Reconhecimento

Inicialmente, o Banco reconhece as operações de crédito e adiantamentos, os depósitos, os títulos emitidos e os passivos subordinados na data em que são originados. Todos os demais ativos e passivos financeiros, incluindo aqueles designados a valor justo contra resultado, são inicialmente reconhecidos na data da negociação na qual o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu valor justo, acrescidos (para instrumentos não avaliados subsequentemente a valor justo contra resultado) dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

iii. Classificação

Os instrumentos financeiros estão classificados em uma das categorias apresentadas nas práticas contábeis 3(o), (p), (q) e (r).

iv. Baixa

Ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos contratuais sobre os seus fluxos de caixa, ou quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos. Qualquer interesse sobre ativos financeiros transferidos criado ou retido pelo Banco, é reconhecido como um ativo ou um passivo em separado.

O Banco efetua a baixa de passivos financeiros quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou expiram.

O Banco realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos são retidos pelo Banco e não são baixados do balanço patrimonial. Transferências de ativos com retenção de todos ou da maioria dos riscos e benefícios incluem, por exemplo, cessão de créditos com coobrigação e operações de venda de títulos com compromisso de recompra.

Nas transações em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e os benefícios de propriedade de um ativo financeiro, é feita a baixa do respectivo ativo quando o Banco deixa de exercer controle sobre este. Em transferências nas quais é retido o controle sobre o ativo, o Banco continua a reconhecer esse ativo na proporção do seu envolvimento, determinado pela duração de suas exposições às mudanças no valor do ativo transferido.

Em certas transações o Banco mantém a obrigação de prestar serviços sobre os ativos financeiros transferidos. Os ativos transferidos neste caso são baixados em sua totalidade se cumprirem os critérios de baixa. Os direitos e as obrigações retidos nas transações de transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos conforme apropriado.

O Banco realiza a baixa de empréstimos e adiantamentos a clientes e instituições financeiras quando estes estão em atraso a mais de 360 dias.

v. Aglutinação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros podem ser compensados entre si e o valor líquido pode ser apresentado no balanço quando, e somente quando, o Banco possui legalmente o direito de compensar os valores, e tem a intenção de liquidá-los pelo valor líquido ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

vi. Compras normais de ativos financeiros

As compras normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de transação. Os ativos são revertidos quando os direitos de receber fluxos de caixa expirarem ou quando o Banco tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

vii. Mensuração ao custo amortizado

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o valor no qual o ativo ou passivo financeiro é avaliado quando do seu reconhecimento inicial, menos as amortizações do principal, adicionado ou reduzido da amortização acumulada utilizando-se o método da taxa efetiva de juros de quaisquer diferenças entre o valor inicial reconhecido e o valor de resgate no vencimento, deduzindo-se quaisquer reduções por não-recuperação (*impairment*) ou impossibilidade de cobrança.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. A receita com operações cedidas, com ou sem coobrigação, são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente.

viii. Mensuração ao valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data de balanço.

Quando disponível, o Banco determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos, quando negativo, como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" da demonstração de resultado consolidada.

ix. Técnicas de avaliação

a) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

	30/06/2014			31/12/2013		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mantidos para negociação	954.528	633.251	1.587.779	1.071.147	746.052	1.817.199
Ativos financeiros disponíveis para venda	437.590	149.956	587.546	557.273	140.724	697.997
Passivos financeiros para negociação	143.298	105.006	248.304	58.197	132.636	190.833

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não houveram transferências entre os níveis 1 e 2. O Banco não possui nenhum instrumento financeiro classificado como Nível 3.

b) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

De acordo com o IFRS 7 e CPC 40 Instrumentos Financeiros – Divulgações, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e seu valor justo no final do período.

	30/06/2014		31/12/2013	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	1.198.844	1.198.844	738.652	738.652
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ⁽ⁱⁱ⁾	40.292	40.292	57.685	57.685
Empréstimos e adiantamentos a clientes ⁽ⁱⁱⁱ⁾	6.419.409	6.407.230	6.475.177	6.205.333
Total dos ativos financeiros	7.658.545	7.646.366	7.271.514	7.001.670
Passivos financeiros				
Depósitos de instituições financeiras ^(iv)	79.729	79.729	89.718	89.718
Depósitos de clientes ^(iv)	3.942.285	3.980.985	3.683.150	3.785.522
Captações no mercado aberto ^(iv)	469.751	469.751	508.792	508.792
Obrigações por títulos e valores mobiliários ^(iv)	692.001	692.049	1.017.184	1.014.860
Obrigações por empréstimos e repasses ^(iv)	3.326.266	3.332.382	2.954.185	2.964.320
Outros passivos financeiros	69.272	69.272	68.499	68.499
Dívidas subordinadas ^(iv)	343.875	338.832	359.298	356.370
Total dos passivos financeiros	8.923.179	8.963.000	8.680.826	8.788.081

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

i) O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, instrumentos de dívida, instrumentos de capital, instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras refletem seu valor contábil.

ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes são mensurados líquidos da provisão para *impairment*. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.

iii) O valor justo estimado dos depósitos de instituições financeiras, captações no mercado aberto, obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros e outros passivos financeiros refletem seu valor contábil.

iv) O valor justo estimado dos depósitos de clientes e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares. O valor justo dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

x. Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "instrumento de dívida".

xi. Identificação e mensuração de "impairment"

Em cada data de balanço, o Banco avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não avaliados ao valor justo contra resultado apresentam *impairment*. Os ativos financeiros são considerados com *impairment* quando evidências objetivas demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável.

O Banco considera evidências de *impairment* tanto para ativos específicos como no nível coletivo. Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas. Todos os ativos significativos que a avaliação indique não serem especificamente deteriorados são avaliados coletivamente para detectar qualquer *impairment* incorrido, porém ainda não identificados. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente para se detectar *impairment* agrupando-se ativos financeiros (contabilizados a custo amortizado) com características de risco similares.

As evidências objetivas de que os ativos financeiros (incluindo instrumentos de capital) possuem *impairment* podem incluir inadimplência por parte do tomador do financiamento, reestruturação do financiamento ou adiantamento pelo Banco em termos que este não aceitaria em outra situação, indicações de que o tomador do financiamento ou emitente entrará em falência, a não-existência de um mercado ativo para um título, ou outros dados observáveis relativos a um conjunto de ativos, tais como, mudanças adversas no histórico de pagamento de tomadores ou emiteentes, ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplências. Em adição, para investimentos em instrumentos de capital, uma perda significativa ou prolongada no seu valor justo abaixo do custo inicial representa uma evidência objetiva de *impairment*.

As perdas por *impairment* de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas levando em consideração a classificação de risco, em especial, para todos os clientes cuja classificação de risco seja igual ou inferior ao nível de risco "D", conforme termos da Resolução nº 2.682 do CMN, assim como o inadimplemento de obrigações vencidas há mais de 90 dias. As perdas são reconhecidas no resultado na conta "perdas com ativos financeiros - *impairment*". Os juros dos ativos continuam sendo reconhecidos enquanto existir a expectativa de recebimento. Quando um evento subsequente causa uma redução no valor de uma perda por *impairment* anteriormente reconhecida, esta é revertida contra o resultado do período.

As perdas por *impairment* com ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período. Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por *impairment* anteriormente reconhecida em instrumentos patrimoniais disponíveis para venda, esta não devem ser revertidas por meio do resultado. Entretanto, quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um instrumento de dívida disponível para venda anteriormente ajustado por uma perda por *impairment*, são reconhecidas diretamente no resultado. As mudanças nas provisões para *impairment* atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

o. Ativos e passivos mantidos para negociação

Os ativos e passivos mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas como parte da receita líquida de negociação no resultado do período. Os ativos e passivos de negociação não são reclassificados após seu reconhecimento inicial.

Os derivativos são classificados nesta subcategoria com exceção dos instrumentos de *hedge*.

p. Disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados nesta categoria no reconhecimento inicial ou que não são classificados em outras categorias de ativos financeiros.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida no resultado quando o Banco passa a ter direito aos dividendos. As variações cambiais ativas ou passivas sobre investimentos em ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidas no resultado.

Outras mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou uma perda por "*impairment*" seja verificada, quando então o saldo da reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

q. Mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são ativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixado que o Banco tem intenção e capacidade de manter até o vencimento.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Qualquer venda ou reclassificação de um montante significativo de investimentos mantidos até o vencimento não próximos de seu vencimento resultará na reclassificação de todos os ativos financeiros "mantidos até o vencimento" para "disponíveis para venda", e impedirá que o Banco classifique ativos financeiros como "mantidos até o vencimento" no exercício social corrente e nos próximos dois subsequentes.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Banco não possuía operações classificadas como mantidas até o vencimento.

r. Empréstimos e recebíveis

Operações de crédito e adiantamentos são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, e que o Banco não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

As operações de crédito e adiantamentos são mensuradas inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à operação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

s. Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos

Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos incluem todos derivativos ativos e passivos que não são classificados como mantidos para a negociação. Esses derivativos são mensurados a valor justo.

Toda parcela de inefetividade é reconhecida no resultado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um *hedge* das variações nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido que poderá afetar o resultado, a proporção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado no mesmo período do item objeto de *hedge*. Qualquer parcela inefetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de *hedge* de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido no patrimônio líquido permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrência, a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado no patrimônio líquido é subtraído e transferido imediatamente para o resultado do período.

t. Ativos não circulantes mantidos para venda

Ativos não circulantes mantidos para venda incluem o valor contábil de imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades consolidadas em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não circulantes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não circulantes mantidos para venda não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

u. Ativos tangíveis

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

i. Reconhecimento e mensuração

Os ativos tangíveis são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e perdas por *impairment*.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos tangíveis construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Softwares adquiridos integrados à funcionalidade de um ativo tangível são registrados como parte do ativo tangível.

Quando os principais componentes de um ativo tangível possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo tangível.

ii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo tangível.

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis para os períodos atual e comparativo são:

Veículos	5 anos
Sistemas de computação	5 anos
Aeronave	10 anos
Outros bens	10 anos

v. Ativos intangíveis

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i. Licença de uso de sistemas - software

De acordo com o IFRS (IAS 38), os gastos com softwares adquiridos e desenvolvidos são classificados em três etapas distintas: 1. Etapa Preliminar do Projeto (despesa); 2. Etapa de Implantação do Projeto (capitalizar) e 3. Etapa Pós-implantação do Projeto (despesa).

Os *softwares* adquiridos pelo Banco são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por *impairment*.

A despesa de desenvolvimento interno de *software* é reconhecida como ativo quando o Banco consegue demonstrar sua intenção e sua capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização do *software* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil estimada. Os *softwares* desenvolvidos internamente são registrados pelos seus custos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e de perdas por *impairment*.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

ii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis para os períodos atual e comparativo são:

<i>Softwares</i>	5 anos
------------------	--------

iii. Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos pelo Banco são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por *impairment*.

As amortizações são reconhecidas no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada dos ativos.

x. Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não considerados como ativo financeiro.

y. Propriedade para Investimento

Conforme previsto no CPC 28 (IAS 40), os valores registrados em propriedades para investimentos é a propriedade (terreno ou edifício - ou parte de edifício - ou ambos) mantida para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas.

Para determinação do valor do investimento a entidade pode adotar o método do valor justo ou o método do custo. O Banco adota para todas as suas propriedades para investimento o método do valor justo.

z. Outros passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida de adiantamentos e o valor de quaisquer outras obrigações não consideradas como passivo financeiro.

aa. *Impairment* de ativos não-financeiros

De acordo com o IFRS (IAS 36), o *impairment* de ativos não financeiros tem como base o valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa que é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Em linhas gerais, o teste de *impairment* para o IFRS é efetuado com base no "*recoverable amount*", que é o maior valor entre o valor justo (-) o custo para vender ou o valor em uso que representa o fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

ab. Depósitos, títulos emitidos, dívidas subordinadas, empréstimos e repasses e captações no mercado aberto

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são as fontes do Banco para financiamento de suas operações.

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Banco designou os passivos a valor justo contra resultado.

Quando o Banco vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura ("venda com compromisso de recompra" ou "empréstimo de títulos"), o contrato é contabilizado como captações no mercado aberto e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações contábeis do Banco.

ac. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Banco tem uma obrigação presente, que pode ser estimada de modo confiável, e seja provável uma saída de benefícios econômicos para sua liquidação.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

ad. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com o IAS 37, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas, quando é provável uma saída de recurso para liquidar tais perdas. A determinação da provisão necessária para esses processos é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas os processos para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;
- Passivo contingente: é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Banco ou uma obrigação presente não reconhecida porque não é provável uma saída de recurso. Tais contingências, quando avaliadas como possível pelos assessores jurídicos, são divulgadas.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

ae. Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade etc.

O Banco reconhece o valor presente de taxas, comissões e juros a receber das garantias financeiras prestadas na rubrica "Outros Passivos Financeiros".

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação e outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre empréstimos e adiantamentos mensurados ao custo amortizado.

As provisões constituídas para essas operações são reconhecidas sob a rubrica "Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões" no balanço patrimonial consolidado. Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não foram constituídas provisões para essas operações.

af. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Banco no final do período, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

ag. Capital acionário e reservas

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

ah. Ações em tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada em conta específica do patrimônio líquido. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra conta de Reservas no patrimônio líquido, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

ai. Lucro por ação

O Banco apresenta informações sobre o lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais segregadas por classe. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais com potencial diluição.

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição em 30 de junho de 2014

aj. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa.

Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.

Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e ativos tangíveis.

Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

4.SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e Pine Securities, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

O Banco não identificou segmentos operacionais reportáveis.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2014	31/12/2013
Disponibilidades (Caixa)	93.405	157.170
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ⁽¹⁾	1.105.439	581.482
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.198.844	738.652

⁽¹⁾ Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

6. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, estão compostos como segue:

	30/06/2014	31/12/2013
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis	40.292	57.685
Total	40.292	57.685
Tipo:		
Aplicação em depósitos interfinanceiros	40.292	57.685
Total	40.292	57.685

7. INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E DE CAPITAL

Os instrumentos de dívida e de capital, em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, estão compostos como segue:

	30/06/2014			31/12/2013		
	Valor justo	Valor de curva	Ajuste de MTM	Valor justo	Valor de curva	Ajuste de MTM
Classificação:						
Ativos financeiros para negociação	1.036.167	1.206.986	(170.819)	1.301.841	1.303.958	(2.117)
Ativos financeiros disponíveis para venda	587.546	424.058	163.488	697.997	718.315	(20.318)
Total	1.623.713	1.631.044	(7.331)	1.999.838	2.022.273	(22.435)

	30/06/2014					
	Valores atualizados pelo mercado					
Papel/Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda:						
Carteira própria:						
LTN	-	-	-	-	-	-
NTN	22.970	-	-	-	-	22.970
Debêntures	-	40.493	36.277	33.503	-	110.273
Nota Promissória	39.683	-	-	-	-	39.683
Subtotal	62.653	40.493	36.277	33.503	-	172.926
Vinculados à prestação de garantias:						
NTN	51.851	49.880	152.280	50.693	-	304.704
Subtotal	51.851	49.880	152.280	50.693	-	304.704
Vinculados a compromissos de recompra:						
Debêntures	-	5.264	16.279	88.373	-	109.916
Subtotal	-	5.264	16.279	88.373	-	109.916
Total de títulos disponíveis para venda	114.504	95.637	204.836	172.569	-	587.546
Ativos financeiros para negociação:						
Carteira própria:						
LFT	-	13.001	-	134.016	72.765	219.782
LTN	-	27.138	4.571	-	-	31.709
NTN	-	10.998	41.084	52.695	20.219	124.996
Debêntures	3.700	-	172.715	15.469	-	191.884
Cotas de fundos de investimento	4.270	-	-	-	-	4.270
Eurobonds	-	-	-	-	-	-
Subtotal	7.970	51.137	218.370	202.180	92.984	572.641
Vinculados a compromissos de recompra:						
LTN	-	190.339	70.325	-	-	260.664
NTN	82.303	-	-	-	-	82.303
Debêntures	1.425	-	19.643	16.279	-	37.347
Eurobonds	10.140	-	-	-	-	10.140
CDB	-	-	-	-	-	-
Subtotal	93.868	190.339	89.968	16.279	-	390.454
Vinculados à prestação de garantias:						
LTN	-	14.294	15.123	-	-	29.417
NTN	-	21.448	22.207	-	-	43.655
Subtotal	-	35.742	37.330	-	-	73.072
Total de títulos para negociação	101.838	277.218	345.668	218.459	92.984	1.036.167
Total	216.342	372.855	550.504	391.028	92.984	1.623.713

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

31/12/2013							
Papel/Vencimento	Valores atualizados pelo mercado					Total	Valor de curva
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos		
Ativos financeiros disponíveis para venda:							
Carteira própria:							
LTN	89.966	-	-	-	-	89.966	89.961
NTN	-	73.077	85.138	48.089	-	206.304	216.974
Debêntures	-	703	713	31.397	63.225	96.038	98.062
Nota Promissoria	-	44.686	-	-	-	44.686	44.459
Subtotal	89.966	118.466	85.851	79.486	63.225	436.994	449.476
Vinculados à prestação de garantias:							
NTN	-	-	109.579	-	-	109.579	117.415
Subtotal	-	-	109.579	-	-	109.579	117.415
Vinculados a compromissos de recompra:							
Debêntures	-	-	44.699	106.725	-	151.424	151.424
Subtotal	-	-	44.699	106.725	-	151.424	151.424
Total de títulos disponíveis para venda	89.966	118.466	240.129	186.211	63.225	697.997	718.315
Ativos financeiros para negociação :							
Carteira própria:							
LFT	-	-	30.070	8.715	147.552	186.337	186.337
LTN	349.869	30.940	4.930	-	-	385.739	385.916
NTN	8.125	46	33.707	37.788	8.305	87.971	89.758
Debêntures	-	8.720	130.426	87.154	-	226.300	221.105
Cotas de fundos de investimento	1.567	-	-	-	-	1.567	1.567
Subtotal	359.561	39.706	199.133	133.657	155.857	887.914	884.683
Vinculados a compromissos de recompra:							
LTN	-	161.579	40.217	-	-	201.796	202.421
NTN	-	80.339	18.969	48.089	10.983	158.380	163.429
Debêntures	-	1.481	10.301	11.199	-	22.981	22.584
Eurobonds	223	198	2.686	-	22.878	25.985	25.985
CDB	235	-	-	-	-	235	235
Subtotal	458	243.597	72.173	59.288	33.861	409.377	414.654
Vinculados à prestação de garantias:							
LTN	-	1.074	-	-	-	1.074	1.079
NTN	-	-	3.476	-	-	3.476	3.542
Subtotal	-	1.074	3.476	-	-	4.550	4.621
Total de títulos para negociação	360.019	284.377	274.782	192.945	189.718	1.301.841	1.303.958
Total	449.985	402.843	514.911	379.156	252.943	1.999.838	2.022.273

8. DERIVATIVOS PARA NEGOCIAÇÃO (ATIVO E PASSIVO)

a) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas aos seus clientes de mitigação de riscos de mercado, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

b) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de Estresse. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de estresse.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na BM&FBovespa ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swaps com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são considerados baixos em relação ao total da instituição.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Banco vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

c) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Banco utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela BM&Fbovespa, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

d) Posição dos instrumentos financeiros derivativos de negociação e hedge :

Instrumentos financeiros derivativos	30/06/2014			31/12/2013		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO						
"Swap" - diferencial a receber	63.882	136.846	200.728	82.034	270.129	352.163
Contratos a termo - a receber	288.956	13.644	302.600	72.953	17.853	90.806
Prêmios de opções a exercer	45.479	2.571	48.050	72.389	-	72.389
Risco Transferido	-	234	234	-	-	-
Total a receber	398.317	153.295	551.612	227.376	287.982	515.358
PASSIVO						
"Swap" - diferencial a pagar	(14.007)	(52.135)	(66.142)	(32.138)	(25.464)	(57.602)
Contratos a termo - a pagar	(139.842)	(6.626)	(146.468)	(68.043)	(4.219)	(72.262)
Prêmios de opções lançadas	(34.763)	(931)	(35.694)	(60.172)	(797)	(60.969)
Total a pagar	(188.612)	(59.692)	(248.304)	(160.353)	(30.480)	(190.833)
Valor líquido	209.705	93.603	303.308	67.023	257.502	324.525

e) Valores de referência (notional) e valores justos de derivativos de negociação e hedge :

	30/06/2014			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
"Swap"				
Risco de mercado				
Posição ativa:	5.948.957	200.728	-	
Juros	4.642.767	138.004	-	
Moeda	1.297.867	62.724	-	
Renda variável	8.323	-	-	
Posição passiva:	5.948.957	-	(47.244)	
Juros	2.346.257	-	(45.143)	
Moeda	3.602.700	-	(2.101)	
Valor líquido		200.728	(47.244)	(36.000)
Hedge Fluxo de caixa				
Posição ativa:	259.675	-	-	
Moeda	259.675	-	-	
Posição passiva:	259.675	-	(18.898)	
Juros	259.675	-	(18.898)	
Valor líquido		-	(18.898)	(5.362)
Contratos a termo				
Posição ativa:	8.993.918	302.600	-	
Juros	5.962.315	261.080	-	
Moeda	2.651.924	25.558	-	
Commodities	379.679	15.962	-	
Posição passiva:	8.993.918	-	(146.468)	
Juros	2.357.733	-	(120.910)	
Moeda	6.513.380	-	(24.620)	
Commodities	122.805	-	(938)	
Valor líquido		302.600	(146.468)	290.562
Opções				
Prêmios de opções a exercer:	1.826.686	48.050	-	
Moeda	1.408.231	24.952	-	
Commodities	418.455	23.098	-	
Prêmios de opções lançadas:	1.261.281	-	(35.694)	
Moeda	820.872	-	(13.379)	
Commodities	440.409	-	(22.315)	
Valor líquido		48.050	(35.694)	43.929
Derivativos de Crédito				
Posição ativa:	11.012	234	-	
Moeda	11.012	234	-	
Posição passiva:	11.012	-	-	
Moeda	11.012	-	-	
Valor líquido		234	-	
Total a receber (pagar) e ganho (perda) de derivativos		551.612	(248.304)	293.129

	31/12/2013			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
"Swap"				
Risco de mercado				
Posição ativa:	5.581.191	352.163	-	
Juros	3.408.528	179.337	-	
Moeda	2.130.411	172.770	-	
Renda variável	42.252	56	-	
Posição passiva:	5.581.191	-	(57.602)	
Juros	3.533.561	-	(28.160)	
Moeda	2.047.630	-	(29.442)	
Valor líquido		352.163	(57.602)	230.856
Contratos a termo				
Posição ativa:	6.595.674	90.806	-	
Juros	4.161.379	9.789	-	
Moeda	2.341.952	80.384	-	
Commodities	92.343	633	-	
Posição passiva:	6.595.674	-	(72.262)	
Juros	1.930.135	-	(6.960)	
Moeda	4.623.121	-	(65.244)	
Commodities	42.418	-	(58)	
Valor líquido		90.806	(72.262)	(39.919)
Opções				
Prêmios de opções a exercer:	1.408.454	72.389	-	
Moeda	766.684	23.108	-	
Commodities	641.770	49.281	-	
Prêmios de opções lançadas:	1.623.553	-	(60.969)	
Moeda	980.528	-	(32.363)	
Commodities	643.025	-	(28.606)	
Valor líquido		72.389	(60.969)	48.163
Total a receber (pagar) e ganho (perda) de derivativos		515.358	(190.833)	239.100

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

f) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	30/06/2014			
	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado
	Compra	Venda		
Mercado interfinanceiro	2.046.626	2.238.007	(394)	
Moeda	3.033.201	27.243	6.456	
Mercadoria	167.313	373.066	(22)	
Cupom cambial futuro	532.682	3.211.829	(9.532)	
Swap Cambial	-	3.369.926	17.965	
Total	5.779.822	9.220.071	14.473	(282.141)

	31/12/2013			
	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado
	Compra	Venda		
Mercado interfinanceiro	2.479.543	2.316.329	285	
Moeda	1.840.127	817.256	14.091	
Mercadoria	114.363	146.149	-	
Cupom cambial futuro	2.584.409	3.709.727	(22.419)	
Swap Cambial	-	3.207.174	9.418	
Total	7.018.442	10.196.635	1.375	(42.887)

g) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	30/06/2014					
	Valor de mercado					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
"Swap"	1.813.592	755.196	2.293.292	230.429	1.116.123	6.208.632
Contratos a termo	7.062.900	1.668.674	261.581	763	-	8.993.918
Opções	1.711.148	1.299.440	70.525	6.854	-	3.087.967
Futuros	9.970.476	3.540.449	1.193.275	149.383	146.310	14.999.893
Derivativos de Crédito	-	11.012	-	-	-	11.012

Valor de referência - Compensação	31/12/2013					
	Valor de mercado					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
"Swap"	1.458.593	2.014.047	909.187	402.264	797.100	5.581.191
Contratos a termo	4.306.823	1.998.371	289.443	1.037	-	6.595.674
Opções	1.888.484	1.136.623	6.900	-	-	3.032.007
Futuros	6.672.138	9.180.127	972.227	204.473	186.112	17.215.077
Total	14.326.038	14.329.168	2.177.757	607.774	983.212	32.423.949

h) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as operações de "swap", contratos a termo e opções, cujo valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas como segue:

Custodiante	30/06/2014				
	"Swaps"	Contratos a termo	Opções	Futuros	Derivativo de Crédito
Bolsa	143.982	252.084	2.245.772	14.999.893	-
BM&FBovespa	110.300	-	1.598.278	14.463.128	-
Bolsas no exterior	33.682	252.084	647.494	536.765	-
Balcão	6.064.650	8.741.834	842.195	-	11.012
Instituições Financeiras	928.935	137.321	-	-	11.012
Empresas	5.135.715	8.604.513	842.195	-	-
Total	6.208.632	8.993.918	3.087.967	14.999.893	11.012

Custodiante	31/12/2013			
	"Swaps"	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	173.603	206.613	1.929.544	17.187.338
BM&FBovespa	110.300	-	1.405.588	16.954.565
Bolsas no exterior	63.303	206.613	523.957	232.773
Balcão	5.407.588	6.389.061	1.102.463	27.739
Instituições Financeiras	1.609.369	230.105	-	27.739
Empresas	3.798.219	6.158.956	1.102.463	-
Total	5.581.191	6.595.674	3.032.007	17.215.077

i) "Hedge" Fluxo de Caixa

Em 28 de março de 2014 foram captados USD 115 milhões segregados em duas boletas, através do Inter American Development Bank- IDB, convertidos à taxa de câmbio de R\$2,26/USD naquela data, resultando num valor de dívida de R\$ 260 milhões. Esse empréstimo tem com carência de principal sendo o seu vencimento realizado em 15 de fevereiro e 15 de agosto de 2019. O Banco optou por proteger sua exposição aos riscos advindos desta operação através do hedge fluxo de caixa. A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido no IAS 39 e a estrutura de hedge contábil foi estabelecida:

Estratégia	30/06/2014		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	mercado	Valor Contábil
Hedge de Repasses no Exterior		259.675	(5.362)
Total		259.675	(5.362)

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

9. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

a) Composição

	30/06/2014	31/12/2013
Empréstimos e recebíveis	6.407.230	6.205.333
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	6.529.980	6.341.987
Provisão para perdas por não recuperação ("impairment")	(122.750)	(136.654)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	6.407.230	6.205.333
Títulos com risco de crédito		
Títulos com risco de crédito para negociação	239.371	275.266
Títulos com risco de crédito disponíveis para venda	259.872	292.148
Títulos com risco de crédito ao custo amortizado	30.238	30.240
Provisão para perdas por não recuperação ("impairment")	-	-
Títulos com risco de crédito, líquidos	529.481	597.654
Garantias prestadas e responsabilidades	2.945.301	2.960.409
Total carteira expandida, líquida de impairment	9.882.012	9.763.396
Total carteira expandida	10.004.762	9.900.050

b) Tipo de crédito

	30/06/2014	31/12/2013
Capital de giro	3.217.896	3.229.935
Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 2.770)	37.736	40.142
Conta corrente garantida	10.245	9.930
Repasse do BNDES/Finame	1.054.117	1.068.369
Crédito consignado e CDC Veículos	5.312	9.926
Financiamento em moeda estrangeira	561.346	393.554
Financiamentos a exportação	825.189	944.241
Devedores por compra de valores e bens	200.555	133.713
Títulos de crédito a receber	66.286	114.243
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber	550.905	397.934
Avais e Fianças Honradas ⁽¹⁾	393	-
Total	6.529.980	6.341.987
Créditos abertos para importação	4.123	51.212
Garantias prestadas	2.941.178	2.909.197
Garantias prestadas e responsabilidades	2.945.301	2.960.409
Títulos de crédito a receber ⁽¹⁾	30.238	30.240
Instrumentos de dívida privados ⁽²⁾	499.243	567.414
Títulos com risco de crédito	529.481	597.654
Total carteira expandida	10.004.762	9.900.050

⁽¹⁾ Registrados em "outros ativos" (nota 12).

⁽²⁾ Representados, na sua maioria, por debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis, compostos na carteira de Instrumentos de dívida do Banco (nota 7).

c) Por ramo de atividade:

	30/06/2014	31/12/2013
Construção Civil	1.323.919	1.357.699
Açúcar e Alcool	1.216.546	1.395.441
Energia Elétrica e Renovável	1.169.235	891.931
Agricultura	1.037.206	884.798
Construção e Engenharia - Infra Estrutura	788.272	853.056
Transportes e Logística	506.314	484.293
Veículos e Peças	435.214	485.935
Serviços Especializados	401.561	457.250
Metalurgia	374.557	437.040
Telecomunicações	348.651	358.236
Química e Petroquímica	334.200	298.612
Comércio Exterior	313.093	273.740
Comércio Varejista	301.796	236.893
Bebidas e Fumo	242.486	208.102
Processamento de Carne	191.069	192.990
Alimentos	189.307	191.164
Materiais de Construção e Decoração	180.097	164.348
Siderurgia	117.297	128.015
Instituição Financeira	76.841	107.629
Papel e Celulose	70.437	95.142
Lazer e Turismo	54.311	93.445
Tecnologia da Informação	45.739	47.185
Plásticos e Borracha	45.667	44.177
Mecânica	44.568	41.576
Água e Saneamento	38.734	40.455
Têxtil e Vestuário	32.214	39.407
Comércio Atacadista	28.238	26.332
Serviços Médicos	28.056	18.086
Couro e Calçados	17.761	17.986
Farmacêutica e Cosméticos	16.303	15.331
Eletroeletrônica	15.896	10.565
Pessoa Física	8.756	3.191
Comunicação e Gráfica	6.273	-
Mineração	4.148	-
Total de carteira expandida	10.004.762	9.900.050

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

d) Por Setor

	30/06/2014	31/12/2013
Rural	46.420	73.210
Habitação	-	662
Indústria	2.097.810	2.010.856
Comércio	780.880	805.981
Intermediação financeira	106.462	126.774
Outros serviços	6.434.401	6.475.924
Pessoas físicas	538.789	406.643
Total de carteira expandida	10.004.762	9.900.050

e) Ativos não recuperáveis - "Impairment"

	30/06/2014	31/12/2013
Empréstimos e adiantamentos a clientes		
Operações com evidência de impairment - individualmente significativos		
Saldo bruto	378.981	358.677
Provisão para impairment	(91.675)	(106.141)
Saldo contábil	287.306	252.536
Operações com análise de impairment - Massificado		
Saldo bruto	6.146.851	5.975.648
Provisão para impairment	(30.488)	(29.619)
Saldo contábil	6.116.363	5.946.029
Operações com análise de impairment coletivo - Varejo		
Saldo bruto	4.148	7.662
Provisão para impairment	(587)	(894)
Saldo contábil	3.561	6.768
Títulos com risco de crédito		
Operações com evidência de impairment - individualmente significativos		
Saldo bruto	529.481	597.654
Provisão para impairment	-	-
Saldo contábil	529.481	597.654
Total líquido de impairment	6.936.711	6.802.987
Total bruto	7.059.461	6.939.641

Os juros apropriados e não pagos das operações evidenciadas com *impairment* foram estornados da carteira no montante de R\$7.986 (R\$7.373 em 31 de dezembro de 2013).

f) Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e adiantamentos a clientes" e considerados como não recuperáveis devido a risco de crédito são os seguintes:

	30/06/2014	30/06/2013
Saldo inicial	136.654	115.288
Adições/reversões líquidas	46.427	40.165
Ativos baixados	(52.746)	(26.777)
PDD - FIDC	(7.284)	-
Variação cambial	(301)	241
Saldo final	122.750	128.917

g) Recuperação de crédito

No período findo em 30 de junho de 2014, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$2.837 no segundo trimestre e R\$4.848 no semestre (em 30 de junho de 2013, R\$3.461 no trimestre e R\$6.540 no semestre).

h) Renegociação de contratos

Em 30 de junho de 2014 existiam contratos renegociados no valor de R\$151.511 (R\$163.543 em 31 de dezembro de 2013). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

i. Cessões de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2014, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco no valor de R\$1.978 (R\$7.957 em 30 de junho de 2013). Essas cessões resultaram em prejuízo em relação ao valor de face no valor de R\$1.315, não descontado o impairment no valor de R\$1.967 em 30 de junho de 2014. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Despesas com juros e similares". Adicionalmente, foram cedidos contratos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$26.242 no semestre findo em 30 de junho de 2013, essas cessões geraram um ganho no valor de R\$2.910 registrados na rubrica "Receita de juros e similares". Não houve cessões de contratos baixados como prejuízo no semestre findo em 30 de junho de 2014.

No período findo em 30 de junho de 2014 houve operações cedidas para o FIDC Pine Agro no montante de R\$220.198 (R\$181.081 em 31 de dezembro de 2013), conforme nota 3c(iv).

10. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

	30/06/2014	31/12/2013
Bens Não de Uso	112.279	162.764
Total	112.279	162.764

11. DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA

Em 30 de junho de 2014, referem-se a depósitos por interposição fiscal, representados basicamente por depósitos sobre impostos da PIS e Cofins no valor de R\$214.576 (R\$207.809 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

12. OUTROS ATIVOS

	30/06/2014	31/12/2013
Reservas no Banco Central do Brasil	601	621
Adiantamentos	9.716	7.458
Títulos de crédito a receber	30.237	30.240
Comissões sobre avais e fianças	61.090	56.762
Transações em andamento ⁽¹⁾	80.772	138.031
Outros recebíveis	17.925	16.451
Total	200.341	249.563

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2013 refere-se a liquidação de compra e venda de contratos de câmbio.

13. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

a) Descrição da propriedade para investimento

O FIP RIO Corporate detém quotas da IRE VII Desenvolvimento Imobiliário S.A., cujo principal ativo é o empreendimento imobiliário Riachuelo 130 Corporate, localizado à Rua Riachuelo, 130, Lapa, Rio de Janeiro – RJ. Trata-se de uma torre comercial com aproximadamente 11.700 m2 de área bruta locável.

Em 30 de junho de 2014 o valor desse investimento era de R\$97.306 (R\$76.509 em 31 de dezembro de 2013), que está registrado na empresa IRE VII Desenvolvimento Imobiliário S/A.

b) Métodos e pressupostos significativos aplicados na determinação do valor justo da propriedade para investimento

Para determinação do valor do investimento utilizamos o método do fluxo de caixa descontado (DCF), que consiste em trazer a valor presente a estimativa de geração de caixa futura, aplicando-se para isso uma taxa de desconto que seja adequada ao empreendimento.

O valor econômico do empreendimento foi avaliado por meio da contratação de empresa independente, especializada e aprovada pelo Administrador do FIP RIO Corporate, nos termos da Instrução CVM n.º 438, de 12 de julho de 2006.

14. IMOBILIZADO DE USO

Os detalhes, por categoria de ativo, dos imobilizados de uso nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	30/06/2014		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Instalações	10.575	(10.236)	339
Móveis e equipamentos de uso	3.196	(1.841)	1.355
Sistema de comunicação	1.452	(903)	549
Sistemas de processamento de dados	1.161	(1.017)	144
Sistemas de segurança	32	(21)	11
Aeronave	16.293	(698)	15.595
Sistemas de transporte	2.731	(789)	1.942
Saldos em 30 de junho de 2014	35.440	(15.505)	19.935

	31/12/2013		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Instalações	10.596	(10.177)	419
Móveis e equipamentos de uso	3.210	(1.701)	1.509
Sistema de comunicação	1.439	(848)	591
Sistemas de processamento de dados	1.176	(971)	205
Sistemas de segurança	32	(21)	11
Aeronave	24.083	(3.211)	20.872
Sistemas de transporte	2.675	(663)	2.012
Saldos em 31 de dezembro de 2013	43.211	(17.592)	25.619

As variações na rubrica "Imobilizado de uso" nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	30/06/2014	31/12/2013
Custo:		
Saldo inicial	43.211	42.299
Adições	16.728	1.636
Baixas	(24.499)	(724)
Saldo final	35.440	43.211
Depreciação acumulada:		
Saldo inicial	(17.592)	(13.331)
Baixas	3.964	(803)
Depreciação	(1.877)	(3.458)
Saldo final	(15.505)	(17.592)
Imobilizado de uso líquido	19.935	25.619

15. ATIVO INTANGÍVEL

	30/06/2014			31/12/2013		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Licença de uso de sistemas - software	10.273	(8.969)	1.304	10.288	(8.625)	1.663
Total	10.273	(8.969)	1.304	10.288	(8.625)	1.663

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

As variações na rubrica "Intangível" nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	30/06/2014	31/12/2013
Custo:		
Saldo inicial	10.288	9.915
Adições	-	373
Baixas	(15)	-
Saldo final	10.273	10.288
Depreciação acumulada:		
Saldo inicial	(8.625)	(7.862)
Baixas	15	-
Depreciação	(359)	(763)
Saldo final	(8.969)	(8.625)
Intangível líquido	1.304	1.663

16. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	30/06/2014	31/12/2013
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	79.729	89.718
Total	79.729	89.718

Por vencimento

	30/06/2014	31/12/2013
Até 30 dias	71.995	10.151
De 31 a 60 dias	6.327	24.480
De 61 a 90 dias	77	20.722
De 91 a 180 dias	691	3.124
De 181 a 360 dias	357	15.188
Acima de 360 dias	282	16.053
Total	79.729	89.718

17. DEPÓSITOS DE CLIENTES

	30/06/2014	31/12/2013
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	3.980.985	3.785.522
Total	3.980.985	3.785.522
Tipo:		
Depósitos à vista	40.778	23.260
Depósitos a prazo	3.009.444	3.043.223
Letras de crédito de agronegócio	604.870	438.342
Letras de crédito imobiliário	325.893	280.697
Total	3.980.985	3.785.522

Por vencimento

	30/06/2014	31/12/2013
Sem vencimento	40.778	23.260
Até 30 dias	456.004	665.432
De 31 a 60 dias	488.550	313.436
De 61 a 90 dias	316.925	292.835
De 91 a 180 dias	897.947	752.976
De 181 a 360 dias	811.176	604.436
Acima de 360 dias	969.605	1.133.147
Total	3.980.985	3.785.522

18. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	30/06/2014	31/12/2013
Carteira Própria		
LTN - letras do tesouro nacional	229.032	201.413
NTN - notas do tesouro nacional	82.274	118.007
Outros títulos no exterior	7.396	14.109
Subtotal	318.702	333.529
Carteira de terceiros		
Debêntures	141.922	175.263
Subtotal	141.922	175.263
Carteira de livre movimentação		
Títulos no Exterior	9.127	-
Subtotal	9.127	-
Total de captações no mercado aberto	469.751	508.792

19. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

No País

	30/06/2014	31/12/2013
Letras Financeiras	451.907	738.367
Total	451.907	738.367

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

No exterior - Fixed Rates Notes

"Tranche" original - US\$	Moeda de Emissão	Taxa de juros	Vencimento Final	30/06/2014	31/12/2013
4.091	US\$	2,0% a.a + Libor	Jun/2014	-	3.182
2.000	US\$	1,85% a.a + Libor	Nov/2014	4.416	9.371
1.044	US\$	8,7% a.a + Libor	Jan/2017	2.397	2.551
39.333	US\$	3,0% a.a + Libor	Jan/2014	-	7.130
23.529	US\$	4,2% a.a + Libor	Abr/2022	52.277	105.250
20.000	US\$	4,20% a.a + Libor	dez/2023	44.164	-
73.000	CLP	6,0% a.a + Var.UF	Dez/2017	136.888	149.009
Total				240.142	276.493

20. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	30/06/2014					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Empréstimos no país - outras instituições ⁽¹⁾	-	-	25.978	435.110	-	461.088
Repassees do país - instituições oficiais	62.706	384.963	392.470	122.126	124.045	1.086.310
Operações de repasses do exterior	2.322	2.662	133.458	132.114	33.029	303.585
Operações de empréstimos do exterior	555.605	639.469	220.250	-	66.075	1.481.399
Total	620.633	1.027.094	772.156	689.350	223.149	3.332.382

	31/12/2013					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Empréstimos no país - outras instituições ⁽¹⁾	995	-	49.466	416.786	-	467.247
Repassees do país - instituições oficiais	61.788	279.262	571.229	112.536	116.293	1.141.108
Operações de repasses do exterior	-	2.895	2.805	-	-	5.700
Operações de empréstimos do exterior	425.331	620.396	234.260	-	70.278	1.350.265
Total	488.114	902.553	857.760	529.322	186.571	2.964.320

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2014, R\$452.600 (R\$456.863 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao valor das cotas seniores dos FIDCs, sendo R\$16.190 (R\$43.087 em 31 de dezembro de 2013) do FIDC Pine Crédito Privado e R\$436.410 (R\$413.776 em 31 de dezembro de 2013) do FIDC Agro.

21. DÍVIDA SUBORDINADA

Os detalhes do saldo da rubrica "Dívidas subordinadas" são os seguintes:

	Emissão	Vencimento	Valor	Taxa de juros	30/06/2014	31/12/2013
"Fixed Rate Notes"						
Letras Financeiras	Pública	06/01/2017	US\$125.000	8,75% a.a	283.444	303.059
	Privada	06/12/2021	R\$45.152	141,45% do CDI	55.388	53.311
Total					338.832	356.370

22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	30/06/2014	31/12/2013
Resultado de exercícios futuros - comissão de fiança	69.272	68.499
Total	69.272	68.499

23. PROVISÕES

a) Provisões para passivos contingentes, riscos fiscais, compromissos e outras provisões:

	30/06/2014	31/12/2013
Contingências trabalhistas	1.994	1.925
Contingências cíveis	8.230	9.997
Contingências fiscais	377	723
Provisão para despesas de pessoal	18.809	19.068
Outras Provisões	1.272	745
Total	30.682	32.458

b) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

ii) Adesão aos programas de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/Anistia Lei nº 12.865/2013)

Em 31 de março de 2014, considerando os termos e vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 12.865/13, a administração do Banco reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa, como consequência, foi decidida a desistência de alguns processos e pela liquidação imediata dos valores contingentes envolvidos.

O saldo dos processos totalizaram R\$948 e o resultado negativo gerado foi de R\$140, que líquido dos efeitos tributários foi de R\$279 negativo, e estão representados principalmente por processo de PIS ano base 1996 no Banco Pine, integralmente provisionado. Este processo foi pago em sua totalidade com saldo de Depósito judicial, no valor de R\$173 e para os Processos de PIS ano base 1997 no valor de R\$10, IRPJ ano 1996 no valor de R\$10 e CSLL anos 1997/98 no valor de R\$571. Na Pine Investimentos DTVM, não haviam valores provisionados. Estes processo foram pagos parcialmente com saldo de Depósito judicial no montante de R\$138.

ii) Provisão para riscos fiscais

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

Pis: O Banco e a Pine Investimentos, interpuseram medida judicial com vistas a afastar a redação do artigo 3º, parágrafo 1º, da Lei nº 9.718/98, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em inúmeras decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. O mandado de segurança interposto pelo Banco Pine teve sentença parcialmente procedente e a apelação interposta pela União foi improvida. O transitio em julgado da ação ocorreu em 17/09/2013.

Suportado na opinião de seus assessores jurídicos e dos patronos da causa, segundo os quais a questão encontra-se pacificada no STF e não há mais qualquer recurso cabível a ser interposto pela Fazenda Nacional, o Banco efetuou a reversão da correspondente provisão para contingências, referente ao período de maio de 2005 até outubro de 2011, considerando que não mais se trata de uma obrigação legal e que não é provável a perda, o que representou o reconhecimento de uma receita líquida no total de R\$35.764, em 2013 a qual foi contabilizada na linha de "Outras receitas operacionais" e na linha de "Despesas tributárias".

Notas Explicativas

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Nesse contexto, o Banco irá protocolar pedido de habilitação de créditos junto a Receita Federal do Brasil (RFB), dos valores do PIS recolhidos a maior no período de maio de 1999 a abril de 2005, no valor histórico R\$3.566, que atualizados pela selic até 30 de junho de 2014, totalizam R\$8.620. Tendo em vista a decisão transitada em julgado e com fundamento nesse procedimento administrativo junto à RFB, foi reconhecido o correspondente crédito tributário registrado em "Outros créditos - Imposto a recuperar", em contra partida à rubrica "Outras receitas operacionais".

Cofins: Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou inconstitucional o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da Cofins, a partir de fevereiro de 1999, ampliando o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da Cofins foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior. O Banco obteve êxito no mandado de segurança impetrado em face da União Federal, através da qual postulou a repetição do indébito por meio de compensação, do valor recolhido indevidamente a título de Cofins.

Suportado na opinião de seus assessores jurídicos e dos patronos da causa, segundo os quais a questão encontra-se pacificada no STF e não há mais qualquer recurso cabível a ser interposto pela Fazenda Nacional, o Banco efetuou a reversão da correspondente provisão para contingências, referente ao período de maio de 2005 até outubro de 2011, considerando que não mais se trata de uma obrigação legal e que não é provável a perda, o que representou o reconhecimento de uma receita líquida no total de R\$151.357, em 2011 a qual foi contabilizada na linha de "Outras receitas operacionais" e na linha de "Despesas tributárias".

Nesse contexto, o Banco irá protocolar pedido de habilitação de créditos junto a Receita Federal do Brasil (RFB), dos valores da Cofins recolhidos a maior no período de junho de 2000 a abril de 2005, no valor histórico de R\$15.872, que atualizados pela selic até 30 de junho de 2014, totalizam R\$39.010 (R\$38.188 em 31 de dezembro de 2013). Tendo em vista a decisão transitada em julgado e com fundamento nesse procedimento administrativo junto à RFB, foi reconhecido o correspondente crédito tributário registrado em "Outros créditos - Imposto a recuperar", em contra partida à rubrica "Outras receitas operacionais".

Os valores de obrigações legais e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	30/06/2014			31/12/2013		
	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido
PIS	-	34.361	(34.361)	-	33.218	(33.218)
Cofins	-	175.379	(175.379)	-	169.862	(169.862)
Total	-	209.740	(209.740)	-	203.080	(203.080)

iii) Contingências classificadas como prováveis são regularmente provisionadas e, em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 totalizam:

	30/06/2014			31/12/2013		
	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido
Contingências Fiscais	377	1.798	(1.421)	723	1.769	(1.046)
Contingências Trabalhistas	1.994	827	1.167	1.925	575	1.350
Contingências Cíveis	8.239	2.211	6.028	9.997	2.385	7.612
Total	10.610	4.836	5.774	12.645	4.729	7.916

iv) Movimentação das provisões passivas

	30/06/2014				31/12/2013			
	Fiscais/Obriga- ção Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais/Obriga- ção Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	723	1.925	9.997	12.645	42.591	4.665	18.298	65.554
Constituição (reversão)	(352)	(20)	(2.110)	(2.482)	(43.557)	(2.939)	(9.059)	(55.555)
Atualização	6	89	352	447	1.689	199	758	2.646
Saldo final	377	1.994	8.239	10.610	723	1.925	9.997	12.645

v) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:

Trabalhistas: Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 o Banco não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 o Banco não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

24. PASSIVOS FISCAIS

	30/06/2014	31/12/2013
Imposto de renda a pagar	22.577	2.918
Contribuição social a pagar	13.905	1.435
Total	36.482	4.353

25. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30/06/2014	31/12/2013
Impostos e contribuições a pagar	6.769	9.757
Dividendos e bonificações a pagar	5.906	6.432
Honorários advocatícios	6.137	6.394
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	22.525	15.072
Negociação e intermediação de valores	22.244	39.922
Transações em andamento ¹	12.464	-
Outros	17.969	12.049
Total	94.014	89.626

¹ Em 30 de junho de 2014 refere-se a operações a liquidar de câmbio

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

Conforme Estatuto Social, o capital social subscrito e integralizado é de R\$1.112.259 e está dividido em 121.172.024 (123.612.756 em 31 de dezembro de 2013) ações nominativas, sendo 65.178.483 ordinárias (65.178.483 em 31 de dezembro de 2013) e 55.993.541 preferenciais (58.434.273 em 31 de dezembro de 2013) sem valor nominal. O Banco fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de outubro de 2013 e homologado pelo Banco Central em 23 de dezembro de 2013, foi deliberado: o aumento de capital social de R\$967.259 para R\$1.112.259, mediante a incorporação de parte do saldo da Reserva Legal no montante de R\$17.429 e, parte do saldo das Reservas Estatutárias no montante de R\$127.571, totalizando R\$145.000, com a emissão de 12.770.443 novas ações nominativas, sendo 6.733.594 ordinárias e 6.036.849 preferenciais, passando a quantidade total de ações de 110.842.313 ações nominativas para 123.612.756 nominativas, sendo 65.178.483 ordinárias e 58.434.273 preferenciais.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de fevereiro de 2013 e homologado pelo Banco Central em 19 de abril de 2013, foi deliberado o aumento de capital no valor de R\$31.576 com a emissão de 2.211.213, sendo 1.887.605 do Societe DE Promotion ET DE Participation Pour LA Cooperation Economique S.A. - PROPARGO ("PROPARGO") e 323.608 de outros acionistas, ações preferenciais nominativas, passando o capital social de R\$935.683 para R\$967.259, dividido em 110.842.313 ações nominativas, sendo 58.444.889 ações ordinárias e 52.397.424 ações preferenciais, sem valor nominal.

b) Reservas de Capital

A reserva de capital, nos termos da Lei n.º 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c) Reservas de Lucros

A conta de reserva de lucros do Banco é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Banco não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei n.º 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei n.º 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O Banco constituiu reserva estatutária de 100% do lucro líquido, no montante R\$34.518, após a dedução de 5% da reserva legal de R\$3.523, da dedução de pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$33.263 e dividendos no montante de R\$6.737, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual em BRGAAP, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

De acordo com o previsto na Lei n.º 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no semestre findo em 30 de junho de 2014 em R\$13.305 (R\$12.278 em 30 de junho de 2013).

O dividendos e juros sobre o capital próprio referente ao resultado do período estão demonstrados no quadro a seguir:

Descrição	Data da liberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor por ação líquido		
				Valor total bruto	IR	Valor total líquido
Juros sobre capital próprio	30/06/2014	17/07/2014	0,1414	16.733	0,1202	14.223
Juros sobre capital próprio	01/04/2014	14/04/2014	0,1366	16.530	0,1161	14.051
Dividendos	30/06/2014	17/07/2014	0,0276	3.267	-	-
Dividendos	01/04/2014	14/04/2014	0,0287	3.470	-	-

Conforme ICPC 08, os dividendos adicionais propostos ao dividendo mínimo no valor de R\$11.584 (R\$20.819 em 30 de junho de 2013) encontram-se classificados em conta destacada do patrimônio líquido.

e) Ações em tesouraria

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2014, foi deliberado o cancelamento de 2.440.732 ações preferenciais nominativas, mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, com redução do ágio na subscrição de ação e reserva estatutária. As referidas ações foram adquiridas por meio do programa de recompra de ações, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com a Instrução CVM nº 10, de 14.02.1980, alterada pelas Instruções CVM nºs 268, de 13.11.1997 e 390 de 08.07.2003.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2014, foi deliberada a autorização para a aquisição de ações de própria emissão do Pine em até 852.883 ações preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior alienação, bem como pagamento de remuneração variável para diretores estatutários do Banco nos termos da Resolução nº 3.921/10, sem redução do capital social. Deste plano já foram recomprados 124.256 ações no montante de R\$1.053 ao custo médio de R\$8,43. A autorização vigorará até 27 de setembro de 2014.

Em 30 de junho de 2014 o Banco possuía em tesouraria 2.799.421 (1.918.045 em 31 de dezembro de 2013) ações preferenciais de sua própria emissão no montante de R\$21.348 (R\$22.083 em 31 de dezembro de 2013). O valor de mercado dessas ações correspondia a R\$21.052 (R\$20.197 em 31 de dezembro de 2013).

27. AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os saldos da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" incluem os valores, líquido do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e receitas e despesas reconhecidas até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das controladas são apresentados linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

A demonstração de resultado abrangente inclui as mudanças na rubrica "ajustes de avaliação patrimonial".

	30/06/2014	31/12/2013
Ativos financeiros disponíveis para venda	(16.892)	(21.659)
Instrumentos de dívida	(16.892)	(21.659)
"Hedges" fluxo de caixa	(937)	2.744
Instrumento de "hedge"	(1.561)	4.573
Imposto de renda do "hedge"	624	(1.829)
Outros	(5.163)	(4.600)
Imposto de renda	6.757	8.663
Total	(16.235)	(14.852)

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda "impairment", os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são demonstrados no resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o banco vendeu títulos classificados como disponíveis para venda. Esta operação resultou em prejuízo no exercício totalizando R\$238 transferido para o resultado. No período findo em 30 de junho de 2014 o banco não registrou resultado na venda com esses títulos.

28. RECEITAS COM JUROS E SIMILARES

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no período sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	179.443	350.750	1.667	3.179
Instrumentos de dívida disponíveis para venda	1.123	2.251	47.554	67.501
Empréstimos e adiantamentos a clientes	43.643	90.346	130.702	250.419
Total	224.209	443.347	179.923	321.099

29. DESPESAS COM JUROS E SIMILARES

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no período o sobre todos os passivos financeiros, calculada aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Depósitos de instituições financeiras	1.926	4.401	2.165	3.909
Depósitos de clientes	124.985	253.002	87.114	169.199
Captações no mercado aberto	(572)	(572)	6.449	6.512
Obrigações por empréstimos e repasses	219.643	249.900	16.070	32.043
Obrigações por títulos e valores mobiliários	7.462	15.104	8.685	14.049
Dívidas subordinadas	20.240	27.674	7.503	13.732
Outros juros	4.626	9.074	4.117	9.030
Total	378.310	558.583	132.103	248.474

30. GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LÍQUIDOS) AVALIADOS AO VALOR JUSTO

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) Classificação

	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Ativos e passivos financeiros para negociação	43.546	85.291	26.749	113.777
Total	43.546	85.291	26.749	113.777

b) Ativos financeiros para negociação – Derivativos

	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Futuro	(142.626)	(282.141)	11.436	32.383
Opções	6.786	43.929	35.542	(8.087)
Swap	(21.169)	(16.196)	45.822	107.522
Termo	181.263	290.562	(52.936)	(27.897)
Derivativos de crédito	234	234	-	-
Total	24.488	36.388	39.864	103.921

c) Ativos financeiros para negociação – Instrumentos de dívida

	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Instrumento de dívida	16.538	39.190	(13.115)	9.856
Total	16.538	39.190	(13.115)	9.856

31. RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica "Receitas de tarifas e comissões" é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco e empresas controladas no período, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Comissão de Fiança	11.570	21.669	10.155	18.160
Comissão de estruturação	8.090	9.966	11.785	13.123
Tariffas de contas de clientes	117	273	528	1.081
Outras	459	638	169	322
Total	20.236	32.546	22.637	32.686

32. DESPESAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no período, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Comissões	720	1.626	454	970
Serviços bancários	411	812	233	458
Teleprocessamento	545	1.126	523	1.204
Outros	287	499	216	429
Total	1.963	4.063	1.426	3.061

33. VARIAÇÕES CAMBIAIS (LÍQUIDAS)

As variações cambiais mostram, basicamente, os ganhos e perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgadas para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação. No semestre findo em 30 de junho de 2014 o valor de perda é de R\$211.855 (perda de R\$4 no semestre findo em 30 de junho de 2013).

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

34. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Recuperação de despesas	185	781	329	759
Encargos sobre créditos cedidos	-	-	(1.295)	(6.811)
Rendas de aluguéis	854	2.186	1.208	2.194
Provisão sobre FIDC	-	-	(4.929)	(4.929)
Outras receitas (despesas)	2.451	989	8.244	13.525
Outras provisões	(1.536)	(1.760)	-	-
Total	1.954	2.196	3.557	4.738

35. DESPESAS COM PESSOAL

	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Proventos	15.192	31.123	14.867	29.846
Benefícios, treinamento	2.326	4.606	2.209	4.483
Encargos sociais	4.758	9.919	4.528	9.663
Participações nos resultados	9.726	23.036	7.012	14.541
Total	32.002	68.684	28.616	58.533

36. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Despesas de água, energia e gás	170	292	92	233
Despesas com aluguéis	2.544	4.975	2.407	4.538
Despesas de arrendamento de bens	203	452	256	498
Despesas de comunicações	832	1.709	818	1.756
Despesas de manutenção e conservação de bens	468	915	403	956
Despesas de material	37	65	34	75
Despesas de processamento de dados	2.143	4.601	1.917	4.233
Despesas de promoções e relações públicas	525	1.600	675	1.695
Despesas de seguros	78	118	58	67
Despesas com serviços do sistema financeiro	1.867	3.430	1.296	2.477
Despesas com serviços de terceiros	909	1.851	906	2.006
Despesas com serviços de vigilância e segurança	1.346	2.608	1.117	2.314
Despesas com serviços técnicos especializados	2.487	7.799	2.211	6.093
Despesas de transporte	217	626	354	725
Despesas de viagens	838	1.279	871	1.402
Outras despesas administrativas	2.023	6.300	3.996	7.872
Total	16.687	38.620	17.411	36.940

37. PROVISÕES LÍQUIDAS

	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Atualização monetária	3.511	6.843	2.444	4.748
Reversão/Provisão de processos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.069	2.224	7.444	7.132
Outros	2.398	3.728	-	-
Total	6.978	12.795	9.888	11.880

38. RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE BENS

No semestre findo em 30 de junho de 2014 o valor de R\$9.121 (R\$2.478 em 30 de junho de 2013) corresponde principalmente a venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

39. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	47.750	80.418	23.347	88.962
Juros sobre o capital próprio	(16.733)	(33.263)	(15.719)	(30.696)
Lucro antes da tributação	31.017	47.155	7.628	58.266
Alíquota vigente	40%	40%	40%	40%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(12.407)	(18.862)	(3.051)	(23.306)
Receitas de juros indenizatórios	721	3.006	-	-
Outros ajustes	(121)	(2.329)	13.840	14.681
Imposto de renda e contribuição social	(11.807)	(18.185)	10.789	(8.625)

b) Impostos diferidos reconhecidos no resultado

	30/06/2014	30/06/2013
<i>Impairment</i>	49.592	79.224
Perdas em operações de crédito ainda não deduzidas	59.163	19.830
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	4.243	19.691
Provisão para participações nos lucros	3.901	4.400
Provisão para outros valores e bens	-	3.983
Outros ajustes de IFRS	11.710	(9.364)
Ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos	(50.737)	(43.002)
Outros ajustes	26.976	4.875
Total	104.848	79.637

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

c) Imposto reconhecido no patrimônio

	30/06/2014	30/06/2013
Avaliação de títulos (renda fixa) disponíveis para venda	7.841	9.976
Avaliação de "hedge" de fluxo de caixa	(2.144)	(2.243)
Outros ajustes de IFRS	1.684	66
Total	7.381	7.799

d) Movimentação de impostos diferidos

	2º Tri/2014	1º Sem/2014	2º Tri/2013	1º Sem/2013
Saldo inicial	80.887	84.139	68.204	72.021
Débito (crédito) ao resultado	32.197	27.170	23.752	7.832
Débito (crédito) no patrimônio líquido	(855)	920	(4.520)	7.583
Saldo final	112.229	112.229	87.436	87.436

e) Prazo de realização

	30/06/2014
Até 1 ano	102.197
De 1 a 2 anos	24.872
De 2 a 3 anos	15.920
De 3 a 4 anos	5.259
De 4 a 5 anos	6.432
De 5 a 10 anos	9.571
Subtotal Ativo - Créditos tributários	164.251
Até 1 ano	30.953
De 1 a 2 anos	7.504
De 2 a 3 anos	4.339
De 3 a 4 anos	251
De 4 a 5 anos	358
De 5 a 10 anos	8.617
Subtotal Passivo - Obrigações fiscais diferidas	52.022
Total	112.229

40. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco contribui mensalmente para empresa de previdência privada nos planos VGBL e PGBL, conforme opção do participante, o equivalente a 1% do salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua no mínimo com 1% do seu salário bruto, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador.

No período findo em 30 de junho de 2014, o montante dessa contribuição foi de R\$192 (R\$188 no semestre findo em 30 de junho de 2013).

41. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS E RESULTADOS

O Banco Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelados e homologados pelo PPLR do Sindicato dos Bancários, conforme definido no Estatuto Social do Banco.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Performance das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Despesas de pessoal".

42. LIMITES OPERACIONAIS

a) Índice da Basileia

As instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O PRE é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Em março de 2013, o Bacen tornou público as normas relacionadas à definição de capital e aos requerimentos de capital regulamentar com o objetivo de implementar no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (Basileia III). Os principais objetivos são: (i) aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras absorverem choques provenientes do sistema financeiro ou dos demais setores da economia; (ii) reduzir o risco de contágio do setor financeiro sobre o setor real da economia; (iii) auxiliar a manutenção da estabilidade financeira; e (iv) promover o crescimento econômico sustentável. A aplicação das novas regras de Basileia III iniciou-se em 1º de outubro de 2013.

O Banco, em 30 de junho de 2014, atingiu o índice de 13,66% (14,14% em 31 de dezembro de 2013), calculado a partir das Demonstrações Financeiras consolidadas em BRGAAP, como requerido pelo Banco Central do Brasil:

Basileia III ⁽¹⁾	30/06/2014	31/12/2013
Patrimônio de referência Nível I	1.255.861	1.220.519
Capital Principal	1.255.861	1.220.519
Patrimônio líquido	1.269.929	1.272.408
(-) Ajustes Prudenciais ⁽²⁾	(14.068)	(51.889)
Patrimônio de referência Nível II	151.759	221.841
Dívida Subordinada	151.759	221.841
Patrimônio de referência - PR	1.407.620	1.442.360
Ativo ponderado pelo risco - RWA ⁽³⁾	10.303.345	10.203.251
Risco de Crédito	9.336.628	9.311.739
Risco de mercado	779.147	731.173
Risco Operacional	187.570	160.339
Índice da Basileia - %	13,66%	14,14%
Capital Nível I	12,19%	11,96%
Capital principal	12,19%	11,96%
Capital Nível II	1,47%	2,17%

⁽¹⁾ A partir de outubro de 2013, o patrimônio de referência passou a ser apurado com base na Resolução nº 4.192/13 do CMN que determina que a apuração seja feita com base no "Consolidado Financeiro";

⁽²⁾ Critério utilizados, a partir de outubro de 2013, de acordo com a Resolução nº 4.192/13 do CMN;

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

b) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

Em outubro de 2013, o BACEN publicou a Circular nº 3.678 que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco e à apuração do Patrimônio de Referência (PR). A nova circular produz efeitos a partir de 30 de junho de 2014, quando fica revogada a Circular nº 3.477. Os novos requerimentos de publicação incorporam à regulação brasileira requerimentos de Pilar 3 presentes em Basileia II e, principalmente, em Basileia III.

O conteúdo do nosso novo Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3 estará disponível no endereço eletrônico: www.pine.com/ri.

c) Índice de Imobilização

De acordo com a Resolução nº 2.286/96 do Bacen, o limite de imobilização permitido é de 50,0%. Em 30 de junho de 2014, o índice de imobilização foi de 2,23% (6,22% em 31 de dezembro de 2013).

43. GARANTIAS PRESTADAS

O Banco oferece uma série de garantias para que os seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro abaixo apresenta todas as garantias em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

	30/06/2014	31/12/2013
Garantias prestadas a Instituições Financeiras	23.923	13.898
Garantias prestadas a pessoas físicas e jurídicas	2.917.255	2.895.299
Cartas de crédito	4.123	51.212
Total	2.945.301	2.960.409

São fornecidos aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

44. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

No primeiro semestre de 2012, o Banco aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução n.º 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional.

O novo Plano tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Banco Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Banco; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução n.º 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Banco; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos Administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Banco como um todo.

A Remuneração Variável será calculada:

- a) até 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR; e
- b) o correspondente a 10% do valor determinado para a remuneração variável será paga em ações preferenciais do Banco de forma imediata quando do pagamento do PLR; e
- c) o correspondente aos 40% restantes da remuneração variável será pago em ações preferenciais do Banco e serão entregues ao empregado juntamente com o pagamento do valor em espécie. O direito de disposição dessas ações será de forma "Diferida" crescendo com o nível de responsabilidade do Administrador.

A entrega das ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Banco conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que foi constituído na Assembleia Geral do dia 16 de janeiro de 2012, que será responsável por (i) propor ao conselho de administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao conselho de administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao conselho de administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto nesta resolução; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.921/10.

No semestre findo em 30 de junho de 2014 houve apuração referente a remuneração variável no montante de R\$12.960 (R\$13.116 em 30 de junho de 2013), e a despesa no trimestre foi de R\$5.516 (R\$3.832 em 30 de junho de 2013) de acordo com os critérios definidos no novo plano.

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria	30/06/2014	30/06/2013
Remuneração fixa	5.768	4.364
Remuneração variável	12.960	6.594
Benefícios de curto prazo	2.577	1.519
Total	21.305	12.477

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Remuneração por ações

Ações Outorgadas	Data da outorga	Quantidade					30/06/2014	
		Preço de exercício - R\$	Outorgada	Exercida	Extinta	Não exercida	Vencimento	
							% exercível	exercida em
PLANO I	25/08/2012	14,18	319	146	8	164	33,33% 66,66% 100,00%	25/08/2013 25/08/2014 25/08/2015
PLANO II	25/02/2013	14,25	335	163	10	162	33,33% 66,66% 100,00%	25/02/2014 25/02/2015 25/02/2016
PLANO III	23/08/2013	10,24	441	86	-	354	33,33% 66,66% 100,00%	23/08/2014 23/08/2015 23/08/2016
PLANO IV	25/02/2014	8,14	581	116	-	464	33,33% 66,66% 100,00%	25/02/2015 25/02/2016 25/02/2017
Total			1.676	511	18	1.144		

Rescisão do contrato

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria não dá direito a nenhuma compensação financeira. No caso da rescisão do contrato pelo Banco o executivo pode receber uma indenização. No trimestre findo em 30 de junho de 2014 não houve pagamento aos executivos que saíram a título de compensação (R\$23 em 30 de junho de 2013).

b) Partes relacionadas

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2014	31/12/2013	1º Sem/2014	1º Sem/2013
Depósitos à vista	21	73	-	-
Administradores e familiares imediatos ⁽¹⁾	21	73	-	-
Depósitos à prazo	11.723	13.083	(37)	(958)
Administradores e familiares imediatos ⁽¹⁾	11.723	13.083	(37)	(958)

⁽¹⁾ Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, dos acionistas com mais de cinco por cento do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Acionistas	30/06/2014				30/06/2014	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias(%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	65.178.483	100,00	17.210.589	29,45	82.389.072	66,65
Conselho de Administração	-	-	3.736.574	6,39	3.736.574	3,02
Administradores	-	-	3.186.610	5,46	3.186.610	2,58
Total	65.178.483	100,00	24.133.773	41,30	89.312.256	72,25

Acionistas	31/12/2013				31/12/2013	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias(%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	58.444.889	100,00	15.410.863	29,41	73.855.752	66,63
Conselho de Administração	-	-	3.243.868	6,19	3.243.868	2,93
Administradores	-	-	3.103.532	5,92	3.103.532	2,80
Total	58.444.889	100,00	21.758.263,00	41,52	80.203.152	72,36

45. OUTRAS DIVULGAÇÕES

a) Seguros

O Banco adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus Consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 30 de junho de 2014 é assim demonstrada:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	20.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 18 veículos	2.603
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	12.000
Seguro global de banco	Valores em espécie	300
Seguro aeronave	Garantias por parte do avião	624

46. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

a) Introdução e visão geral

O Banco Pine está exposto aos riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros tendo mensuração e monitoramento contínuo e possui uma estrutura de análise composta por diretoria, conselho e comitê que atuam nos seguintes riscos:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Riscos de mercado
- Riscos operacionais

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de administração é o órgão responsável pela identificação e controle de riscos, porém, existem outros órgãos independentes que são responsáveis pela administração e monitoramento dos riscos.

b) Risco de crédito

Definição

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

Mensuração do risco de crédito

Empréstimos a clientes e a instituições financeiras

Como regra geral, os valores mensuráveis de garantias constituídas, são utilizados como mitigadores e redução de percentual de *Impairment* a ser aplicado, assim como quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a redução do percentual de *Impairment*.

Dentre os critérios objetivos de determinação de possível imparidade de um ativo, o Banco considera a classificação de risco, em especial, para todos os clientes cuja classificação de risco seja igual ou inferior ao nível de risco "D", conforme termos da Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional - CMN, assim como o inadimplemento de obrigações vencidas há mais de 90 (noventa) dias, tudo conforme adiante demonstrado.

Cálculo do *Impairment* para operações evidenciadas

Ao menos uma obrigação do tomador perante a instituição financeira está em atraso há mais de noventa dias.

i. Operações sem garantias:

Para as exposições evidenciadas como *Impairment* não associadas a garantias, deverá ser aplicado ao valor da exposição o percentual do Potencial Risco de Crédito.

ii. Operações com garantias:

As garantias das exposições evidenciadas como *Impairment* serão utilizadas como mitigadores, não sendo necessária a aplicação do percentual do Potencial Risco de Crédito. O valor do *impairment* será a diferença entre o valor da exposição e o valor presente da garantia associada a esta exposição. O valor presente da garantia é calculado considerando o custo de captação médio do Banco pelo prazo de 3 (três) anos.

Crítérios para constituição de *impairment* para riscos não identificáveis

A instituição para efeito de conter eventuais perdas com créditos que ainda não tenham sido identificados dentro dos seus critérios de evidência de *impairment*, adota, conservadoramente, a avaliação da sua perda histórica para aplicação de percentual de perda esperada para riscos não identificáveis sobre essa mesma base.

Gerenciamento do risco de crédito

Atribuições:

- Formular Políticas de Crédito em conjunto com todas as unidades do Banco, incluindo exigências de garantia, avaliação de crédito, classificação de risco e apresentação de relatórios, procedimentos legais e documentais, assim como cumprimento com exigências normativas e estatutárias.
- Estabelecer a estrutura para aprovação e renovação de linhas de Crédito. Os limites são definidos e aprovados pelo Comitê de Crédito.
- Revisar e avaliar o risco de Crédito. A Área de Crédito avalia toda a exposição de crédito em excesso aos limites estabelecidos, antes que as linhas de crédito sejam liberadas para os clientes pela unidade de negócios em questão. As renovações e revisões das linhas de crédito estão sujeitas ao mesmo processo de revisão.
- Limitar concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores da economia e por faixas de classificação de crédito, liquidez de mercado e país.
- Desenvolver e manter a classificação de risco do Banco para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de perda financeira enfrentada e focar o gerenciamento nos riscos inerentes. O sistema de classificação de risco é usado para determinar exposições de crédito. A estrutura de classificação de risco atual inclui graus de risco de crédito e a disponibilidade de garantias ou outra ferramenta para mitigar o risco de crédito.
- Oferecer aconselhamento, orientação e técnicas especializadas para promover as melhores práticas, por todo o Banco, no gerenciamento do risco de crédito.

Política de crédito

Contém todas as diretrizes e recomendações adotadas pelo Banco a fim de aplicar e monitorar a concessão de crédito. Estabelece regras para:

- Conceder crédito a Pessoas Jurídicas, Instituições Financeiras, Negócios de Tesouraria e Pessoas Físicas, bem como o monitoramento de seu desempenho, com características normativas, apresentando restrições a determinadas práticas e concentrando-se na determinação de regras mínimas, que norteiam a atividade;
- Fornecer os roteiros básicos a todos os elementos que dão suporte às operações executadas, constituindo-se em responsabilidade generalizada a total familiaridade dos profissionais e executivos envolvidos com todas as regras estabelecidas, bem como a sua absoluta observância e a manutenção dentro dos padrões exigidos.

Como política geral, esta é flexível e as sugestões para seu aperfeiçoamento são estimuladas, devendo ser encaminhadas à Vice Presidência de Riscos e Crédito e à Área de Compliance, para que sejam devidamente analisadas e submetidas ao Comitê de Crédito.

A Política de Crédito do Banco Pine é pautada pela classificação do risco do cliente e do risco da operação denominados "Rating Cliente" e "Rating Operação".

A metodologia utilizada para a classificação é pautada em modelo desenvolvido internamente, contendo critérios técnicos consistentes de avaliação objetiva com base nos dados econômico-financeiros da empresa e comportamento cadastral, além de ponderar aspectos subjetivos inerentes à operação do cliente não mensuráveis nestes tópicos.

Os critérios foram desenvolvidos, testados e aplicados pela Vice Presidência de Riscos e Crédito em todos os clientes ativos do Banco na implantação da Política de Crédito. Após profunda análise e avaliação das metodologias de *ratings* disponíveis no mercado, o Pine contratou a ferramenta *RiskAnalyst* da Moody's Analytics. Esta metodologia é utilizada pelo Banco como mais um parâmetro de classificação de clientes.

A avaliação do risco de crédito para derivativos é baseada na avaliação do risco fracionário, sendo este o potencial de ajuste futuro que a operação pode gerar a favor do Banco. O risco fracionário é calculado com base nas volatilidades dos preços e taxas de mercado dos derivativos em carteira.

O conceito de aprovação de crédito sempre será "risco total", incluindo as operações em ser, mais os riscos ora sendo proposto.

Todos os créditos deverão ser analisados com base na capacidade de pagamento dos clientes, bem como nas garantias fornecidas.

O risco soberano dos títulos públicos do governo brasileiro é considerado isento de risco de crédito.

Os títulos privados são analisados conforme as demais operações de crédito da instituição.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Exposição máxima ao risco de crédito		
	30/06/2014	31/12/2013
Equivalentes de caixa	1.105.439	581.482
Instrumentos de dívida	1.031.897	1.300.274
Derivativos	551.612	515.358
Empréstimos e recebíveis	6.570.272	6.399.672
Garantias prestadas	2.945.301	2.960.409

Qualidade de crédito

A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem *impairment*:

Classificação Interna (Rating 2682)	30/06/2014			
	Contratos vencidos com impairment	Contratos não vencidos com impairment	Total dos créditos	Impairment
AA - C (Massificado)	1.942	6.144.909	6.146.851	30.488
D - H (Análise Individual)	34.204	344.777	378.981	91.675
Varejo	578	3.570	4.148	587
Títulos com risco de crédito	-	529.481	529.481	-
Total	36.724	7.022.737	7.059.461	122.750

Classificação Interna (Rating 2682)	31/12/2013			
	Contratos vencidos com impairment	Contratos não vencidos com impairment	Total dos créditos	Impairment
AA - C (Massificado)	33.876	5.941.772	5.975.648	29.619
D - H (Análise Individual)	16.567	342.110	358.677	106.141
Varejo	1.270	6.392	7.662	894
Títulos com risco de crédito	-	597.654	597.654	-
Total	51.713	6.887.928	6.939.641	136.654

A concentração de risco por setor da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes está demonstrado na nota 9.

Missões da CRO - Chief Risk Officer

Análise e concessão de crédito

Avaliar os riscos envolvidos nas operações e a capacidade dos clientes em liquidar suas obrigações nas condições contratadas.

Controles e gestão de riscos de crédito

Atuar de maneira preventiva no monitoramento dos clientes ativos visando antecipar movimentos de inadimplência na carteira de operações que envolvam risco de crédito, dar suporte às decisões e estratégias comerciais e fornecer dados que permitam aos Comitês de Crédito e Executivo acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico do Banco Pine.

Controles e gestão de risco de mercado

Analisar, mensurar e controlar o Risco de Mercado e o Risco de Liquidez do Banco Pine, calcular o Resultado Gerencial da Tesouraria e dar suporte para o controle do risco de crédito de derivativos do Banco, sejam no âmbito gerencial e no regulatório.

Composição da CRO - Chief Risk Officer

Superintendência Executiva de análise de crédito

Responsável pela análise e recomendação para a concessão de crédito. Composta por 4 gerências, divididas por unidades de negócios (regionais). Representada por gerentes, coordenadores e analistas de crédito, todos especialistas em setores da economia.

Superintendência Executiva de controle de riscos

Responsável pelo controle e gestão de risco de crédito. Composta pelo superintendente executivo, superintendente, gerentes, coordenadores e analistas de risco de crédito, liquidez e mercado.

Processo e aprovação de crédito

O Processo de Crédito inicia com a elaboração de uma proposta de crédito e respectivo relatório de visita pela área comercial. Esta proposta de crédito, é analisada pela Superintendência Executiva de Análise de Crédito (com respectiva análise econômico-financeira), pela área comercial e pelo Comitê de Crédito.

O Comitê de Crédito tem as seguintes atribuições:

- Definir a política de crédito e respectivas alterações;
- Analisar, aprovar ou recusar limites / operações de crédito;
- Acompanhar a evolução das utilizações visando observar os parâmetros aprovados x real utilização das linhas de crédito, evitando excessos.

Participantes do Comitê de Crédito com direito a voto:

- Presidente do Conselho de Administração e Conselheiros;
- CEO - Chief Executive Officer;
- COO - Chief Operations Officer;
- CAO - Chief Administrative Officer;
- CRO - Chief Risk Officer.

Observações do Comitê de Crédito:

- Aprovação unânime;
- Participam do Comitê de Crédito como cientes o Diretor Executivo de Originação e o Superintendente Executivo de Crédito;
- Participam do Comitê de Crédito sem direito a voto, o Superintendente de Riscos de Crédito;
- O Comitê de Crédito poderá convocar, na qualidade de participantes, os executivos da área de Originação.

Controles e gestão do risco de crédito

Dentro de um conceito abrangente, analisando todos os clientes, independentemente dos setores onde estão situados, com destacado enfoque na estrutura de controles internos, o Comitê Executivo e a Vice Presidência de Riscos e Crédito do Banco Pine decidiram, conjuntamente, apartar em sua estrutura hierárquica uma célula de controles de crédito denominada Superintendência de Controles de Crédito, reportando à Superintendência Executiva de Controle de Riscos, cuja principal missão é atuar de maneira preventiva no monitoramento dos clientes ativos, visando antecipar movimentos de inadimplência na carteira de operações que envolvam todo e qualquer tipo de risco de crédito, dar suporte às decisões e estratégias comerciais e fornecer dados que permitam ao Comitê Executivo, acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico da Instituição.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Destaca-se que o Banco Pine possui um sistema integrado de consolidação de risco das operações "em ser", limites de crédito, posição de garantias, modalidades, prazos dos limites e contratos do cliente, despachos e recomendações do Comitê de Crédito, além da posição de passivos dos clientes junto ao Banco e das informações acima relacionadas.

Além dos recursos de gestão fornecidos principalmente aos usuários da Área Comercial, este instrumento permite a consolidação das informações inerentes ao monitoramento da carteira de crédito, promovendo o "link" automático com os procedimentos adotados pela Vice-Presidência de Processamento e interligados à boletagem das operações.

Desta forma, aplicada à matriz de acompanhamento de riscos detalhada nesta etapa do processo, o sistema está capacitado para fornecer informações diárias sobre o fechamento do movimento contábil e apontar as exceções ocorridas.

Ainda seguindo o modelo padronizado, a combinação destas exceções, pré – definidas, implicará na emissão de relatórios de alerta e, dependendo da gravidade dos apontamentos, no bloqueio das operações e limites de crédito do cliente.

Área de Administração de Ativos Especiais (Recuperação de Crédito)

O Banco possui uma área específica de recuperação de crédito que tem por objetivo dar apoio às áreas envolvidas com o processo de recuperação de crédito, visando identificar e atuar frente aos potenciais riscos da instituição, buscando soluções ágeis e efetivas no intuito de mitigar possíveis perdas, ser fonte de informação acerca dos riscos em atraso ou que por qualquer motivo tenha a certeza do recebimento do crédito prejudicado, promover o controle de riscos que, de acordo com a política definida pela instituição, estão sob a administração da Área de Ativos Especiais.

Etapas de recuperação

Esta área atua na prevenção e recuperação dividindo-se em duas etapas, "Monitoramento" e "Adm de Ativos Especiais - Recuperação de Crédito".

As atividades de "Monitoramento" visam minimizar os impactos com riscos tanto em operações que ainda não venceram, quanto em operações propriamente vencidas no todo.

Sob este aspecto, tem o objetivo de prover à Alta Administração informações acerca dos riscos que envolvem operações em atraso, bem como o posicionamento da Área de Originação sobre os riscos envolvidos, para que, ao final, a tomada de decisão seja feita em tempo hábil e com a devida precisão.

As atividades de "Administração de Ativos Especiais - Recuperação de Crédito" visam à sugestão e adoção de medidas de cobrança de clientes que se encontram inadimplentes perante o Banco PINE, para os quais, sob aspecto comercial, não há solução efetiva para sua regularização e necessitam de meios mais eficazes de cobrança.

Sob o escopo de uma ação preventiva, visa adotar medidas para os riscos que, de alguma forma, apresentam indícios da possibilidade de inadimplência, seja esta detectada pela insuficiência de garantias, baixa na liquidez de títulos em cobrança, adiantamentos em conta não regularizados ou excessos no limite de crédito concedido sem a devida regularização, sucessões de renovações de operações, em especial, de giro quando não há redução sensível do saldo devedor ou movimentação incompatível com a modalidade da operação, ordem de baixa de títulos constantes, origem de recursos de direitos creditórios provenientes do próprio cliente, bem como quando o cliente venha a ter a sua saúde financeira afetada, sendo a informação obtida no mercado, jornais ou periódicos, as quais possam colocar em dúvida a certeza do recebimento dos recursos concedidos.

Para efeito de considerarmos os critérios de evidências de "Impairment", adotamos a seguinte prática:

i. Alteração de risco do cliente

Qualquer alteração econômico-financeira, para cliente que o Banco mantenha relação e que esta alteração indique o aumento no risco de crédito de tal cliente ou grupo econômico.

Riscos que, sob algum aspecto, apresentem indícios da possibilidade de inadimplência, seja esta detectada pela insuficiência de garantias, baixas na liquidez de títulos em cobrança, movimentação incompatível com a modalidade da operação, ordem de baixa de títulos constantes, entre outros.

Para efeito dessa análise, a Superintendência de Controles e Riscos observará tais alterações, mediante monitoramento dos clientes ativos do Banco e identificando alguma alteração no risco do cliente, fará a avaliação quanto à necessidade ou não de realização de "Impairment" para tal cliente ou grupo econômico.

Os percentuais de "Impairment" a serem praticados levarão em conta as garantias envolvidas na operação, análise econômico-financeira do cliente, entre outros, de forma a justificar eventual percentual a ser aplicado para determinado cliente ou grupo econômico.

Como regra geral, os valores mensuráveis de garantias constituídas, serão utilizados como mitigadores e redução de percentual de "Impairment" a ser aplicado, assim como quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a redução do percentual de "Impairment".

ii. Operações em atraso

Para efeito de evidência de "Impairment", com base na avaliação de atrasos e para considerarmos como fato relevante de avaliação e aplicação de "Impairment", fora os outros aspectos, o Banco define que todos os clientes com atraso superior a 90 (noventa) dias, deverão, obrigatoriamente, ser avaliados quanto a necessidade ou não de aplicação de "Impairment".

A aplicação de percentuais mínimos ficará sujeita à avaliação de cada risco, podendo ser aumentado ou reduzido esse percentual, em especial, por conta da avaliação de mitigadores de risco, a exemplo de garantias, condições econômico-financeiras do cliente ou grupo econômico, entre outros.

Como regra geral, os valores mensuráveis de garantias constituídas, serão utilizados como mitigadores e redução de percentual de "Impairment" (valor recuperável dos ativos) a ser aplicado, assim como quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a redução do percentual de "Impairment".

iii. Operações "renegociadas"

Primeiramente, necessária a definição do que vem a ser uma operação "Renegociada", para efeito de definirmos tais operações com critério de evidência de "Impairment".

Em vista de normativos já expedidos pelo Banco Central do Brasil, em princípio, considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

Em que pese tal definição preliminar e a "rigidez" de determinadas normas expedidas pelo órgão regulador das Instituições Financeiras, todos os conceitos estão generalizados como "acordo".

Dessa forma, não há como confundirmos a natureza da nossa relação comercial com os nossos clientes, com "acordos" ou "renegociações", sendo estas últimas quando, de fato, nosso cliente deixa de cumprir com o avençado e há necessidade de formalizarmos um ajuste, para repactuar as condições do negócio e buscar a solvência do crédito.

Vale lembrar que é da natureza de uma Instituição Financeira a alteração de suas operações em curso, aditamentos com prorrogação de prazo e taxa, mas não com o contexto de "Renegociação", visto que para manutenção de seus clientes e negócios, muitas vezes, é necessário buscar uma solução para manter o relacionamento, a exemplo de garantias já constituídas e com performance satisfatória, operações que envolvem garantias e que necessitam de instrumentos públicos, registros e, de consequência, custo adicional no caso de abrir novo limite ou nova operação.

Isto posto, o Banco, para efeito de definição de operações "Renegociadas", e em linha com as normas expedidas pelo órgão regulador, toda operação que pela sua característica indique alguma probabilidade de perda e que para isso são repactuadas as condições do negócio, buscando a solvência, são classificadas e registradas em nosso sistema legado como "Renegociadas".

Dessa forma, as operações identificadas como "Renegociadas", terão tratamento similar aos demais casos, ou seja, na medida em que seja identificada uma operação nessa situação e para definição dos percentuais de "Impairment" a serem praticados, levarão em conta as garantias envolvidas na operação, análise econômico-financeira do cliente, entre outros, de forma a justificar eventual percentual a ser aplicado para determinado cliente ou grupo econômico.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Como regra geral, os valores mensuráveis de garantias constituídas, serão utilizados como mitigadores e redução de percentual de "impairment" a ser aplicado, assim como quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a redução do percentual de "impairment".

A tabela abaixo mostra uma estimativa do valor justo das garantias e de outros tipos de valores mantidos contra ativos financeiros:

	Empréstimos e adiantamentos a clientes	
	30/06/2014	31/12/2013
Operações com impairment		
Receíveis	98.292	118.206
Penhor / Alienação de Produtos, Estoques e Equipamentos	123.573	94.122
Hipoteca / Alienação Imóveis	99.714	20.089
Fiança	23.726	-
Subtotal	345.305	232.417
Operações sem impairment		
Receíveis	93.982	946.700
Penhor / Alienação de Produtos, Estoques e Equipamentos	1.504.567	1.449.393
Aplicações Financeiras	69.596	127.416
Hipoteca / Alienação Imóveis	1.733.487	1.749.423
Fiança	-	25.379
Subtotal	3.401.632	4.298.311
Total	3.746.937	4.530.728

Riscos não identificáveis

Para efeito de conter eventuais perdas com créditos que ainda não tenham sido identificados dentro dos seus critérios de evidência de "impairment", o Banco adota, conservadoramente, a avaliação da sua perda histórica para aplicação de percentual "genérico" sobre essa mesma base.

Nesse sentido, o Banco adota modelo de avaliação para perdas incorridas nos últimos três exercícios, incluindo, o exercício de avaliação.

É feita a avaliação de todos os seus novos clientes e as perdas registradas com os mesmos, apurando-se o percentual destas perdas sobre a base de clientes, pelos seus valores históricos, não contemplando eventuais mutações do volume de crédito, ao longo da relação comercial mantida com os mesmos.

Feita a apuração do percentual de perdas para o período em análise, tal percentual é aplicado aos clientes que não possuíram evidências de "impairment".

c) Risco de liquidez

Definição

O risco de liquidez está associado à eventual dificuldade do Banco em atender suas obrigações decorrentes dos seus passivos financeiros.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez visa precaver o Banco de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o banco monitora suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

É efetuado um controle diário através de relatórios onde se monitoram os seguintes itens :

- O descasamento de vencimentos entre os fluxos de pagamentos e recebimentos de todo conglomerado;
- Projeção de cenários de estresse de liquidez definidos no ALCO - Asset and liability committee.

Esses dados são confrontados com nível de caixa do Banco diariamente e avaliados semanalmente no ALCO - Asset and liability committee.

A gestão de liquidez é realizada pela Superintendência de Risco de Mercado, Liquidez e P&L, que se reporta à Superintendência Executiva de Controle de Riscos.

Balanço Patrimonial por prazo

O balanço por prazo contratual de vencimento está abaixo apresentado:

	Nota	30/06/2014			
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
ATIVO					
Ativos Financeiros		4.128.498	2.754.006	2.939.187	9.821.691
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.198.844	-	-	1.198.844
Ativos financeiros para negociação		1.115.907	138.099	333.773	1.587.779
Instrumentos de dívida	7	851.419	-	180.478	1.031.897
Instrumentos de capital		4.270	-	-	4.270
Derivativos	8	260.218	138.099	153.295	551.612
Ativos financeiros disponíveis para venda		114.505	95.636	377.405	587.546
Instrumentos de dívida	7	114.505	95.636	377.405	587.546
Empréstimos e recebíveis		1.699.242	2.520.271	2.228.009	6.447.522
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	6	15.664	12.884	11.744	40.292
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	1.683.578	2.507.387	2.216.265	6.407.230
Outros ativos		332.529	26.842	339.314	698.685
Ativos não correntes mantidos para venda	10	112.279	-	-	112.279
Outros		220.250	26.842	339.314	586.406
Devedores por depósitos em garantia	11	-	-	214.576	214.576
Imposto de renda a compensar		-	-	59.260	59.260
Outros ativos	12	108.021	26.842	65.478	200.341
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39	112.229	-	-	112.229
TOTAL DO ATIVO ⁽¹⁾					10.520.376
PASSIVO					
Passivos financeiros		2.699.493	3.063.770	3.448.041	9.211.304
Derivativos	8	131.580	57.032	59.692	248.304
Depósitos de instituições financeiras	16	78.399	1.048	282	79.729
Depósitos de clientes	17	1.302.256	1.709.123	969.606	3.980.985
Captações no mercado aberto	18	453.409	-	16.342	469.751
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19	20.779	271.755	399.515	692.049
Obrigações por empréstimos e repasses	20	632.375	1.024.829	1.675.178	3.332.382
Outros passivos financeiros	22	69.272	-	-	69.272
Dívidas subordinadas	21	11.423	(17)	327.426	338.832
Provisões	23	10.402	9.750	10.907	31.059
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões		10.402	9.750	10.530	30.682
Provisão para riscos fiscais		-	-	377	377
Passivos Fiscais	24	-	36.482	-	36.482
Outros Passivos		80.843	6.552	6.622	94.017
Outras obrigações	25	80.840	6.552	6.622	94.014
Relações com correspondentes		3	-	-	3
TOTAL DO PASSIVO					9.372.862

⁽¹⁾ Não inclui o total de Propriedade para Investimento, Imobilizado e Intangível.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

					31/12/2013	
		Nota	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
ATIVO						
Ativos Financeiros			3.650.381	2.543.787	3.322.698	9.516.866
Caixa e equivalentes de caixa		5	738.652	-	-	738.652
Ativos financeiros para negociação						
Instrumentos de dívida		7	1.386.825	112.697	317.677	1.817.199
Instrumentos de capital			1.288.058	70	12.146	1.300.274
Derivativos		8	1.567	-	-	1.567
			97.200	112.627	305.531	515.358
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Instrumentos de dívida		7	89.966	117.763	490.268	697.997
			89.966	117.763	490.268	697.997
Empréstimos e recebíveis						
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito		6	1.434.938	2.313.327	2.514.753	6.263.018
Empréstimos e adiantamentos a clientes		9	8.750	48.935	-	57.685
			1.426.188	2.264.392	2.514.753	6.205.333
Outros ativos						
Ativos não correntes mantidos para venda			227.961	194.464	340.267	762.692
Outros		10	53.216	109.548	-	162.764
			174.745	84.916	340.267	599.928
Devedores por depósitos em garantia		11	-	-	207.809	207.809
Imposto de renda a compensar			670	-	57.747	58.417
Outros ativos		12	150.694	36.373	62.496	249.563
Imposto de renda e contribuição social diferidos		39	23.381	48.543	12.215	84.139
TOTAL DO ATIVO (1)						10.279.558
PASSIVO						
Passivos financeiros						
Derivativos		8	2.529.122	2.944.678	3.505.114	8.978.914
			107.071	53.282	30.480	190.833
Depósitos de instituições financeiras		16	55.353	18.312	16.053	89.718
Depósitos de clientes		17	1.294.963	1.357.412	1.133.147	3.785.522
Captações no mercado aberto		18	494.682	-	14.110	508.792
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		19	7.245	613.172	394.443	1.014.860
Obrigações por empréstimos e repasses		20	487.160	902.512	1.574.648	2.964.320
Outros passivos financeiros		22	68.499	-	-	68.499
Dívidas subordinadas		21	14.149	(12)	342.233	356.370
Provisões						
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões		23	7.568	11.500	13.390	32.458
			7.568	11.500	12.667	31.735
Provisão para riscos fiscais			-	-	723	723
Passivos Fiscais						
		24	(782)	5.135	-	4.353
Outros Passivos						
Outras obrigações		25	83.255	-	6.396	89.651
Relações com correspondentes			83.230	-	6.396	89.626
			25	-	-	25
TOTAL DO PASSIVO						9.105.376

⁽¹⁾ Não inclui o total de Propriedade para Investimento, Imobilizado e Intangível.

d) Risco de mercado

i) Definição

Riscos de Mercado estão ligados a possíveis perdas monetárias em função de flutuações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas nos mercados. As oscilações de variáveis financeiras, como preços de insumos e produtos finais, índices de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio, geram potencial de perda para praticamente todas as empresas e, portanto, representam fatores de risco financeiro.

Basicamente, pode-se dizer que o Risco de Mercado que uma instituição está exposta deve-se ao conjunto de três fatores: a) exposição – valor exposto ao risco; b) sensibilidade – o impacto em função da flutuação de preços; e c) variação – a magnitude da variação de preços. Nota-se, dentre os fatores, que a exposição e sensibilidade são fatores controláveis pela instituição em função de seu apetite frente aos riscos observados, entretanto, a variação é uma característica do mercado, portanto fora do controle do Banco.

Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e preço de ações. Cada modalidade representa o risco de ocorrerem perdas em função de oscilações na variação em sua respectiva variável.

ii) Gestão de risco de mercado

A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à mesa de operações e que tem como responsabilidade principal monitorar e analisar o risco de mercado oriundo das posições assumidas pelo Banco vis a vis o apetite ao risco definido pelo ALCO - Asset and liability committee e aprovado pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de mercado é efetuada diariamente pela Superintendencia de Risco de Mercado, Liquidez e P&L, que calcula o Valor em Risco e gera os GAPs de descasamento dos Fatores Primitivos de Risco que compõem a carteira do Banco.

Os valores são confrontados diariamente com os limites de VaR, exposição por Fatores Primitivos de Risco e Stop Loss estabelecidos pelo ALCO - Asset and liability committee e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado.

Para os testes de estresse, utilizam-se os cenários de alta e de baixa divulgados pela BM&FBovespa, bem como o deslocamento das curvas de juros utilizadas. Poderão, ainda, ser utilizados alguns cenários gerados pelo ALCO - Asset and liability committee.

iii) Metodologias

Valor justo

O objetivo da marcação a mercado (Valor Justo) é tornar o apuração dos ativos e passivos contidos na carteira do Banco o mais transparente possível, visando a proteção dos acionistas.

Value at risk – VaR (Valor em risco)

O VaR mede a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança, ou seja, o VaR fornece uma medida do risco de mercado.

O gerenciamento de risco de mercado utiliza-se do VaR, como medida de perda potencial das carteiras do Banco. Para os cálculos, utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%. Todo o cálculo está baseado nos preços de fechamento de mercado, obtidos de diferentes fontes (Anbima, BM&FBovespa, Banco Central, entre outros).

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

São realizadas análises de VaR por mercado, vértices e por fator de risco associados a curva de juros, preços de ações, câmbio e commodities. Caso o limite de VaR seja excedido, será feita uma avaliação das operações e aquelas que apresentarem maior risco deverão ser reajustadas pela Tesouraria de modo a reduzir o risco e buscar o enquadramento dentro do limite máximo de exposição. A liquidez de mercado deverá ser avaliada quando do reajuste dessas operações.

iv) Análises

GAP

O descasamento entre os prazos de vencimento das operações ativas e passivas dos recursos cria um GAP de prazo, oriundo da diferença entre os prazos de vencimento médio ponderado do ativo e passivo. É, portanto, a representação gráfica por fator de risco dos fluxos de caixa expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento, sendo utilizado para a avaliação de exposição a risco em um horizonte de tempo.

Análise de sensibilidade aos fatores de risco

Nesta análise procura-se avaliar a variação do valor de mercado da carteira a uma pequena variação das estruturas a termo de taxas de juros. O cenário aplicado é o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros que compõem as carteiras da Instituição. Essa análise é importante, pois leva em conta a maturidade (duração) dos diferentes ativos que compõem as carteiras.

Análise de estresse

Diariamente são efetuados testes de estresse que são divulgados em conjunto com as figuras de Risco do Banco para cada tipo de exposição (prefixado-juros, Dólar, inflação e ações) considerando os cenários divulgados pela BM&FBovespa para cada fator de risco. São considerados dois cenários de alta e dois cenários de baixa.

v) Riscos

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros surge da possibilidade de que variações na taxa de juros afetarão os fluxos de caixa futuros ou o valor justo de instrumentos financeiros.

Risco de moeda

Risco de moeda é o risco de variação no valor de um instrumento financeiro devido a mudanças em taxas de câmbio. O Conselho estabeleceu limites de posições em moedas estrangeiras. Conforme as políticas do Banco, posições são monitoradas diariamente e estratégias de hedge são utilizadas para manter as posições dentro dos limites preestabelecidos.

Risco de preço de ações

Risco de preço de ações é o risco de o valor justo de ações diminuir como resultado de variações no nível de índices de ações ou ações individuais.

Risco de Commodities

Risco de Commodities é o risco devido à oscilação dos preços de produtos físicos (produtos agrícolas, petróleo, metais, etc).

vi) Exposição ao risco

Carteiras mantidas para negociação

Essa carteira é composta somente por operações em negociação (trading) do Banco transacionadas com a intenção de negociação, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem. Pode ainda, ser incluída operação destinada a hedge da referida carteira.

Exposição aos riscos de mercado - Carteiras mantidas para negociação

Apresentamos abaixo um resumo da posição de VaR das carteiras negociáveis do Banco referente aos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, considerando o critério de 99% de confiança e holding período de 1 dia:

	Média	Máximo	Mínimo
30 de junho de 2014	824	1.640	397
31 de dezembro de 2013	669	1.193	337

vii) Análise de sensibilidade

Conforme Instrução Nº 475 da CVM, de 17 de dezembro de 2008, segue abaixo os possíveis impactos no resultado gerados pelos cenários de sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que expõe o Banco a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição em 30 de junho de 2014:

		Análise de Sensibilidade		
		30/06/2014		
Fator de Risco	Exposição	Cenários		
		Provável ⁽ⁱ⁾	Possível ⁽ⁱⁱ⁾	Remoto ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	164	(20)	(40)
Índice de Preços (IGPM)	Variações no cupom de IGPM	240	(509)	(1.018)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	252	(6.868)	(13.737)
Taxa TJLP (TJLP)	Variações na TJLP	16	1.289	2.577
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	6.750	(3.651)	(7.302)
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	38	87	175
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas OffShore	369	6.538	13.061
Moedas	Variação na variação cambial	(15)	(407)	(814)
Total (soma não correlacionada)*		(7.882)	(19.385)	(38.771)
Total (soma correlacionada)**		7.814	(3.541)	(7.098)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Cenários	
Cenário I - Provável	Cenário composto pela variação dos fatores de mercado entre os dias 30/06/2014 e 11/07/2014 (Pré de 10,91% para 10,92% no vértice de 1 ano, de 11,68% para 11,61% no vértice de 3 anos, variação do dólar de 2,2025 para 2,2228 e cupom cambial de 0,65% para 1,27% no vértice de 1 ano)

Cenário II - Possível ^(*)	Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&F), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:
--------------------------------------	--

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	10,91%	25%	13,63%
Índice de Preços (IGPM)	5,47%	25%	6,84%
Índice de Preços (IPCA)	4,86%	25%	6,08%
Taxa TJLP (TJLP)	5,54%	25%	6,92%
Taxa de Cupom de Dólar	0,65%	25%	0,81%
Taxa de Cupom de Outros Moedas	1,02%	25%	1,28%
Taxa LIBOR USD	0,55%	25%	0,68%
Taxa LIBOR Outras Moedas	0,17%	25%	0,21%
Moedas	2,2025	25%	2,7531

Cenário III - Remoto ^(*)	Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&F), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:
-------------------------------------	---

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	10,91%	50%	16,36%
Índice de Preços (IGPM)	5,47%	50%	8,21%
Índice de Preços (IPCA)	4,86%	50%	7,29%
Taxa TJLP (TJLP)	5,54%	50%	8,31%
Taxa de Cupom de Dólar	0,65%	50%	0,97%
Taxa de Cupom de Outros Moedas	1,02%	50%	1,53%
Taxa LIBOR USD	0,55%	50%	0,82%
Taxa LIBOR Outras Moedas	0,17%	50%	0,26%
Moedas	2,2025	50%	3,3038

* Para os Cenários II e III, foi considerado o resultado do estresse de alta ou baixa de forma a obter um resultado de maiores perdas para a carteira.

viii) Balanço por moeda

	30/06/2014			31/12/2013		
	Dólar	Euro	Outros	Dólar	Euro	Outros
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa	383.985	10.975	603	500.214	3.480	116.581
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.278.283	-	-	1.101.044	-	-
Instrumentos de dívida	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	27.243	-	-
Total	1.662.268	10.975	603	1.628.501	3.480	116.581
PASSIVO						
Depósitos de clientes	2.364	-	-	2.180	-	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	103.189	-	144.149	128.233	-	156.460
Obrigações por empréstimos e repasses	1.548.103	2.788	111.117	1.110.499	-	117.113
Relações com correspondentes	22.310	-	-	15.071	-	-
Dívidas subordinadas	288.619	-	-	306.978	-	-
Outros passivos	-	-	-	93.704	-	-
Total	1.964.585	2.788	255.266	1.656.665	-	273.573
Derivativos	298.987	(7.443)	255.622	27.568	(3.623)	156.890
GAP	(3.330)	744	959	(596)	(143)	(102)

ix) Balanço por taxa de juros

	30/06/2014					
	Pre	IPCA	Libor	Cupom Cambial	TJLP	Outros
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa	150.061	694.284	-	-	-	-
Instrumentos de dívida	342.187	929.001	10.139	-	-	35.888
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	40.294	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.626.574	-	1.297.590	108.891	202.339	331.815
Total	5.159.116	1.623.285	1.307.729	108.891	202.339	367.703
PASSIVO						
Depósitos de clientes	3.525.391	397.325	-	-	-	-
Depósitos de instituições financeiras	79.729	-	-	-	-	17.491
Captações no mercado aberto	469.751	-	-	-	-	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	437.036	15.441	2.397	-	-	241.110
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	1.428.319	101.114	-	-
Dívidas subordinadas	48.327	7.060	286.661	-	-	-
Total	4.560.235	419.826	1.717.378	101.114	-	258.601
Derivativos	409.289	(160.377)	-	-	(31.975)	(264.089)
GAP	1.008.170	1.043.082	(409.649)	7.777	170.364	(154.987)

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

	31/12/2013					
	Pre	IPCA	Libor	Cupom Cambial	TJLP	Outros
ATIVO						
Instrumentos de dívida	1.302.410	633.400	25.985	-	-	36.476
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	57.685	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.420.217	275.636	947.386	187.245	224.628	286.875
Outros ativos	30.240	-	-	-	-	-
Total	5.810.552	909.036	973.371	187.245	224.628	323.351
PASSIVO						
Depósitos de clientes	3.132.810	409.215	-	-	-	243.497
Depósitos de instituições financeiras	89.718	-	-	-	-	-
Captações no mercado aberto	508.792	-	-	-	-	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	704.539	19.427	127.484	-	-	163.410
Obrigações por empréstimos e repasses	1.378.666	-	1.263.472	105.815	216.359	8
Dívidas subordinadas	46.572	6.738	303.060	-	-	-
Total	5.861.097	435.380	1.694.016	105.815	216.359	406.915
Derivativos	919.527	(313.709)	-	-	(292.351)	(8.904)
GAP	868.982	159.947	(720.645)	81.430	(284.082)	(92.468)

e) Gestão de Risco Operacional

Definição

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Para atenuar esse tipo de risco o Banco adota uma estrutura para garantir permanente atualização e mapeamento de riscos e controles, bem como capturar informações relacionadas a qualquer falha operacional.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Gestão e Metodologia

A estrutura responsável pela centralização da gestão dos riscos operacionais e pela disseminação da metodologia está composta por funcionários da Gerência de Risco Operacional, que se reporta à Superintendência Executiva de Controle de Riscos, além dos pontos focais de Compliance que atuam nas diferentes atividades do Banco e ajudam a promover uma cultura de conformidade e controle de risco em todo o Banco, visando o objetivo de aprimoramento dos processos internos e a redução de riscos operacionais.

Nesta metodologia, periodicamente, são realizadas auto-avaliações das atividades e processos das áreas, que incluem a identificação dos riscos inerentes, avaliação da eficácia dos controles e sugestão de planos de ação para mitigar os riscos identificados e/ou melhorar os controles.

O Banco a partir de junho de 2011, alterou a metodologia de cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido (PRE) referente ao risco operacional (POPR) de Abordagem do Indicador Básico (BIA) para a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (ASA II), de acordo com a circular Bacen nº 3.383/08.

47. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Lei nº 12.973

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627, que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida Lei nº 12.973/14 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Estimamos que a referida Lei nº 12.973/14 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações financeiras do Banco Pine e suas controladas.

48. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO DO BANCO (BRGAAP e IFRS)

De acordo com a instrução CVM n.º 457, de 13 de julho 2007, apresentamos a seguir a reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído a controladora ente o BRGAAP e o IFRS, nos períodos demonstrados a seguir:

	Nota explicativa	30/06/2014	31/12/2013
Patrimônio Líquido consolidado em BRGAAP			
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis - <i>Impairment</i>	a	28.115	41.615
Diferimento (apropriação) de tarifas bancárias e comissões pelo método de taxa efetiva de juros	b	(29.275)	(32.340)
Hedge accounting	f	(3.174)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de IFRS	e	464	(3.710)
Patrimônio Líquido em IFRS		1.266.059	1.277.973
	Nota explicativa	30/06/2014	30/06/2013
Lucro Líquido consolidado em BRGAAP			
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis - <i>Impairment</i>	a	70.468	84.216
Diferimento (apropriação) de tarifas bancárias e comissões pelo método de taxa efetiva de juros	b	(13.500)	(8.578)
Hedge accounting	f	3.065	(11.432)
Transferência de categoria em títulos e valores mobiliários	g	463	610
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de IFRS	e	(2.437)	7.517
Lucro Líquido em IFRS		4.174	8.004
		62.233	80.337

a) Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis:

Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", o Banco estima a provisão para perdas sobre crédito com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo o BRGAAP, que usa determinados percentuais regulatórios, independente da existência de evidência objetiva de impairment definidos em regulamentação do Bacen, para fins do cálculo da provisão para perdas sobre crédito.

b) Diferimento de tarifas bancárias e comissões pelo método da taxa efetiva de juros:

Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculados ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Segundo o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

c) Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:

O Banco realizou a baixa de ativos objetos de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, a partir de 01 de janeiro de 2004, e de acordo com os requisitos do IFRS 1, foi recomposto e registrado o ativo transferido com retenção de riscos e benefícios e registrado o passivo referente a coobrigação na operação de cessão de crédito na data de transição ao IFRS, assim como posteriormente. A receita (despesa) apurada na época da cessão de crédito é reconhecida no resultado durante o período de vigência dos respectivos contratos.

d) Baixa de investimentos avaliados pelo custo:

O Banco realizou no balanço de abertura a baixa de investimentos avaliados pelo custo, anteriormente registrados no ativo, tendo em vista não atender os requisitos para o reconhecimento do ativo, pelo IFRS.

e) Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis.

Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

f) Hedge accounting

Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", a parte do ganho ou perda resultante do instrumento de hedge qualificado como *hedge accounting de fluxo de caixa*, que é determinada como hedge eficaz, deve ser reconhecida diretamente como outros resultados abrangentes.

O IAS 39 também requer que na descontinuidade do *hedge accounting de fluxo de caixa* o ganho ou a perda cumulativo resultante do instrumento de hedge que se mantém reconhecido como resultados abrangentes desde o período em que o hedge estava em vigor deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até a liquidação do objeto do hedge.

g) Transferência de categoria em títulos e valores mobiliários

O IAS 39 proíbe a reclassificação entre categorias dos instrumentos financeiros, neste sentido, os ativos financeiros disponíveis para a venda não podem ser reclassificados para outras categorias, nem de outras categorias para ela.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA							
Banco Pine S/A		Posição em 30/06/2014 (Em unidades Ações)					
Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Noberto Nogueira Pinheiro	65.178.483	100,00	17.210.589	30,74	82.389.072	67,99	
SITA - Soc. Corret. de Câmbio e Val. Mobiliários ^(A)	-	-	6.906.284	12,33	6.906.284	5,70	
Ações em tesouraria	-	0,00	2.799.421	5,00	2.799.421	2,31	
Outros	-	-	29.077.247	51,93	29.077.247	24,00	
Total	65.178.483	100,00	55.993.541	100,00	121.172.024	100,00	

^(A) Participação de fundos por ela administrados

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO							
Posição em 30/06/2014 (Em unidades Ações)							
Acionistas	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)		Quantidade de Ações Preferenciais (Em unidades)		Quantidade do Total de Ações (Em unidades)		
		%		%		%	
Controlador	65.178.483	100,00	17.210.589	30,74	82.389.072	67,99	
Administradores							
Conselho de Administração	-	-	3.736.574	6,67	3.736.574	3,08	
Diretoria	-	-	3.186.610	5,69	3.186.610	2,63	
Ações em tesouraria	-	-	2.799.421	5,00	2.799.421	2,31	
Outros Acionistas	-	-	29.060.347	51,90	29.060.347	23,98	
Total	65.178.483	100,00	55.993.541	100,00	121.172.024	100,00	
Ações em Circulação			29.060.347	51,90	29.060.347	23,98	

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão das Informações Trimestrais (ITR)

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do Banco Pine S.A. ("Instituição") e do Banco Pine S.A. e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de agosto de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Relatório de revisão sobre as demonstrações
financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Introdução

Revisamos balanço patrimonial consolidado do Banco Pine S.A. e empresas controladas ("Consolidado") em 30 de junho de 2014, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras
intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e empresas controladas em 30 de junho de 2014, o desempenho consolidado de suas operações para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

São Paulo, 5 de setembro de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

BANCO PINE S/A
CNPJ 62.144.175/0001-20 - Companhia Aberta NIRE 35300525515

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA SEMESTRE FINDO EM 30/06/2.014

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S/A e das suas controladas é um órgão estatutário subordinado ao Conselho de Administração, implantado em atendimento às regulamentações do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

De acordo com o estabelecido no Estatuto Social do Banco Pine S/A e no seu Regimento (disponíveis no site www.pine.com/ri), compete ao Comitê zelar (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

A elaboração das demonstrações financeiras do Banco Pine S/A e do Banco Pine S/A e suas controladas – (“Consolidado”) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, é de responsabilidade da sua Administração. Também, é sua responsabilidade (i) o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, (ii) o gerenciamento dos riscos das operações do Conglomerado Pine e (iii) a supervisão das atividades de controle interno e compliance.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, decorrente da legislação societária e das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A auditoria interna tem suas atividades direcionadas para a avaliação da eficiência e eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e na aderência dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração.

Das atividades do Comitê no Semestre findo em 30/06/2.014:

O Comitê reuniu-se com as principais áreas do Banco Pine S/A e das suas controladas (Conglomerado Pine), envolvendo as áreas de negócio, de crédito, de controles internos e compliance, de gestão de riscos, de operações, de controladoria, de contabilidade e de tecnologia da informação.

O Plano de trabalho do Comitê de Auditoria, para o exercício de 2.014, teve como objetivo principal a análise das estruturas, as operações, os processos e os sistemas inerentes aos negócios do Conglomerado Pine.

Reuniões específicas foram realizadas com a Auditoria Independente e com a Auditoria Interna, para tratar do plano anual e da sua execução, bem como o acompanhamento das ações estabelecidas pela administração aos apontamentos de auditoria. Também foram realizadas reuniões com o Banco Central do Brasil para discussão desses planos anuais, dos fechamentos semestrais e de aspectos de sua regulamentação e normatização.

Como produto dessas reuniões, o Comitê teve oportunidade de apresentar sugestões ao Conselho de Administração para aprimoramento de controles e da gestão de riscos e acompanhará sua efetiva implantação nos prazos previstos.

Em sessão realizada em 01 de agosto de 2.014, foram analisadas as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30/06/2.014 e elaborado o correspondente Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, das atividades desenvolvidas no semestre.

Do Sistema de Controles Internos:

Conforme cronograma e plano de trabalho definido para o exercício de 2.014, o Comitê tomou conhecimento dos processos, métodos e sistema de controles e de informações do Conglomerado Pine, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos gestores na sua manutenção e aprimoramento.

Todas as principais atividades da Organização, inclusive as atividades exercidas por outras empresas (terceiros relevantes), foram analisadas e tiveram os seus riscos identificados, assim como, os controles utilizados para reduzi-los a um nível considerado adequado de gerenciamento. Esses mapeamentos, riscos e controles são armazenados em um sistema eletrônico de dados adquirido de consultoria especializada e de renome no mercado.

O Comitê com base nas informações e observações colhidas durante suas reuniões avalia como adequado ao porte e complexidade de operações do Conglomerado Pine, os sistemas de controles internos e contribuindo para a eficiência de seus negócios, para a adequação dos relatórios financeiros e para a observância às normas e regulamentações aplicáveis às suas transações.

Da Administração de Riscos Consolidada:

A Gestão de Risco do Conglomerado Pine é exercida de forma consolidada pela Vice-Presidência – “Chief Risk Officer”, compreendendo os principais riscos regulamentados pelo Banco Central do Brasil, quais sejam, Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Operacional.

Em reuniões de trabalho com a unidade de Gestão de Riscos, este Comitê teve a oportunidade de tomar conhecimento dos

processos, métodos, sistemas e principais relatórios para a gestão de riscos de Mercado, Liquidez, Crédito, Operacional que incluem as atividades de um comitê específico de Riscos.

Da Auditoria Independente:

O Comitê manteve reuniões com a Auditoria Independente – PricewaterhouseCoopers (PwC) - para a aprovação das Informações Financeiras Trimestrais (ITR) e Demonstração Financeira Semestral. Por ocasião destas reuniões foi discutido o Plano Anual de Auditoria, e verificado o cumprimento da sua Política de Independência.

As recomendações incluídas nos relatórios sobre controles internos foram apresentados e discutidos no Comitê e foram estabelecidos, em conjunto com a Auditoria Interna e com as áreas respectivas, Planos de Ação para solucioná-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade dos negócios da Organização. O Comitê avalia como adequados o planejamento e os trabalhos dos auditores independentes para o porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine.

Da Auditoria Interna:

O Comitê aprovou a estrutura da Auditoria Interna e o Plano Anual compreendendo todas as operações, riscos e processos da organização e acompanha em suas reuniões o seu cumprimento. Nas reuniões do Comitê a presença permanente da Auditoria Interna proporciona o suporte necessário às atividades e o atendimento às demandas.

A Auditoria Interna atua, também, no atendimento às demandas dos órgãos reguladores, e nas suas reuniões com este Comitê apresenta e discute os relatórios e demandas desses órgãos.

Das Demonstrações Financeiras Consolidadas:

O Comitê avaliou os processos de elaboração das informações financeiras, os balanços individuais e consolidados, os relatórios financeiros e as notas explicativas divulgadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras. Discutiu com a PwC e com os executivos da Organização as práticas relevantes utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras do Banco Pine S/A e do Banco Pine S/A e de suas controladas - Consolidado, para o semestre findo em 30/06/2.014.

São Paulo, 08 de agosto de 2.014

Maurício Mauro

William Pereira Pinto

Sérgio Machado Zica de Castro